

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**

**SARAH MARIA MIRANDA LIMA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS COMO INSTRUMENTOS DE GESTÃO  
MUNICIPAL: O CASO DA CIDADE DE JUNDIAÍ.**

**CAMPINAS**

**2023**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E DE TECNOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM**  
**ARQUITETURA E URBANISMO**

**SARAH MARIA MIRANDA LIMA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS COMO INSTRUMENTOS DE GESTÃO**  
**MUNICIPAL: O CASO DA CIDADE DE JUNDIAÍ.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Júnior

“O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento e Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento e Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Finance Code 001.”

**CAMPINAS**  
**2023**

Ficha catalográfica elaborada por Adriane Elane Borges de Carvalho CRB 8/9313  
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

711.4  
L732p

Lima, Sarah Maria Miranda

Políticas públicas urbanas como instrumentos de gestão municipal: o caso da cidade de Jundiaí / Sarah Maria Miranda Lima. - Campinas: PUC-Campinas, 2023.

141 f.: il.

Orientador: Wilson Ribeiro dos Santos Junior.

Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2023.

Inclui bibliografia.

1. Planejamento urbano. 2. Espaço Público- Cidade. 3. Políticas Públicas - Jundiaí. I. Santos Junior, Wilson Ribeiro dos. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDD - 22. ed. 711.4

# SARAH MARIA MIRANDA LIMA

## “POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS COMO INSTRUMENTOS DE GESTÃO MUNICIPAL: O CASO DA CIDADE DE JUNDIAÍ”

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Urbanismo.

Orientador(a): Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Junior

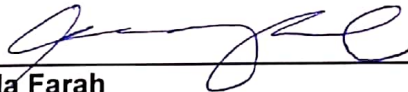
Dissertação defendida e aprovada em 17 de fevereiro de 2023 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:



---

**Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Junior**

Orientador da Dissertação e Presidente da Comissão Examinadora  
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



---

**Profa. Dra. Ana Paula Farah**

Pontifícia Universidade Católica de Campinas



---

**Profa. Dra. Gisela Cunha Viana Leonelli**

Universidade Estadual de Campinas

Dedico este trabalho aos meus pais, Flávio e Márcia, minha irmã, Ana Flávia e meu noivo, Gustavo.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar a Deus, pelo Dom da vida, por me sustentar e escrever a minha história de forma tão perfeita. A Nossa Senhora Aparecida pela intercessão nesse período difícil de finalização da dissertação.

Um agradecimento especial aos meus pais, por serem o meu porto seguro, apoio e sustento ao longo de toda a minha vida, por terem priorizado a minha educação desde pequena e não medido esforços para que eu pudesse chegar até aqui.

Agradeço a minha irmã, Ana Flávia. Por estar sempre ao meu lado, me incentivando e cuidando, ouvindo e consolando e por ter arregaçado as mangas e ajudado na revisão e formatação deste trabalho.

Agradeço ao meu noivo, Gustavo. Por todo o apoio desde a graduação, por ser um dos meus maiores incentivadores, por me ouvir e me consolar tantas vezes e principalmente por ser meu companheiro de vida.

Agradeço ao meu orientador Wilson Ribeiro dos Santos Junior, mais conhecido como Caracol, por todo o apoio desde a criação do projeto de pesquisa, por todo ensinamento, ajuda e principalmente por ser tão humano e pensar com tanto amor em seus alunos. Minha eterna admiração e gratidão.

Por fim, agradeço a todos os meus amigos e familiares que me apoiaram, incentivaram e rezaram por mim ao longo de todo o processo na pós graduação, foram essenciais.

“Crianças são um tipo de bioindicador.  
Se podemos construir uma cidade bem-sucedida para elas,  
teremos uma cidade bem-sucedida para todas as pessoas”

Enrique Peñalosa, prefeito de Bogotá- Colômbia.

## RESUMO

Essa pesquisa teve como objetivo principal investigar como a requalificação urbana de uma cidade pode viabilizar a construção de políticas públicas, expressas em programas e iniciativas voltadas para o público infantil em suas diferentes escalas e esferas de convívio social na cidade. A temática abordada nessa dissertação tem interfaces com várias outras áreas do conhecimento, principalmente a pedagogia, sociologia e psicologia e, por isso muitas das referências utilizadas se basearam em conceitos construídos nestas áreas liminares. Buscou-se como objetivo específico ampliar a inserção do conhecimento adquirido nesta temática no contexto da área da arquitetura e urbanismo a partir do levantamento, interpretação e acompanhamento das intervenções urbanas que ocorreram e as que estão programadas para ocorrer na cidade de Jundiaí com o olhar voltado para as crianças. Foram analisadas nesta perspectiva as iniciativas já tomadas e outras previstas para acontecer na cidade. Jundiaí integra a Rede Latino Americana “Cidade da Criança” e recém ingressou na rede internacional URBAN95, que tem como objetivo tornar a cidade um ambiente seguro e agradável para o desenvolvimento das crianças, e respectivos acompanhantes ou cuidadores.

**Palavras-chave:** Requalificação Urbana, Cidade, Espaço Público, Infância e Políticas Públicas.



## **ABSTRACT**

The main objective of this research was to investigate how the urban requalification of a city can enable the construction of public policies, expressed in programs and initiatives aimed at children in their different scales and spheres of social life in the city. The theme addressed in this dissertation has interfaces with several other areas of knowledge, mainly pedagogy, sociology and psychology and, therefore, many of the references used were based on concepts constructed in these liminal areas. The specific objective was to expand the insertion of the knowledge acquired in this theme in the context of the area of architecture and urbanism from the survey, interpretation and follow-up of the urban interventions that took place and those that are scheduled to take place in the city of Jundiaí, with a focus on for the children. In this perspective, the initiatives already taken and others foreseen to happen in the city were analyzed. Jundiaí is part of the Latin American Network “Cidade da Criança” and has recently joined the international network URBAN95, which aims to make the city a safe and pleasant environment for the development of children, and their companions or caregivers.

**Keywords:** Urban Requalification, City, Public Space, Childhood and Public Policies.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: As quadras mais longas (esquerda e centro). Na direita as alternativas de trajeto aumentam com quadras mais curtas .....	28
Figura 2: Análise das vias, topografia e cortes transversais de ruas .....	29
Figura 3: Exemplo de como a configuração da malha sugere padrões diferenciados de movimento .....	30
Figura 4: Quadro categorias essenciais para entender o espaço em interação com o sistema de fluxos e fixos .....	31
Figura 5: Desenho que representa a roda dos expostos .....	42
Figura 6: Gráfico desenvolvido na Universidade de Harvard .....	49
Figura 7: Registos das atividades nos Parques Infantis .....	53
Figura 8: Acervo Pessoal de Mário de Andrade das atividades nos Parques Infantis .....	54
Figura 9: Acervo Pessoal de Mário de Andrade das atividades nos Parques Infantis .....	55
Figura 10: Registos das atividades nos Parques Infantis .....	56
Figura 11: Mapa de localização dos bairros operários .....	56
Figura 12: Estudo Parcial da distribuição das nacionalidades dos alunos dos grupos escolares da cidade, desenvolvido a partir das famílias que frequentavam os parques .....	57
Figura 13: Registos das atividades nos Parques Infantis .....	58
Figura 14: Registos das atividades nos Parques Infantis .....	59
Figura 15: Registos das atividades nos Parques Infantis .....	60
Figura 16: Planta das dependências e planta geral do Parques Infantis de Santo Amaro .....	60
Figura 17: Planta das dependências e planta geral do Parques Infantis de Santo Amaro .....	61
Figura 18: EMEI Gabriel Prestes .....	62
Figura 19: EMEI Gabriel Prestes .....	63
Figura 20: EMEI Gabriel Prestes .....	64
Figura 21: Região Metropolitana de Jundiaí e a sua localização no Estado de São Paulo .....	65

Figura 22: Localização de Jundiaí, Campinas e São Paulo e as Rodovias que fazem a interligação de todo o Estado .....	66
Figura 23: Regiões da cidade de Jundiaí .....	67
Figura 24: Localização do Parque Mundo das Crianças (demarcado em azul) e Parque da cidade (demarcado em vermelho) .....	68
Figura 25: Classificação viária de acordo com o Plano Diretor vigente na cidade ..	68
Figura 26: Crianças brincando em uma das ruas do programa “Ruas de Brincar” da Prefeitura Municipal de Jundiaí .....	73
Figura 27: Crianças estudando em escola ao ar livre durante um surto de tuberculose no séc XX .....	77
Figura 28: Salas de aula ao ar livre na Golestan School Califórnia, EUA .....	78
Figura 29: Etapas de planejamento para o retorno das atividades escolares .....	79
Figura 30: Identificação de áreas públicas no entorno da escola feitos através do Geoportal disponibilizado pela PMJ .....	81
Figura 31: Sugestão de intervenção em um dos espaços das escolas selecionadas .....	81
Figura 32: Mapa de abrangência das ações da Fundação Bernard Van Leer .....	83
Figura 33: Quadro síntese de ideias para a ação, sugerida no guia desenvolvido pela Fundação Bernard Van Leer .....	85
Figura 34: Folha de rosto do site destinado a política – Cidade das Crianças .....	89
Figura 35: Folha de rosto do site destinado a primeira infância .....	89
Figura 36: Folha de rosto do site “Observatório Jundiaí” onde estão hospedados os indicadores .....	90
Figura 37: Praça Pet da Avenida Nove de Julho. Sinalizado em vermelho o espaço permitido sendo utilizado para estacionamento .....	92
Figura 38: Praça Pet do Bairro Ponte São João. Em amarelo a sinalização da grade de fechamento.....	93
Figura 39: Praça Valdemar Lopes, localizada entre os Jardins São Camilo e Tarumã sendo ocupada por atividades das crianças da rede municipal. Com murais pintados e coloridos e mobiliários lúdicos.....	94
Figura 40: Reunião do comitê das crianças no Jardim da Fábrica das Infâncias ....	96
Figura 41: Ponto de Ônibus que recebeu a intervenção da campanha Pé de Infância .....	97
Figura 42: Material apresentado pela Unidade de Gestão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente .....	98

Figura 43: Diagrama que ilustra as dimensões de desenvolvimento integral de um ser humano .....	102
Figura 44: Quadro que ilustra a linha de raciocínio utilizada, a partir da teoria do desenvolvimento integral, para a elaboração das esferas do convívio infantil .....	103
Figura 45: Imagem aérea da cidade de Jundiaí com a localização dos três projetos escolhidos para estudo de caso .....	104
Figura 46: Mapa de localização do Parque Mundo das crianças .....	105
Figura 47: Imagem de localização dos bairros próximos ao Parque Mundo das crianças .....	106
Figura 48: Foto autoral do edifício principal do parque Mundo das Crianças .....	107
Figura 49: Foto autoral do Riacho Jundiaí no Parque Mundo das Crianças .....	108
Figura 50: Imagem de setorização do Parque Mundo das crianças .....	110
Figura 51: Entrada do Parque Mundo das Crianças .....	111
Figura 52: Trajetos possíveis para acesso ao parque a pé, a partir do Terminal Hortolândia. A linha pontilhada apresenta a opção mais rápida, porém mais perigosa e a linha contínua apresenta a opção mais segura e mais longa .....	112
Figura 53: Imagem aérea do Bairro Vila Arens, em roxo a área da Ferrovia que é tombada e em azul a Localização da Fábrica das Infâncias .....	115
Figura 54: Setorização do terreno da Fábrica das Infâncias Japy .....	116
Figura 55: Espaço da Fábrica que é destinado para bebês. O Chão é emborrachado e os brinquedos são pequenos e possibilitam o desenvolvimento e segurança por ser um espaço cercado .....	117
Figura 56: Um dos espaços da Fábrica que proporciona a brincadeira através da imaginação e do desenvolvimento motor. Esse espaço já é destinado para crianças maiores com mais autonomia no brincar .....	117
Figura 57: Parque Naturalizado localizado ao lado do edifício da Fábrica. .....	118
Figura 58: Imagem que mostra os trajetos possíveis para acesso até a Fábrica das Infâncias a pé, a partir do Terminal Vila Arens. A linha pontilhada apresenta a opção	

mais rápida (18 min), e a linha cinza contínua uma segunda opção com 1 minuto a mais de duração .....	119
Figura 59: Localização do bairro Santa Gertrudes no município e as escolas e praças existentes no bairro .....	123
Figura 60: Projeto de requalificação urbana desenvolvido pela Unidade de Gestão e Planejamento Urbano e Meio Ambiente .....	124
Figura 61: Projeto de requalificação urbana Da Praça Benedito Camargo .....	125
Figura 62: Projeto de requalificação urbana Da Praça Benedito Camargo .....	126

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Brasil: taxas de crescimento da população e taxa de urbanização (1940-2010) .....	34
Tabela 2: A imagem da criança nos códigos internacionais .....	43
Tabela 3: As principais proposições da área de estudo denominada Sociologia da infância e as palavras que compõem um glossário da área .....	47
Tabela 4: Síntese dos programas já realizados na cidade de Jundiaí.....	98

## LISTA DE GRAFICOS

Gráfico 1: Índice de vendas de veículos automotores no mercado nacional (1999-2013) .....	35
Gráfico 2: Gráfico desenvolvido pelo economista Heckman .....	50

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento e Pessoal de Nível Superior

EMEB: Escola Municipal de Educação Básica

CECIP: Centro de Criação de Imagem Popular

MOB.PI: Participação Infantil nas Políticas Públicas de Mobilidade Urbana

RNPI: Rede Nacional Primeira Infância

UNESCO: Órgão das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

PNMU: Política Nacional de Mobilidade Urbana

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente

EMEI: Escolas Municipais de Educação Infantil

DNA: Ácido desoxirribonucleico

CAGED: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

NEC: Núcleo de Estudos das Cidades

USP: Universidade de São Paulo

UFSCAR: Universidade Federal de São Carlos

FATEC: Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo

CONDEPHAAT: Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.

PMJ: Prefeitura Municipal de Jundiaí

PMUJ: Plano Municipal de Mobilidade Urbana de Jundiaí

GT: Grupo de Trabalho

ISTC: Instituto de Ciencia y Tecnologia del Conocimiento

CNI: Consejo Nacional de Investigación

UGPUMA: Unidade de Gestão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente

DAE: Departamento de Água e Esgoto

IPPAC: Inventário de Proteção do Patrimônio Artístico e Cultural

Compac: Conselho Municipal do Patrimônio Cultural

CRAS: Centro de Referência de Assistência Social

CMDCA: Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	16
1.1 Apresentação dos conceitos.....	25
<b>2. A INFÂNCIA COMO TEMÁTICA</b> .....	39
2.1 O que é infância?.....	39
2.2 A criança como um sujeito de direitos.....	41
2.3 A Sociologia da infância.....	45
2.4 O porquê estudar a infância.....	48
2.5 Uma experiência no Brasil.....	51
<b>3. A CONSTRUÇÃO DA EXPERIÊNCIA COM A INFÂNCIA EM JUNDIAÍ.</b> .....	63
3.1 Um foco nas crianças.....	68
3.2 A cidade das Crianças.....	68
3.3 O programa Criança e Natureza – Instituto Alana.....	72
3.4 O Guia de Aprendizagem ao Ar Livre e o seu conteúdo.....	73
3.5 A Fundação Bernard Van Leer.....	79
3.6 A Urban95.....	80
3.7 As experiências já realizadas em Jundiaí.....	83
3.7.1 “Anjos da Guarda” .....	87
3.7.2 Praça Família Jundiaí e Espaço PET.....	87
3.7.3 Inglês a partir dos quatro anos.....	90
3.7.4 Praça que acolhe.....	90
3.7.5 Pássaros dos Jardins do Solar.....	91
3.7.6 Passaporte Cultural – Guardiões do Patrimônio.....	91
3.7.7 Domingo no Parque e Cultura nos parques.....	92
3.7.8 CIEMPI.....	92
3.7.9 Ruas de Brincar.....	92
3.7.10 Comitê das Crianças.....	92

3.7.11 Campanha Pé de Infância, Pé de Árvore.....	93
3.7.12 Programa entre a casa e a Escola.....	94
<b>4. A INTEGRAÇÃO ENTRE AS DIFERENTES ESCALAS DA CIDADE E AS ESFERAS DE CONVÍVIO INFANTIL - O CASO DE JUNDIAÍ.....</b>	<b>96</b>
4.1 A Esfera do Lazer – Parque Mundo das Crianças.....	101
4.2 A Esfera Cultural – Fábrica das Infâncias Japy.....	110
4.3 A Esfera Educacional – EMEB Wilma Nalin Fávaro.....	118
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>125</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>128</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>136</b>



## 1. INTRODUÇÃO

*“Crianças são um tipo de bioindicador. Se podemos construir uma cidade bem-sucedida para elas, teremos uma cidade bem-sucedida para todas as pessoas”*  
Enrique Peñalosa, prefeito de Bogotá- Colômbia. (Urban95 starter kit, ideas for action).

A presença de crianças e suas famílias no ambiente urbano é um sinal de vitalidade, dinamismo e de segurança social. A cidade é o lugar do encontro, onde trocamos experiências e vivências, mas para que isso aconteça é necessário que as pessoas se sintam seguras para conviver no espaço público e também para deixar as crianças livres para isso.

A pandemia vivida em 2020 mostrou o quanto nossas cidades são carentes desses espaços ao ar livre e de fácil acesso, e o quanto estes são importantes para uma vida saudável tanto física, quanto emocional.

Se fosse possível observar e vivenciar uma cidade utilizando como referência alturas a partir de 95 cm – altura de uma criança de 3 anos - o que mudaria? Certamente as percepções seriam diferentes. Coisas que para os adultos podem não ser obstáculos, para uma criança poderão ser um grande desafio, ou mesmo algo que não pareça nada interessante para um adulto, para uma criança pode motivar uma grande descoberta e criatividade. Essa é a pergunta formulada inicialmente pela iniciativa Urban 95<sup>1</sup>, que tem como objetivo dar voz aos bebês, crianças pequenas e seus cuidadores que dificilmente são ouvidos no planejamento urbano e nas políticas públicas. As cidades podem ser lugares maravilhosos para crescer, mas podem apresentar obstáculos sérios à plena participação urbana infantil.

É importante ressaltar que de certa forma as crianças foram condicionadas a frequentar lugares fechados que aparentam ser mais seguros, como o próprio ambiente familiar ou até mesmo as escolas. Isso se refletiu na cidade. Existem equipamentos e espaços urbanos especializados, onde se espera e se aceita que as crianças estejam, fora isso ela se torna invisível e em alguns momentos até um

---

<sup>1</sup> Programa desenvolvido pela Fundação Bernard Van Leer visando ações voltadas para a infância no planejamento urbano.

incomodo para os adultos. A “infância” é tratada em estudos sociológicos como uma fase de transição em direção à autonomia da vida adulta, por isso muitas vezes essa “falta de autonomia” se torna uma justificativa para a ausência de políticas públicas, sobretudo nas políticas urbanas.

“Perceber a cidade consiste, não em reproduzir o que é visível, mas, sim, torná-la visível através dos mecanismos da linguagem e da representação.” (Gomes, 1994). O sentido de cada espaço é atribuído por aqueles que o utilizam no cotidiano, e muitas vezes são as crianças que o fazem. Adultos e crianças enfrentam a cidade como o inesperado, a aventura, mas para as crianças ela é colocada como uma obra já pronta, consolidada, que não admite mudanças, e se apresenta, muitas vezes, como um local violento e ameaçador. Para que as crianças se tornem cidadãs é necessário que conquistem a cidade, através de conhecimento, mas também de apropriação.

“Significa poderem descobrir que caminhos podem ser trilhados individualmente ou coletivamente, significa descobrir, com os outros, que a cidade não está pronta, mas é obra a ser construída; significa poderem se sentir tendo a ver com os problemas e dificuldades da cidade e não como algo que não lhes diz respeito”. (Perez,2008, p.183)

As crianças têm formas diferentes de ver o mundo e enfrentar as situações, e a participação infantil na construção de políticas públicas e em projetos da cidade podem trazer um olhar simples que aponte novos caminhos e soluções que enriqueçam a vida de todos.

O planejamento e o design urbano, centrados na criança e seus cuidadores não deve se resumir à criação de mais parquinhos, o assunto tratado aqui é de uma remodelação no modo de vivenciar a cidade. Muitas famílias são desafiadas por um sistema de transporte público ruim, ruas que priorizam os carros, e lugares quase “desertos” no que diz respeito ao acesso de assistência médica e creches. O planejamento e design urbano cuidadosos pode ter um papel de extrema importância no desenvolvimento e começo de vida dessas crianças ao oferecer bairros caminháveis e de uso misto que forneçam as necessidades básicas de uma família jovem dentro de um raio de 15 minutos; espaços públicos verdes e animados perto de casa; rotas de transportes seguras e meios de transportes que facilitem e tornem seguro o deslocamento, mas ao mesmo tempo permitam que as crianças pequenas

explorem com segurança; entornos saudáveis com níveis seguro de qualidade do ar e uma vida em comunidade animada e que apoie o bem estar da família.

A cidade de Jundiaí vem há algum tempo chamando a atenção para a importância da criança na cidade. Segundo informações da Secretaria Municipal de Cultura, Jundiaí foi a primeira cidade da região a integrar, em 2017, a Rede Latino Americana “Cidades Amigas da Criança”, composta por municípios e algumas instituições. O “comitê das crianças” e as “ruas de brincar” são as iniciativas que integram o conceito do programa pela implementação de políticas públicas voltadas para o protagonismo das crianças nas tomadas de decisões e que reforcem a importância do brincar. Em 2018 a prefeitura começou a noticiar para a população uma nova fase da política municipal da criança. Em 2020 Jundiaí se tornou referência em primeira infância, sendo reconhecida em eventos internacionais, culminando no ingresso da cidade na rede URBAN95.

Um programa desenvolvido pela Fundação Bernard Van Leer<sup>2</sup> propõe três pontos estratégicos de partida para discussão e qualificação das cidades. Os **espaços públicos** (ruas, parques, calçadas, praças e parquinhos) seguros, acessíveis, confortáveis e estimulantes para bebês, crianças e cuidadores. O **transporte**, seguro, adequado, acessível em custo e sustentável para que os cuidadores com crianças pequenas possam alcançar os destinos pretendidos seja andando, pedalando, ou utilizando transporte público. E por fim o **planejamento de bairro**, um bairro que ofereça acesso fácil e promova a utilização de serviços essenciais durante os primeiros anos de vida da criança, localizados em um raio de locomoção de no máximo 15 minutos e de custo acessível

Com isso a prefeitura tem trabalhado na imersão e capacitação de gestores e técnicos em parceria com a Fundação Bernard Van Leer, para que a cidade tenha mais resultados nas políticas públicas voltadas para as crianças e possa aplicá-las ainda mais nos projetos que implementa.

O interesse no tema foi motivado pela experiência vivida no estágio que realizei na Prefeitura Municipal de Jundiaí, mais especificamente no acompanhamento da consultoria oferecida pelo CECIP para o desenvolvimento do projeto “Entre a casa e

---

<sup>2</sup> Fundação Holandesa que desenvolve trabalhos e programas voltados para o desenvolvimento da primeira infância.

a escola” da EMEB Luiz Bárbaro e outros que estão em andamento no Departamento de Projetos Urbanos da Unidade de Gestão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente Prefeitura Municipal de Jundiaí.

A prefeitura apostou numa grande empreitada que foi inaugurada em dezembro de 2020. O Parque “Mundo das Crianças”, apresentado pela Prefeitura Municipal de Jundiaí em um evento internacional na Holanda é um projeto que promete áreas verdes de 250 mil metros quadrados com 12 quadras, praças, ciclovias, pista de skate entre outras coisas, e, segundo o prefeito, será um espaço educativo por meio do contato com a natureza.

Outra referência importante no assunto é o CECIP (Centro de Criação de Imagem Popular) uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos que desde 1986 se dedica ao fortalecimento da cidadania por meio da educação e da comunicação. Dois projetos se destacam na temática, o primeiro é o MOB.PI (PARTICIPAÇÃO INFANTIL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE MOBILIDADE URBANA) que tem o objetivo de sensibilizar e auxiliar gestores públicos a incluir crianças, famílias e suas opiniões sobre as cidades na construção de políticas públicas de mobilidade e planejamento urbano. E o curso online sobre planos municipais pela primeira infância, uma parceria com a RNPI (Rede Nacional Primeira Infância), uma articulação nacional de organizações da sociedade civil, do governo, do setor privado, de outras redes e de organizações multilaterais que atuam, direta ou indiretamente, pela promoção e garantia dos direitos da Primeira Infância.

Há ainda no Plano Diretor da cidade de Jundiaí, aprovado em 2019, um capítulo inteiro como referência falando sobre a política da criança na cidade. O trecho aborda a garantia dos direitos da criança no espaço urbano, o programa de qualificação urbanística no entorno das escolas e a criação de rotas seguras ligando as escolas, a espaços públicos.

*“Todas as crianças merecem um bom começo: se você mudar o começo da história, poderá mudar a história toda.”*

(Urban95 starter kit, ideas for action).

Os bebês e crianças pequenas são os melhores aprendizes, é o que pesquisadores, especialistas em saúde e economistas dizem. Durante esse período os cérebros se desenvolvem muito mais rápido do que em qualquer outra época da vida, além disso o que os pais e outros cuidadores fazem durante este período ajuda a construir a arquitetura cerebral (Urban95 starter kit, ideas for action). E é por isso que podemos afirmar que um bom começo para as crianças é uma das partes mais importantes para a geração de uma sociedade pacífica, saudável e criativa.

Para que uma criança cresça bem ela precisa de uma boa nutrição, bons cuidados médicos, proteção contra violências, oportunidades de brincar e de criar interações afetivas entre si e com os adultos. Os programas para a primeira infância tem sido uma prioridade crescente para governos e investidores ao redor do mundo, por entender que o retorno dos investimentos nos primeiros anos de vida é excepcional. De forma geral as intervenções feitas para a primeira infância podem se apresentar de muitas formas/ investimentos, como na nutrição, direitos básicos como água e saneamento e outras voltadas para a educação e a proteção social. Recentemente a fundação Bernard Van Leer e outras instituições tem trabalhado para incluir um foco em outros setores que afetam as primeiras experiências de milhões de crianças pequenas, como o planejamento urbano.

O Instituto Alana<sup>3</sup>, mais especificamente o programa “Criança e Natureza” ressalta a importância do contato com a natureza na infância. Foi considerado como direito fundamental pela constituição de 1988 o acesso à natureza para crianças e adolescentes. De maneira mais específica a Lei n.º 13.257/2016, que estabelece o Marco Legal da primeira infância ressalta em seu artigo 5º a proteção ambiental como prioritária para as políticas públicas, por isso é necessário gerar e incentivar nas escolas e em lugares públicos espaços que proporcionem o bem-estar, o brincar, o contato com o meio ambiente e o exercício da criatividade das crianças.

Nos dias de hoje mais de 1 bilhão de crianças moram em cidades, que como dito anteriormente, podem contar com lugares maravilhosos, mas também podem apresentar sérios desafios. Concomitantemente a urbanização tem crescido rapidamente, o que se apresenta como uma oportunidade única para ajudar as crianças e famílias a se desenvolverem.

---

<sup>3</sup> Organização da sociedade civil, sem fins lucrativos que busca fazer ações a favor das crianças.

A cidade de Jundiaí tem colocado em prática vários projetos que visam o protagonismo da criança na construção da cidade, alguns na área de planejamento, e outros na área da educação. Com a permissão do retorno às aulas na rede municipal a secretaria de educação em parceria com o instituto Alana desenvolveu uma forma inovadora de enfrentar o problema. O plano de retorno das atividades escolares contou com um programa de “Desemparedamento da infância”, uma iniciativa objetiva, que contou ainda com embasamento histórico.

As aulas foram realizadas em espaços ao ar livre, dentro das unidades escolares e nos espaços públicos ao seu redor. Apesar da iniciativa ser notável sabe-se que muitos espaços públicos não possuem a estrutura necessária para receber tais atividades, e além disso é necessário levar em conta que o trajeto até esses lugares precisa ser qualificado e seguro.

Essa pesquisa tem como objetivo principal, entender como a requalificação de uma cidade pode atender a aplicação de programas e iniciativas voltadas para o público infantil em suas diferentes escalas e esferas de convívio social das crianças, além de contribuir para a inserção do tema na área de arquitetura e urbanismo. Entre os objetivos específicos, a pesquisa buscou entender como este trabalho começou na cidade de Jundiaí, os instrumentos legais para a implantação desta política, e analisar alguns dos projetos implantados na cidade para discutir o estágio atual desta política e como isso colabora para a sua requalificação.

A pesquisa proposta, além de necessariamente percorrer a literatura relacionada à espaço público, mobilidade urbana, direto à cidade e infância, teve como princípio tornar visível a materialidade dos projetos e conceitos propostos na cidade de Jundiaí. Isso significou pesquisar as formas concretas de intervenção que se manifestam e articulam os diferentes conceitos e processos nas diferentes escalas e estratégias dos atores envolvidos.

Para tanto a pesquisa cumpriu a seguinte metodologia: realizar a revisão bibliográfica seguindo dois diferentes eixos. Um relacionado aos conceitos da área de arquitetura e urbanismo, e o outro a partir de conceitos e teorias sobre a infância, desenvolvidos pelas áreas de pedagogia, psicologia e sociologia. Tal busca foi realizada longo da pesquisa a partir de livros, artigos, dissertações e teses, que foram buscadas e identificadas através das palavras chave desta pesquisa e de outras que

se relacionam com o tema. Foi desenvolvida também uma pequena revisão bibliográfica sobre a infância em diversas áreas do conhecimento para que fosse possível entender o histórico desta temática no Brasil, no mundo e na cidade de Jundiaí.

A fim de compreender o território estudado foi feita a caracterização da cidade de Jundiaí através de plantas e mapas que estão disponibilizados no geo portal da prefeitura, além de localizar na secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, reportagens e prestação de contas de projetos implantados, os planos e projetos já existentes ou em implementação voltados para a primeira infância. Após essa localização, foi feita a seleção dos projetos mais emblemáticos e de maior impacto na cidade para a realização de visitas de campo para um levantamento fotográfico.

Para a análise dos projetos foram elencados alguns questionamentos, que através da pesquisa, contribuiriam para a compreensão do papel daquele equipamento ou espaço em específico para a política da infância na cidade e como a implantação do mesmo contribui para a requalificação da cidade através das políticas públicas desenvolvidas.

Fica claro que, em praticamente todas as discussões sobre temas que envolvem a cidadania, as crianças não são mencionadas e a partir da etimologia da palavra infância é possível refletir sobre como esta parcela da população é muitas vezes calada. Do latim “Infantia” – “Fan” – falante e “in” – negação do verbo, ou seja, a criança é tida como indivíduo que não é capaz de falar.

A infância é tratada em estudos sociológicos como uma fase de transição em direção à autonomia da vida adulta, por isso muitas vezes essa falta de autonomia pode se tornar uma justificativa para a ausência de políticas públicas, sobretudo nas políticas urbanas. A partir de 1979 a sociologia da infância começou a se fortalecer com a declaração do Ano Internacional da Criança (feita pela UNESCO), no Brasil somente a partir do século XXI é que esse campo começou a crescer através de pesquisas e trabalhos desenvolvidos. Nele se propõe, dentro de uma perspectiva interpretativa e construtiva, argumentar que as crianças são seres ativos e participativos da sociedade.

Segundo Prestes (2013), baseado na teoria histórico cultural (Vigotski, 2010 apud Prestes 2013) a criança é um ser cultural cuja socialização se dá através da relação com o meio que não é composto apenas de objetos, mas de pessoas e

argumenta ainda que a criança está mergulhada na cultura desde o seu nascimento e no meio social constitutivo da pessoa. *“Perceber a cidade consiste, não em reproduzir o que é visível, mas, sim, torná-la visível através dos mecanismos da linguagem e da representação”* (Gomes, 1994).

O sentido de cada espaço é atribuído por aqueles que o utilizam no cotidiano, e muitas vezes são as crianças que o fazem. Adultos e crianças enfrentam a cidade como o inesperado, a aventura, mas para as crianças esta é colocada como uma obra já pronta, consolidada, que não admite mudanças, e se apresenta, muitas vezes, como um local violento e ameaçador.

Segundo Carvalho (2004), *“as pessoas se tornam cidadãs à medida que passam a se sentir parte de uma nação e de um Estado”*. Ou é possível acrescentar, quando se sentem pertencentes a um lugar, à cidade onde moram. Para Castro (2001), o cidadão é o *“habitante da cidade e senhor de direitos e obrigações enquadrados no âmbito da convivência com os outros”*. Para que as crianças se tornem cidadãs é necessário que conquistem a cidade, através de conhecimento, mas também de apropriação.

*“Significa poderem descobrir que caminhos podem ser trilhados individualmente ou coletivamente, significa descobrir, com os outros, que a cidade não está pronta, mas é obra a ser construída; significa poderem se sentir tendo a ver com os problemas e dificuldades da cidade e não como algo que não lhes diz respeito.”* (Pérez, 2008, p. 183)

A cidadania constitui-se, portanto, de um sentimento construído internamente pelo sujeito por meio de sua ação. As crianças têm formas diferentes de ver o mundo e enfrentar as situações, e a participação infantil na construção de políticas públicas e em projetos para a cidade pode incorporar um olhar simples que aponte novos caminhos e soluções que enriqueçam a vida de todos.

Lefebvre fala sobre o conceito de cidades em diferentes perspectivas e situa a cidade como um lugar a ser explorado por toda a sociedade. Sendo assim, o viver a cidade pressupõe um fortalecimento em seus territórios próprios (comunidades, bairros, culturas locais), que vão proporcionar uma integração entre todo o seu tecido urbano. Milton Santos (1998) define que é o uso do território que faz dele um objeto de análise e não o território em si. Conceitua ainda que o território é constituído por formas *“mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de*



espaço humano”. Santos (1998) afirma que o território transpassa o conceito de região, apresentando os conceitos de horizontalidade (que são os domínios próximos), e verticalidades (os pontos distantes).

Pensando nisso pode-se interpretar que o lugar primordial para a vivência da criança na cidade é esse espaço horizontal, que representa as localidades mais próximas. Não quer dizer que a criança não vá ter acesso aos espaços verticais, mas que esse processo seja gradativo e acompanhado de um adulto, para que seja possível para ela compreender essas subjetividades.

Torna-se necessário, portanto, que existam ações para que esses territórios sejam ocupados, e que a partir dessas ocupações e apropriações seja construído um processo identitário mais fortalecido fazendo com que a criança se reconheça como parte daquele lugar. Baumann (2005) ao discutir o conceito de identidade afirma que este não é um conceito estático, diante da liquidez do mundo contemporâneo, e que o pertencimento e a identidade são conceitos atrelados. Além disso aponta que a identidade de cada indivíduo vai ser moldada ao pertencimento a um lugar ou uma cultura, e em acordo com as experiências vividas ela pode se modificar ao longo dos anos.

Segundo Amaral (2021), olhando para esses conceitos no âmbito da identidade das crianças é possível constatar que tendo a escola como uma de suas referências sociais é o lugar que a criança deve encontrar o pertencimento à sua comunidade, bairro e cidade e num segundo momento os espaços “verticais” do mundo globalizado.

Para isso é necessário que o setor educativo se reinvente, ou volte às suas bases curriculares para que o processo lúdico de aprendizado esteja cada vez mais presente por meio de brincadeiras nas ruas e nos espaços públicos para que cada vez mais as crianças voltem a habitar a cidade, fortalecendo assim o desenvolvimento cultural da criança a partir do seu lugar de pertença.

Segundo Pereira (2016), é necessário contextualizar a cultura não apenas como uma instrução, pois dessa forma as crianças e os adolescentes ocupariam um papel de aprendizes, mas encará-la como tarefa coletiva e olhar para as crianças como sujeito potentes que também são capazes de produzir cultura e memórias ao

experimentarem o mundo. Nesse sentido o autor aponta a importância de valorizar a história das crianças e suas respectivas famílias com relação à cidade, para assim contribuir com a criação, transmissão e circulação da cultura.

Para abordar os temas elencados acima a dissertação foi dividida em quatro capítulos. No primeiro trata-se da introdução que busca contextualizar o assunto que será tratado além de iniciar a apresentação de alguns conceitos essenciais da área da Arquitetura e Urbanismo para o entendimento do tema. O segundo capítulo aborda a temática da criança, trazendo a conceituação histórica da fase da infância, conceitos da sociologia, justificativas que mostram a importância do estudo desta fase e a apresentação da experiência dos Parques Infantis da cidade de São Paulo, propostos por Mario de Andrade.

O terceiro capítulo apresenta as iniciativas já existentes na cidade de Jundiá que são voltadas para o público infantil, além de descrever a trajetória percorrida para que essa política fosse implantada na cidade. No quarto capítulo são apresentadas as diferentes escalas de atuação que se relacionam com as esferas do convívio infantil na cidade através da análise de 3 projetos selecionados ao longo da catalogação feita nesta pesquisa e por fim as considerações finais que fecham esta dissertação.

### **1.1 Apresentação dos Conceitos**

Para compreender melhor a discussão apresentada anteriormente, e a que se seguirá nessa dissertação, se faz necessária a revisão de alguns conceitos relacionados à área da Arquitetura e do Urbanismo que embasam discussões e que, há muitos anos, enriquecem a troca de conhecimento.

O primeiro conceito a ser apresentado é o de ESPAÇO PÚBLICO que, segundo Matos (2010) pode ser considerado recente visto que ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX não existia uma noção genérica de espaço público. Ao fazer uma comparação com a vida particular eram sempre citadas as ruas, praças, igrejas, festas e feiras. A Carta de Atenas, um manifesto urbanístico escrito em 1933, também não traz o conceito de espaço público, mas se baseia em expressões como “Superfícies verdes”, “os locais de lazer” e “instalações comunitárias”.

Segundo ASCHER (1998), a expressão “espaço público” surgiu na França, em meados dos anos 70. O autor defende que a difusão desse conceito acontece em

partes graças a uma nova abordagem da cidade em que a requalificação passa a ser mais valorizada que a reabilitação. Apresenta ainda que o espaço público é considerado o lugar de uso comum e de posse coletiva que pertence ao poder público. Serpa (2004) diz que o espaço público é o local da ação política ou, pelo menos, da possibilidade de ação política. Indovina (2002) considera que ele constitui também o lugar da identificação e da palavra, ou seja, o lugar que se manifesta através de símbolos e que acolhe a socialização e manifestação de diversos grupos sociais.

Dessa maneira, é possível considerar que o espaço público é o lugar de excelência na cidade e como elucida Borja (2003), é muito difícil dar ao espaço público apenas uma definição, visto que ele é um local plural e de diversas facetas.

*“O espaço público é um conceito próprio do urbanismo que às vezes se confunde (erradamente) com espaços verdes, equipamentos ou sistema viário, mas que também é utilizado na filosofia política como lugar da representação e da expressão coletiva da sociedade.” (Borja,2003, p.1)*

Para este autor a concepção de espaço público está centrada na trilogia cidade, espaço público e cidadania, e defende que nenhum destes termos pode ser entendido separadamente.

Ademais, se faz necessária a compreensão sobre o que é público e o que é privado, afinal os espaços públicos não são redutíveis aos termos jurídicos de pertencentes à comunidade ou ao “domínio público”. Alguns espaços possuem uma gestão privada, porém são considerados públicos, como por exemplo centros comerciais, shoppings center, estádios de futebol, etc., no sentido de que seu uso é praticamente livre para todos, mas muitos desses domínios públicos não são acessíveis para todas as pessoas, pois seu acesso está condicionado a uma autorização ou pagamentos de entradas.

Matos (2010) defende que o espaço público é por natureza mais aberto e com facilidade de acesso, o que o distingue do espaço privado. Além disso a autora ainda defende que o espaço público tem uma função e que a sua essência está em como é utilizado pelos atores sociais, e não apenas isso, os espaços públicos podem ser compreendidos em duas tipologias: os espaços de permanência e os circuitos, que permitem a mobilidade de pessoas e veículos por toda a extensão da cidade.

Outro aspecto importante a ser levado em conta na análise dos espaços públicos é a necessidade de estes espaços acompanharem as transformações demográficas e morfológicas da cidade. Por exemplo, os espaços públicos de um bairro (praças, ruas, calçadas, campos de futebol) limitam-se a serem usados pela população que ali reside, como também algumas visitas. Porém é importante compreender que os espaços públicos se articulam nas respectivas escalas, e todas elas são importantes, visto que a cidade é um lugar para todos.

Carminatti (2017) argumenta que é visível a crise de forma e de apropriação que os espaços públicos estão sofrendo na contemporaneidade. Segundo afirma, é possível observar uma tendência nas cidades brasileiras do século XXI, em que os espaços acabam contribuindo para que cada vez mais as atividades aconteçam de forma isolada, com a negação dos espaços públicos e uma cultura de produção de tipologias arquitetônicas fechadas. Com isso a discussão sobre o conceito de urbanidade se faz extremamente necessária nos temas que abordam as cidades e espaços públicos.

No dicionário Aurélio o conceito de urbanidade é definido como *“qualidade do que é urbano, a vida de cidade, cumprimento das regras de boa educação e de respeito no relacionamento entre cidadãos”*, trazendo uma correlação com valores para um bom convívio. É possível compreender então, que urbanidade vem da interação entre as pessoas em um mesmo espaço na cidade.

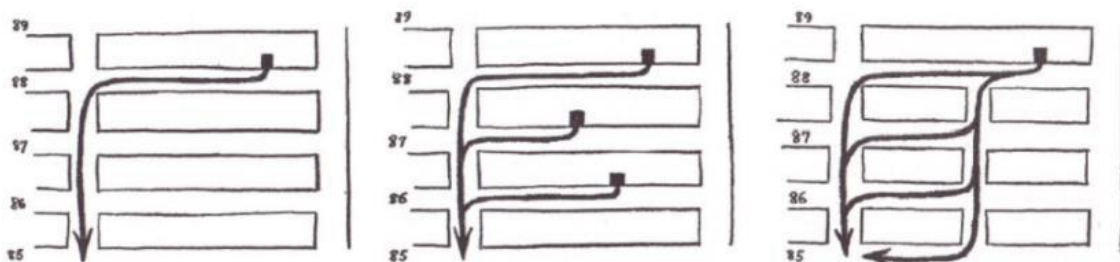
Tenório (2012 *apud* Carminatti,2017) aponta que *“(...) Indivíduos compartilhando de um mesmo espaço físico podem interagir ou não. A questão principal, então, não recai na interação, mas no compartilhamento do mesmo espaço físico, sem o qual nenhuma interação se dá”*. Os espaços que possibilitam um convívio social, mesmo que sem interação direta, proporcionam o reconhecimento e a apreensão do outro, ainda mais se puderem ser compartilhados por grupos sociais com culturas distintas, afirma Carminatti (2017).

Dessa forma o espaço público mostra-se como o principal agente da urbanidade, pois permite que esses encontros entre diferentes grupos aconteçam, criando um espaço integrador. Peponis (1989 *apud* Carminatti, 2017) afirma que *“se a sociedade enquadra as pessoas em diferentes classes, papéis e posições, o espaço urbano pode ser um dos meios de reintegração”*.

Antes mesmo do termo “urbanidade” ser efetivamente usado nos estudos urbanos muitos autores começaram a falar sobre os problemas da vida urbana. Jane Jacobs foi uma dessas autoras que em 1961 começou a criticar a negação dos espaços públicos, os estacionamentos e grandes empreendimentos na cidade de Nova York. Ademais Jacobs apontava os atributos que julgava necessários para a vida urbana, denominando-os como uma condição de diversidade. Dentre estes a autora citava que essa diversidade possui uma dimensão social e outra arquitetônica.

Na dimensão social Jacobs enaltecia a relação entre os moradores e os estranhos como uma variável fundamental para a diversidade. Neste sentido a autora defendia que o espaço público, quando é mais apropriado, com as fachadas ativas, aumenta as condições para que existam os “olhos da rua” como Jacobs (2011) chamava, basicamente melhoram a condição para que a rua seja vigiada por quem a ocupa. Já na dimensão arquitetônica ela abordava aspectos relacionados à configuração do espaço, recomendando que a projeção das quadras fossem mais curtas com o objetivo de oxigenar mais a vida urbana e criar condições de vitalidade.

**Figura 1.** As quadras mais longas (esquerda e centro). Na direita as alternativas de trajeto aumentam com quadras mais curtas.

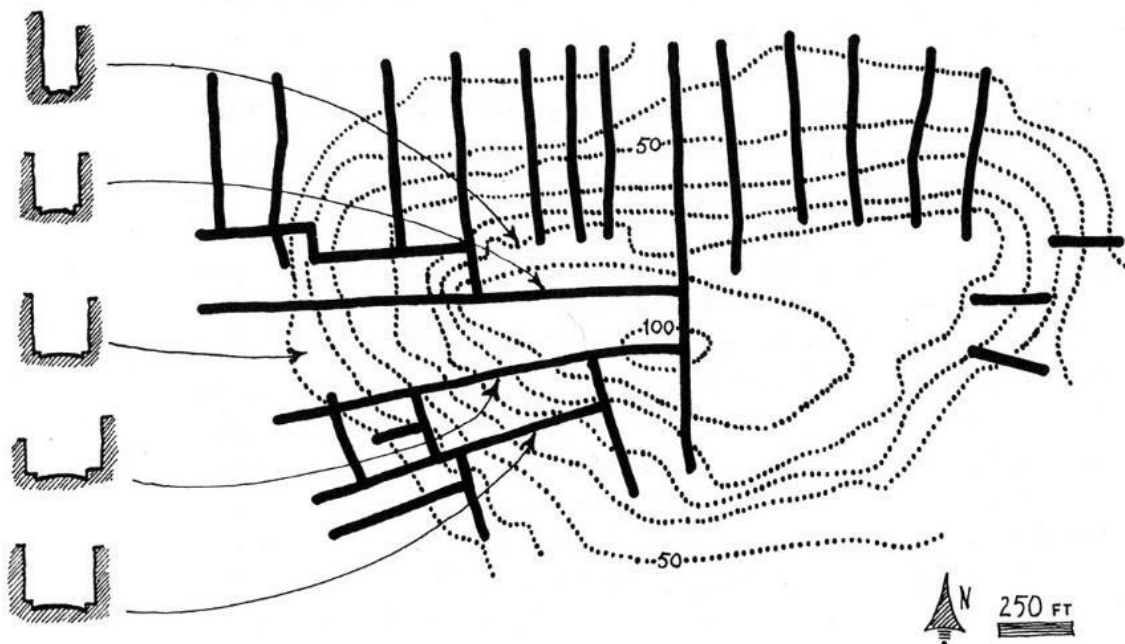


Fonte: JACOBS,2011, p.189-199.

Outro autor importante que trata características importantes para a análise do espaço é Kevin Lynch (Lynch,2006). O autor elabora uma forma de leitura urbana através de entrevistas com as pessoas, ele reconhece que a forma com que as pessoas vivem a cidade está ligada ao sentido visual de cada uma, e que isso resulta em um sistema que articula as atividades. Lynch ainda sugere o conceito de “linha de movimento”, assim ele descreve que:

*Uma cidade é estruturada por um conjunto de vias organizadas. O ponto estratégico de tal conjunto é intersecção, o ponto de ligação e decisão para a pessoa em movimento; se isso puder ser claramente visualizado (...) o observador poderá então criar uma estrutura satisfatória (Lynch, 2006, p. 109).*

**Figura 2.** Análise das vias, topografia e cortes transversais de ruas.



Fonte: LYNCH, 2006, p. 189.

Por mais que a análise de Lynch seja feita através de elementos sensoriais, com base no sentido visual das pessoas ela capta uma condição importante para a apropriação dos espaços públicos. Carminatti (2017, p. 37) baseando-se na teoria de Lynch elucida que:

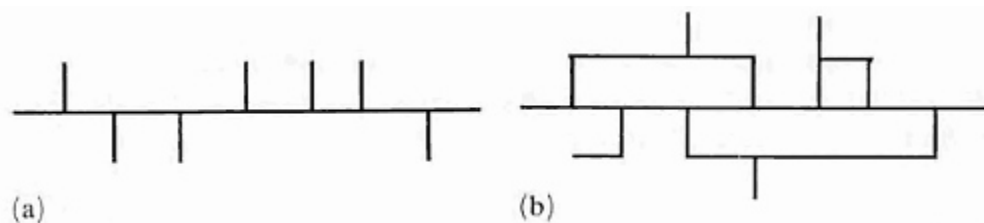
*“Uma estrutura urbana com lugares melhor conectados e facilmente percebidos sugere uma linha de movimento para quem utiliza a cidade (...) Essencialmente Lynch trata da constituição de sistemas de movimento que morfologicamente resultam na espacialização do traçado urbano”.*

Essa compreensão do sistema urbano que é proposta por Lynch, assemelha-se com a abordagem descrita por Hilier e Hanson em 1984, onde são apontados três pilares da urbanidade. O primeiro deles é a condição de rede, que basicamente se resume no modo como os edifícios estão distribuídos em torno de determinados

lugares. O segundo é a comunidade virtual, que pressupõe a existência de habitantes de uma comunidade e transeuntes que apenas passam por ela, mas que empregam um sentimento de apropriação. E o terceiro que diz respeito à escala local dos lugares, a forma como são conformados os espaços públicos e como se relacionam com os edifícios.

Hillier apresenta o conceito denominado por ele como “movimento natural”, que é o movimento exercido pelas pessoas, conforme se locomovem no espaço urbano, e isso como efeito primário garante o surgimento das atividades que garantem a vida neste espaço. Segundo Carminatti (2017) *“O espaço tem efeitos sobre os movimentos e sobre os atratores que se posicionam em áreas mais facilmente acessíveis aproveitando o fluxo estabelecido pelo movimento natural”*. Na imagem abaixo é possível compreender como a configuração da malha viária pode estabelecer uma hierarquia definindo áreas com maior e menor concentração de fluxo, assim tais áreas tendem a atrair alguns usos que se beneficiam desse movimento, como os usos comerciais.

**Figura 3.** Exemplo de como a configuração da malha sugere padrões diferenciados de movimento.



Fonte: Hillier et al, 1993

Em suma é possível concluir que a forma urbana, como ambiente construído, contribui com a reprodução de certos modos de vida quando cria facilidades para a prática da sociabilidade. Figueiredo (2012, *apud* Carminatti, 2017) afirma que:

*“A urbanidade acontece quando o ambiente construído e suas estruturas auxiliares, isto é, sistemas de transporte entre outros, permitem ou mesmo potencializam encontros e a co-presença entre pessoas de classes ou estilos de vida distintos em espaços legitimamente públicos, dentro de um sistema probabilístico no qual as pessoas, em suas rotinas, tendem a usar ou passar pelos mesmos lugares. Seu contrário, a desurbanidade, numa definição mais ampla, acontece quando o ambiente construído e suas estruturas auxiliares, isto é, sistemas de transporte entre outros, impedem ou pelo menos restringem encontros e a co-presença entre pessoas de classes ou estilos de vida distintos, separando-as em espaços privados ou semipúblicos, dentro de um sistema probabilístico no qual as pessoas, em suas rotinas, tendem a não*

*usar ou não passar pelos mesmos lugares.” (FIGUEIREDO, 2012 apud Carminatti, 2017, p. 42).*

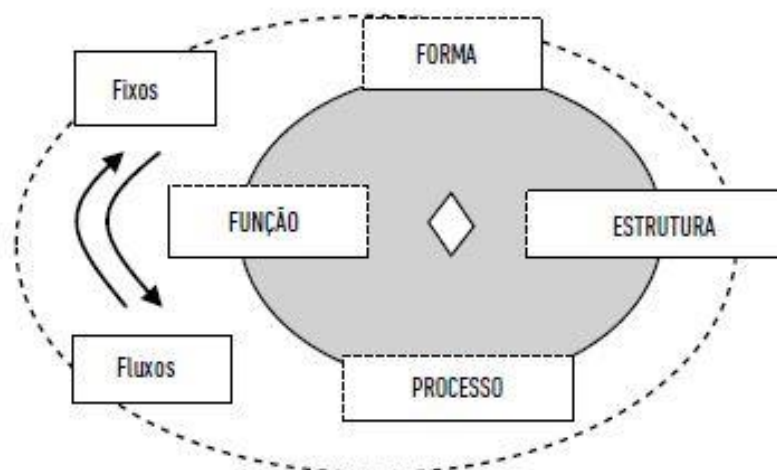
Outros dois conceitos importantes que foram apresentados pelo geógrafo Milton Santos, e que se conectam com o conceito de espaços públicos e urbanidade, são os fixos e fluxos. Segundo Barros (2020), esses conceitos trazem uma nova perspectiva para a interação das categorias de forma, função, estrutura e processo. Ambos os grupos (fixos e fluxos) exercem funções importantes em uma estrutura espacial, no caso desta pesquisa, aplicado à área urbana de uma cidade.

*“Os fixos, contudo, relacionam-se mais propriamente à intersecção entre forma e função, enquanto os fluxos referem-se à intersecção entre função e processo. (...) Puro Movimento, os fluxos não apresentam uma forma identificável. Suportes estáveis para a vida social, podemos considerar os fixos como formas que se perpetuam no espaço, embora nada impeça que estas sejam, de tempos em tempos, substituídas por outras.”*

*(Barros, 2020, p.496)*

Na imagem abaixo Barros busca ilustrar essa dinâmica para que o entendimento fique mais claro.

**Figura 4.** Quadro categorias essenciais para entender o espaço em interação com o sistema de fluxos e fixos.



Fonte: Elaborada por José D'Assunção Barros com base nos conceitos propostos por Santos (2008, 67-80).



Aprofundando um pouco mais na explicação do que efetivamente seria o significado desses conceitos desenvolvidos por Milton Santos, Barros (2020, p.497) resumiu em algumas palavras, e de forma simples o que seriam os denominados “Fixos”:

*“Os fixos, em algumas palavras, constituem os objetos geográficos que permanecem por um tempo considerável: são os pontos de apoio sobre o qual se ancora a vida de uma sociedade, o seu cotidiano, o seu trabalho. Tangíveis no espaço, e imóveis no lugar, os fixos são sempre localizáveis, apresentam formas bem definidas.”*

Em outras palavras, os fixos são os locais que são possíveis de reconhecer no território, por exemplo as casas, mercados, escolas, fábricas, edifícios de escritórios, praças, parques, teatros, centros esportivos, entre outros. As ruas, avenidas, túneis e viadutos exigem um pouco mais de reflexão. Para compreender e explicar melhor sua localização nessa teoria, Barros (2020) os classifica como “fixos condutores” (um subtipo dos fixos criado pelo autor). Segundo ele, *“Os fixos condutores são elos entre outros tipos de fixos, mas ainda são fixos.”*

O conceito de “fluxos” pode ser definido como “os movimentos entre os fixos” (Santos, 2013). Barros (2020, p.497), explica o conceito com o seguinte exemplo:

*“A rede de fiação que recobre uma cidade —na verdade, o maior artefato urbano visível— coloca-nos um sutil problema. O fluxo não é a rede de fiações, mas sim a eletricidade que nela circula, ou as mensagens que a atravessam de um para o outro lado entre dois telefones.”*

Dessa maneira é possível compreender o motivo das ruas e avenidas não serem consideradas fluxos. Elas são elementos fixos, conseguimos mapear a rede viária de uma cidade por exemplo, mas ela possui a função de abrigar o fluxo do trânsito de uma cidade, da mesma forma que as calçadas são elementos fixos onde se estabelece o fluxo de pedestres. Esses dois conceitos, apresentados por Milton Santos colaboram para a compreensão da dinâmica das cidades e do território como um todo. E como afirma Barros (2020, p.498):

*“Generalizadamente, pode-se dizer que a tecnologia dos fixos, sua forma, seu lugar na estrutura social, adapta-se para atender à necessidade dos fluxos. Não obstante, o inverso também é verdadeiro, pois as modificações nos fixos permitem novos fluxos, modificam as suas possibilidades de circulação, os seus ritmos e velocidades”.*

Seguindo a linha de raciocínio proposta por Milton Santos a respeito dos fluxos, se faz necessário a compreensão do conceito de mobilidade urbana. O tema é desafiador para o Brasil e se relaciona muito com o território e a formação urbana de cada cidade. A Lei nº 12.587, (Brasil, 2012), que instituiu a política Nacional de Mobilidade Urbana - PNMU, define a mobilidade urbana como sendo: *A condição em que se realizam os deslocamentos de pessoas e cargas no espaço urbano*. Esta lei federal tem o objetivo de contribuir para o acesso universal à cidade, o fomento e a concretização das condições que contribuam para a efetivação dos princípios, objetivos e diretrizes da política de desenvolvimento urbano, por meio do planejamento e da gestão democrática do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana.

Um ponto que merece destaque na nova lei da mobilidade urbana é o artigo que define como princípio desta política pública a *“Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do uso dos diferentes modos e serviços”* além da *“equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros”* (Brasil, 2012, artigo 5º.) Essa exigência colocada na lei imprime um princípio de equidade na utilização de tais espaços e além disso do espaço para subsídio para que os municípios possam fazer políticas públicas beneficiam meios de transportes mais sustentáveis.

Desde a segunda metade do século 20 os centros urbanos brasileiros tiveram um grande crescimento, que acarretou em uma transformação muito rápida e sem planejamento, de um país com raízes rurais, para um país majoritariamente urbano, impactando na morfologia de assentamentos e também na mobilidade da população. Segundo a estimativa feita pelo IBGE, em 2020, 85% da população vive em centros urbanos. Com esse crescimento acelerado e sem controle e regulação as cidades cresceram sem que houvesse uma expansão de infraestrutura de transporte equivalente.

**Tabela 1.** Brasil: taxas de crescimento da população e taxa de urbanização (1940-2010)**TABELA 1**  
**Brasil: taxas de crescimento da população e taxa de urbanização (1940-2010)**

Décadas	Crescimento da população total (%)	Crescimento da população urbana (%)	Taxa <sup>1</sup> de urbanização	Cidades <sup>2</sup> com população > 500 mil
1940-1950	25,9	72,8	26,4	2
1950-1960	36,7	72,0	36,2	3
1960-1970	33,1	66,1	45,5	6
1970-1980	28,2	55,4	56,8	9
1980-1990	21,3	35,8	68,9	14
1990-2000	15,6	21,8	77,1	-
2000-2010	12,3	16,4	81,3	-
2010-2020	-	-	84,2	36

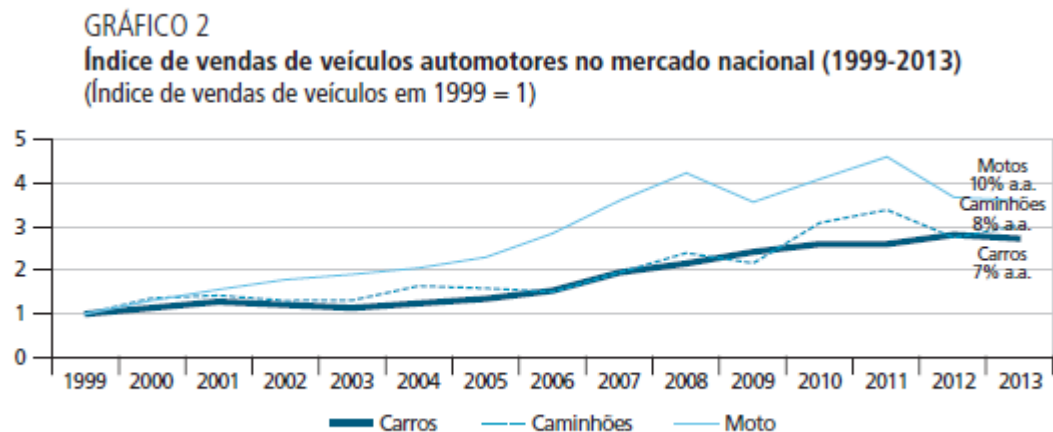
Fonte: IBGE.

Notas: <sup>1</sup> Percentual de habitantes morando em área urbana no início da década considerada.<sup>2</sup> Quantidade de cidades com população superior a 500 mil habitantes no início da década.

Notas: <sup>1</sup> Percentual de habitantes morando em área urbana no início da década considerada. <sup>2</sup> Quantidade de cidades com população superior a 500 mil habitantes no início da década.

Fonte: IBGE

Sendo assim o resultado obtido foi o que autor Bernard Secchi descreve em seu livro “Primeira Lição de Urbanismo” como as cidades difusas, se referindo às novas formas de ocupação urbana da contemporaneidade que se dão no território de forma fragmentada, trazendo cada vez mais desafios para a gestão pública, e para a vivência e criação da urbanidade no território. Diante desse cenário a tendência rodoviarista ganhou muito mais espaço no país, o transporte coletivo começou a ser deixado de lado, para dar lugar aos sistemas que privilegiam o transporte individual e o deslocamento privado.

**Gráfico 1.** Índice de vendas de veículos automotores no mercado nacional (1999-2013)

O investimento no setor da mobilidade urbana beneficia em muitos aspectos a vivência da cidade, principalmente nos espaços públicos. O grande desafio enfrentado atualmente é o de valorização dos transportes coletivos que além de serem mais sustentáveis, diminuem a quantidade de veículos nas ruas, minimizando assim o trânsito excessivo que muitas cidades enfrentam. Além de viabilizar investimentos para que o país possa continuar evoluindo em tais áreas.

Outro desafio que parece apontar uma perspectiva futura é o da valorização da micro mobilidade, ou seja, do transporte sustentável individual através de bicicletas e patinetes elétricos que já existem em algumas cidades do Brasil. Essa modalidade além de ser benéfica para o meio ambiente e desobstruir as vias, colabora para uma vivência mais próxima da cidade, pois a movimentação que é feita por meio desses transportes atinge apenas os arredores mais próximos.

Com as questões apresentadas é possível compreender que o desenvolvimento da mobilidade urbana está profundamente ligado à estruturação do território, a vivência dos espaços públicos, a criação de fluxos e a valorização dos fixos, além da manutenção da urbanidade de muitos locais.

A humanidade vive atualmente um paradoxo entre um momento de grande avanço tecnológico que poderia contribuir para proporcionar uma maior integração entre os indivíduos, mas este avanço tem se mostrado como um recurso que mais faz as pessoas se isolarem em seus espaços privados. Como

consequência disso é urgente a reapropriação dos espaços públicos, como um lugar central da construção de uma nova cidadania, de um novo convívio social que agregue à coexistência física. a troca de informação e experiências individuais e coletivas.

Segundo Habermas (1997) o espaço público é palco para a construção da autonomia pública, sendo esta então complementada pela autonomia privada de cada indivíduo lá inserido, assim os atores sociais articulando as políticas públicas aplicam o princípio da democracia e possibilitam aos cidadãos o exercício de uma nova cidadania ampliando as conexões de cada um dos indivíduos dentro desses espaços n u m p r o c e s s o democrático que permite direcionar as discussões políticas. (Da Costa, 2018)

A visão democrática de Habermas, sugere a inclusão de todos os cidadãos na base da igualdade e direitos, e de forma dinâmica propõe que a sociedade democrática atue sobre si mesma através de meios políticos. Em contrapartida, a busca pela solidariedade se dá nos espaços públicos que possuem uma natureza democrática, podendo-se reconhecer assim uma comunidade efetivamente moral, que se reconhece no estranho e na diversidade para viver de maneira cooperativa.

Assim, Habermas identifica a responsabilização solidária como ponto de inclusão no espaço público e local, explicando que:

*“O mesmo respeito para todos e cada um não se estende aqueles que são congêneres, mas à pessoa do outro ou dos outros em sua alteridade. A responsabilização solidária pelo outro como um dos nossos se refere ao “nós” flexível numa comunidade que resiste a tudo o que é substancial e que amplia constantemente suas fronteiras porosas. Essa comunidade moral se constitui exclusivamente pela ideia negativa da abolição da discriminação e do sofrimento, assim como da inclusão dos marginalizados e de cada marginalizado em particular, em uma relação de deferência mútua.” (Habermas, 1997, apud Da costa, 2018, p. 4)*

Entende-se que a comunidade como o lugar do compartilhamento e da diversidade deve oferecer fronteiras abertas e disponíveis para aqueles que

desejam se inserir e continuar sendo estranhos uns aos outros. Habermas acrescenta ainda que,

*“Essa comunidade projetada de modo construtivo não é um coletivo que obriga seus membros uniformizados à afirmação da índole própria de cada um. Inclusão não significa aqui confinamento dentro do próprio e fechamento diante do alheio. Antes, a “inclusão do outro” significa que as fronteiras da comunidade estão abertas a todos- também e justamente àqueles que são estranhos um ao outro - e querem continuar sendo estranhos.” (Habermas, 1997, apud Da costa, 2018, p. 4)*

Em um outro extremo encontra-se o fenômeno da globalização, que apresenta pontos positivos para as pessoas, como a própria internet, que possibilita a interligação a qualquer lugar do mundo além do acesso rápido e fácil a todo tipo de informação, porém também apresenta malefícios, que segundo Bauman tem relação com a liquidez das relações interpessoais na modernidade. Para Bauman (2003 p.09) o conceito de comunidade não se refere ao que estamos habituados no mundo que vivemos, mas a algo que gostaríamos de viver e estamos em constante busca.

Assim, compreende-se que no cenário atual as pessoas estão extremamente conectadas, ao mesmo tempo que não estão. As relações estão cada vez mais frágeis e isso tem relação com regras impositivas de consumo desenfreado que rompem e desestabilizam os espaços locais e aproximam outras localidades que “padronizam os costumes, a cultura e até a educação, fazendo com que ocorra uma dicotomia entre o perto e o distante, o incluído e o excluído”. Nas palavras de Da Costa (2018, p.5):

*“Apesar de o espaço público ser uno e diverso, demonstrando que existe complexidade, pois assim como os indivíduos não são iguais, as comunidades também são diferentes umas das outras, torna-se necessário a adoção de um pensamento complexo que contribua para a reconstrução da solidariedade, assim como no resgate de comunidades que precisam ser respeitadas pelas suas peculiaridades.”*

Nesse sentido, a construção da solidariedade deve ser articulada entre os atores sociais e, concomitantemente a isso ampliar a ideia da reconstrução do sujeito como um ator social, que transforma o entorno através das suas ações. Portanto de acordo com Farias (2007), uma das condições da democracia é a reconstrução do sujeito como ator social, e para que isso aconteça é de extrema importância que se reconheça a pluralidade da condição humana, que só se dá através da convivência com o outro.

Conclui-se então que a inclusão dos indivíduos em uma gestão democrática, está diretamente ligada à vivência nos espaços públicos que proporcionam a convivência com outras pessoas, facilitando assim a troca de informação e o despertar do interesse da esfera local. Dessa forma os atores sociais se tornam participantes da construção de uma comunidade mais igualitária, auxiliando e fiscalizando as decisões públicas, exercendo assim o seu papel como cidadão. Destaca-se aqui o importante papel da educação como instrumento conscientizador do uso dos espaços públicos (Moraes, 2018).

Vários setores da humanidade vêm trilhando caminhos que os tem levado ao individualismo e a pandemia de COVID19 iniciada em 2020 acentuou ainda mais esse fenômeno, segundo a pesquisa publicada na revista "Personality and Individual Differences"<sup>4</sup>, portanto é necessário pensar em estratégias para reconstruir as comunidades e a vivência cidadã.

Diante do cenário descrito anteriormente se faz necessária a reconstrução dos sujeitos, que segundo Moraes (2018) são construções sociais conforme o tempo e a cultura predominante e nesse contexto a autora aponta que a educação apesar de necessária e transformadora, acaba se tornando uma ferramenta reprodutora de culturas e desigualdades sociais.

Olhando para os sujeitos como agentes sociais, como elucida Pierre Bourdier (*apud Moraes*), é importante compreender que cada um deles vive em um espaço de lutas sociais e estão divididos em classes sociais distintas, onde cada um também possui uma herança cultural que contribui para a sua formação, visto que

---

<sup>4</sup> Values and COVID19 worries: The importance of emotional stability traits.

o processo de aprendizado e absorção de novos conhecimentos é constante e se desenvolve à medida que a convivência com o outro é concretizada.

Assim fica claro que a construção de uma nova cidadania passa pela vivência e apropriação dos espaços públicos que contribuem para a compreensão da necessidade e convivência com os outros, fortalecendo e criando comunidades consolidadas que poderão reivindicar direitos e melhorias para toda a população local.

## **2 A INFÂNCIA COMO TEMÁTICA**

### **2.1 O que é a infância?**

Como tratado anteriormente a etimologia da palavra infância diz muito sobre como a sociedade caminhou na interpretação dessa etapa da vida. A palavra infância vem do Latim – *infantia*. O prefixo “*in*” indica negação e “*Fari*” do falar, ou seja, a infância é tida como o período da vida daquele que não deve falar, ou aquele que não tem voz.

*“A ideia de que a infância é um ciclo da vida com características próprias e distintas dos demais ciclos foi historicamente construída”*

*Centro de Referências em Educação Integral, 2017.*

Como afirma o relatório desenvolvido pelo Centro de Referências em Educação Integral o conceito de infância foi historicamente construído visto que a interpretação que se tem hoje desse período nem sempre foi assim. Segundo Ariés, 1973 (*apud* Nascimento, 2008) na idade média, antes da escolarização, as crianças compartilhavam os mesmos lugares e situações que os adultos fossem eles domésticos, de trabalho ou social. Nesta sociedade não havia uma divisão que levasse em conta a idade dos indivíduos e a fase da vida que hoje denominamos infância, nas representações artísticas as crianças eram, na maioria das vezes, retratadas como mini adultos. Porém segundo o autor, é possível afirmar que foi na idade média que as “Idades da vida” começaram a ter importância.

Segundo Nascimento (2008), durante a idade média existiam seis etapas de vida. As três primeiras, 1ª idade (nascimento/ 7 anos), 2ª idade (7 – 14 anos) e a 3ª idade (14 – 21 anos) não eram valorizadas pela sociedade. Somente a partir da 4ª



idade (21 – 45 anos), considerada a juventude, que as pessoas começavam a ser reconhecidas socialmente. Existiam ainda a 5ª idade (a senectude) que eram as pessoas que não eram velhas, mas já tinham passado pela juventude, e por fim a 6ª idade (Velhice), dos 60 anos até a morte. Essas etapas alimentavam a ideia de uma vida dividida em fases (Ariés, 1973 *apud* Nascimento, 2008).

Durante o século XVII surge nas classes dominantes a primeira concepção real de infância. Isso se deu a partir da observação dos movimentos de dependência das crianças pequenas, os adultos começaram a se preocupar com elas enquanto seres dependentes e frágeis. Isso fez com que essa etapa da vida ficasse ligada à ideia de proteção afirma Levin (1997). Ademais, só ultrapassava tal fase da vida quando atingisse um certo grau de independência. Dessa maneira a palavra “infância” designava a idade que necessita de proteção, o que perdura até os dias de hoje. As crianças vistas apenas por esse viés biológico precisavam de grandes cuidados e de uma rígida disciplina para se tornarem adultos socialmente aceitos.

Todavia à partir dos pensamentos de Rousseau (1995), que é considerado um dos primeiros pedagogos da história, a criança começou a ser vista de uma forma diferente. Ele defendia uma educação sem exércitos e juízes, acontecendo desde o nascimento da criança, como um processo natural que faria com que elas evoluíssem como adultos com capacidades críticas.

Outro fato importante que mudou a concepção da sociedade a respeito das crianças foi a revolução industrial. A passagem de uma sociedade agrária para uma sociedade industrial alterou a organização das famílias e até a quantidade de filhos. Antes as famílias eram grandes, e depois esse número foi reduzindo. Com a necessidade de mão de obra por parte da indústria as crianças começaram a ser também mão de obra. Nesse período também começaram a surgir as escolas populares.

Ariès (1978 *apud* Nascimento, 2008) afirmou que a noção sobre o período de inocência na infância se firmou pela primeira vez no iluminismo do século XVIII e atingiu seu ápice nos EUA no século XX onde leis sobre o trabalho infantil, instrução obrigatória para todos e um sistema judicial para criminalidade juvenil definiram como as crianças eram diferentes dos adultos e deviam ser tratadas de acordo com essas

condições. Tudo isso mostra que a infância não é somente um conceito biológico, é também na mesma medida um conceito cultural.

À partir do final do século XIX outros pesquisadores começaram a tratar o assunto de forma diferente, olhando para a criança através da sua interação com o ambiente físico e social. A médica italiana Maria Montessori teve um papel muito importante nessa trajetória pois entendeu que a criança não é um ser biológico, mas um ser social. Outros nomes também foram muito importantes a disseminação dessa ideia como o psicólogo Lev Vygotsky e o biólogo Jean Piaget. A partir daí pode-se perceber que a criança começa a ser estudada e valorizada pelo ponto de vista biológico, social, afetivo e psicomotor, e isso só aconteceu porque a infância foi entendida como uma fase da existência humana, com suas peculiaridades específicas.

Dessa maneira, em uma interpretação contemporânea, trazida pelo Centro de Referência em Educação Integral:

*“As infâncias precisam ser compreendidas como uma etapa da vida em si, e não a preparação para algo futuro. A criança, mesmo dependente, sem o domínio completo da linguagem formal, sem uma coordenação motora aperfeiçoada, e ainda construindo seus saberes, é um sujeito completo e tem tantos direitos quanto um adulto”.*

*Centro de Referência em Educação Integral*

## **2.2 A criança como um sujeito de direitos**

Quanto aos direitos e deveres das crianças na sociedade é possível percorrer alguns marcos legais desde os anos 1700 que foram responsáveis por construir o que se tem nos dias atuais. A primeira iniciativa regulamentada por lei como uma política de assistência infantil foi a chama “Roda dos Expostos”, vinda da Europa e iniciada no Brasil em 1726 essa foi uma das instituições que mais perpetuou no tempo, sendo extinta definitivamente no ano de 1950.

O Sistema foi inventado na Europa medieval e cumpriu um importante papel, onde por mais de um século foi a única instituição de assistência a crianças abandonadas no Brasil. A Roda dos expostos tinha o objetivo de estimular aqueles que não desejavam um bebê a não deixa-lo pelos caminhos, bosques, portas de igrejas ou casas, como era de costume. A iniciativa tinha um viés missionário, cuja

primeira preocupação era o batismo com a intenção de salvar a alma da criança. As primeiras foram implantadas no Brasil ainda na era colonial, nas cidades mais importantes: Salvador, Rio de Janeiro e Recife, nesta ordem.

**Figura 5.** Desenho que representa a roda dos expostos



Fonte: <https://crianca.mppr.mp.br/pagina-2174.html> - Acessado em 12/12/2022.

Em 1890 foi criado o código criminal da república que determinava a penalização de crianças entre 9 e 14 anos. Esse código foi escrito com a intenção de conter o crescimento da violência urbana. A responsabilização pelos crimes era feita a partir da Teoria do Discernimento. As crianças eram avaliadas de acordo com “discernimento” que tinham sobre o erro cometido, as penas poderiam ser iguais às de um adulto ou poderiam ser consideradas impunes.

Além disso, em 1924 foi escrita a Declaração Universal dos Direitos das Crianças pela Liga das Nações e ratificada pela ONU em 1959. Essa declaração foi dividida em 10 princípios que tem como objetivo garantir uma infância feliz, gozando de seus benefícios e direitos na sociedade como o direito à proteção, desenvolvimento completo, educação, entre outros. Com o objetivo de sintetizar as iniciativas internacionais e as suas respectivas formas de ver a infância, Vasconcelos, A.A (2022) produziu uma tabela que compila os principais documentos que marcam os direitos da infância e suas respectivas visões, com base nos estudos de Rinizzi, Tabak e Sampai (2018).

**Tabela 2.** A imagem da criança nos códigos internacionais

ANO	1924	1948	1959	1979	1989
CÓDIGO	Declaração de Genebra dos Direitos da Criança - Liga das Nações	Declaração Universal dos Direitos Humanos	Declaração dos Direitos das Crianças - ONU	Ano Internacional da Criança - ONU	Convenção sobre os Direitos da Criança
IMAGEM DA CRIANÇA	Crianças são seres vulneráveis, inocente e são vistas como uma promessa de futuro.	Crianças são objetos de cuidados e atenções especiais.	Adultos precisam proteger as crianças	Crianças começam a ser considerados sujeitos de direito	Criança com direito à participação

Fonte: VASCONCELOS, A. A. Cidade e criança: estudos de espaços públicos de Fortaleza sob a ótica do brincante infantil. 2022. 218 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo e Design) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia, Fortaleza, 2022. Acessado em: dezembro, 2022

Com esse quadro é possível notar uma construção histórica do direito das crianças no cenário internacional, saindo de uma visão adultocêntrica, que trata a criança como um ser vulnerável até a conscientização e reconhecimento de que a criança é um ser social e de direitos, que merece ser ouvida. Vale ressaltar que essas declarações e códigos são um pontapé inicial para um novo olhar do direito das crianças. Em suma, principal e mais difícil mudança precisa vir da mentalidade dos técnicos, população, professores e da população, para que não sejam apenas uma teoria, mas se tornem prática no dia a dia.

No Brasil o direito das crianças e dos adolescentes começou a ser garantido com a Constituição Federal de 1988, mais especificamente o artigo 227 que diz que:

*“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária,*

*além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. “*

*Constituição Federal de 1988*

O artigo ainda garante em seus parágrafos o compromisso do Estado com os programas de assistência, atendimento especializado para crianças portadoras de deficiência, prevê punição contra abuso, regulamentação do processo de adoção, entre outros tópicos importantes para o desenvolvimento infantil. Esse artigo se tornou base para a criação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), que é o principal instrumento normativo do país quando se trata de crianças e adolescentes. O documento regulamenta o artigo 227 da Constituição Federal e define as crianças e adolescentes como sujeitos de direito e foi criado em 1990 pela Lei nº 8.069.

O ECA considera crianças, pessoas com até doze anos de idade incompletos e dentre os direitos garantidos o documento passa pelos tópicos de direito à vida, direito à liberdade, respeito e dignidade, direito à convivência familiar e comunitária além de passar por assuntos como a definição da família, guarda, tutela, adoção, direito à educação, cultura, esporte e lazer, informação, profissionalização e até atendimento.

O último documento importante que foi sancionado no Brasil foi o Marco Legal da Primeira Infância, em 2016 que tem como objetivo:

“Art. 1º Esta Lei estabelece princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a primeira infância em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano, em consonância com os princípios e diretrizes da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente (...))”

Com esse documento garante-se a relevância dos cuidados com a primeira infância (período dos 0-6 anos) avançando na construção e implementação de políticas públicas voltadas para essa idade, além de incentivar programas de apoio às famílias.

Portanto é importante que a sociedade olhe para a criança como um sujeito que possui direitos como qualquer adulto que tem isso garantido por lei. Direito a um nome

e uma nacionalidade; Direito à vida, saúde, alimentação, liberdade, educação, justiça, cultura e esporte; Direito à liberdade de expressão e de opinião, participação e a serem escutadas; Direito a não trabalhar até 14 anos e a proteção sobre condições de trabalho a partir dessa idade; Direito ao brincar e ao lazer.

Além disso, o grande desafio é deixar de lado conceitos que levam a pensar e interpretar a infância como uma fase de preparação, ou olhar para a criança como um papel em branco, pois como diz Clarisse Cohn (2005): “*A diferença entre as crianças e os adultos não é quantitativa, mas qualitativa; a criança não sabe menos, sabe outra coisa*”. É necessário olhar para a criança como um indivíduo multidimensional, onde o seu desenvolvimento depende de diversas dimensões para acontecer em plenitude.

### **2.3 A sociologia da infância**

Os estudos sobre a infância vêm a algum tempo se organizando em uma área designada “Sociologia da Infância”. É uma iniciativa recente em termos de produção acadêmica surgida na França e na Inglaterra. Apesar da criança nunca ter sido excluída do pensamento sociológico, a infância não era considerada como uma categoria social e isso só começou a se desenvolver no final do século XX. Apesar disso desde os anos 30 a expressão “sociologia da infância já se encontrava formulada, segundo Sarmiento (2008).

Como toda área do conhecimento existem diferentes vertentes e interpretações que buscam compreender e contribuir para a construção do pensamento acerca de um tema. Mauss, (1996 *apud* Linhas, 2008) afirma que a constituição da sociologia da infância deve-se à oposição da concepção de infância enquanto simples objeto passivo de uma socialização regida por instituições e por adultos. A visão da infância como uma construção social foi iniciada por Ariés, a partir de então muitos trabalhos começaram a surgir trazendo a mesma hipótese.

Sirota, (2001 *apud* Linhas, 2008) afirma que para a construção do campo da sociologia da infância se faz necessário o afastamento da concepção de infância trazida por Durkheim onde a criança é tida como o receptáculo da vida adulta, um vir a ser. A Autora diz que “*trata-se de romper a cegueira das ciências sociais para acabar com o paradoxo da ausência das crianças na análise científica da dinâmica social com*

*relação a seu ressurgimento nas práticas e no imaginário social” (Sirota, 2001 apud Linhas, 2008)*

Uma outra vertente que aborda o assunto defende a investigação do assunto a partir do ‘ofício das crianças’. Essa visão é de Montandon (2001), grande representante da fundação da sociologia da infância. A autora inaugura em seus estudos, uma ruptura com as abordagens clássicas de socialização infantil e traz a perspectiva das crianças como atores. Dessa forma a partir da década de 90 os estudos sobre as crianças passam a considerar a infância como um fenômeno social, ultrapassando assim os métodos reducionistas. Demartini, 2001 apud Linhas,2008 afirma: *“porque não existe uma única, e sim, em mesmos espaços têm-se diferentes infâncias, resultados de realidades que estão em confronto”*.

Dessa forma, os estudos sobre a infância têm como objetivo não cair no reducionismo de nenhum dos lados, como já apontava Prout (2004) é necessário que a sociologia da infância não caia na ideia de que a infância é apenas uma construção social, para abandonar o reducionismo biológico, e assim cair no reducionismo sociológico. Sendo assim, a criança deve ser vista como um ser completo, biopsicossocial. Fica claro então a necessidade de um estudo interdisciplinar, que seja capaz de interpretar as crianças por completo.

Sarmiento (2008) apresenta um ponto de vista que vale ser ressaltado. O autor traz a perspectiva que ao estudar a infância, se estuda a totalidade da realidade social contemporânea, visto que segundo o autor *“nunca como hoje a infância se apresentou como a geração onde se acumulam exponencialmente os indicadores de exclusão e sofrimento”*. Portanto as crianças se colocam como uma porta de entrada para a compreensão da realidade.

É curioso refletir sobre o motivo da longa ausência do protagonismo da infância nos estudos sociológicos, e segundo Sarmiento (2008) um dos motivos é que as crianças eram tratadas como seres sociais “em trânsito”, como objetos a serem cuidados pelos adultos. Esse fato explica também o precoce desenvolvimento de estudos sobre as crianças nas áreas da medicina, psicologia e pedagogia: *“As crianças eram consideradas como destinatário do trabalho dos adultos e o seu estudo só era considerado enquanto alvo de tratamento, orientação e ação pedagógica dos mais velhos” (Sarmiento,2008)*.

Em síntese, as crianças eram tratadas como seres “invisíveis” por não serem consideradas seres sociais com pleno direito. E por isso é tão necessário o estudo das crianças e o esforço da disciplina em fazer a distinção das crianças como atores sociais e a infância como uma categoria social, geracional e que é socialmente construída (Sarmiento, 2008).

Como mencionado anteriormente uma área do conhecimento é formada por diferentes correntes, abordagens e teorias, porém alguns aspectos se tornam bases conceituais e se constituem como marcadores do campo teórico. Dessa forma Sarmiento (2008) elenca de forma clara 10 proposições que apresentam essas bases do campo teórico, o autor salienta que não é seu objetivo apresentar de forma plana cada um dos conceitos, pois eles são amplamente discutidos e embasados, mas apenas salientar pontos importantes que nesta pesquisa serão trazidos em forma de tabela em que a primeira coluna apresenta a proposição e na segunda coluna as palavras chaves que segundo o autor contribuem para um glossário de base para a disciplina.

**Tabela 3.** As principais proposições da área de estudo denominada Sociologia da infância e as palavras que compõe um glossário da área.

<b>Proposição</b>	<b>Palavras chave</b>
1- “A infância deve ser estudada em si própria”	Imagens sociais da infância, adultocentrismo.
2- A infância é uma categoria geracional que necessita de ser estudada de modo a articular os elementos de homogeneidade	
3- O conceito de geração é central na configuração sociológica da infância, porque permite resgatar, quer no plano da análise de estrutura social, quer no plano da análise da ação social das crianças, aquilo que é distintivo.	Geração



4- A construção social da infância, historicamente consolidada, realizou-se segundo o princípio da negatividade.	Construção social, negatividade, competência infantil.
5- A infância não é uma idade de transição.	Alteridade geracional.
6- As condições de vida das crianças necessitam, igualmente, de ser estudadas considerando a especificidade da infância perante as esferas sociais da produção e da cidadania,	
7- As crianças são produtores culturais.	Culturas da Infância
8- As instituições para crianças configuram em larga medida o “ofício de criança”	“ofício de criança”, socialização vertical, protagonismo infantil, socialização horizontal.
9- As mutações da modernidade têm implicações nas condições de vida das crianças e no estatuto social da infância	
10- Sociologia Da Infância só poderá desenvolver-se se for capaz de se articular com um programa em renovação na própria Sociologia	Participação.

Fonte: Produzida pela autora a partir da leitura do texto de Sarmiento, 2008.

Diante da amplitude e profundidade dos conceitos e proposições apresentadas é possível compreender a importância da referida área de estudo e destacar que esses estudos embasam com muita propriedade os avanços e tentativas de inserir na área da arquitetura e do urbanismo uma perspectiva que valorize a criança na cidade não somente de forma teórica, mas também prática na construção de políticas públicas e projetos urbanos.

#### **2.4 O Porquê estudar a infância**

Essa pesquisa tem o olhar focado na criança, e umas das fases mais importantes é a primeira infância. Para melhor compreensão do tema é necessário esclarecer que a Primeira Infância é o período de vida de 0-6 anos, contemplando a gravidez, conforme foi definido pelo Marco Legal da Primeira Infância em 2016. É nessa fase da vida que a criança terá um desenvolvimento acelerado das funções cognitivas, emocionais, sociais e motoras, conforme constata muitas pesquisas na

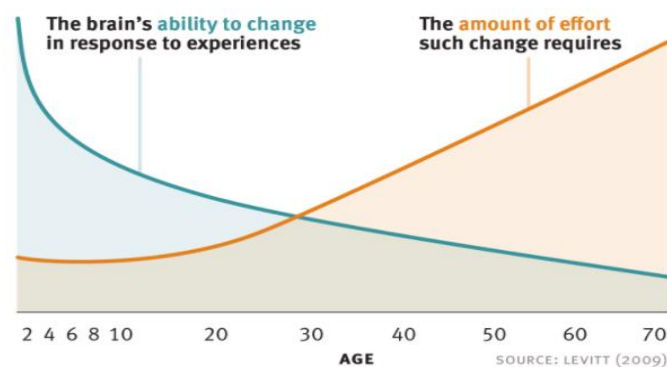
área. E além disso, segundo dados da Prefeitura Municipal de Jundiaí, quase 9% da população do município estava nessa faixa etária em 2020.

Atualmente muitas áreas do conhecimento tem falado sobre a importância do investimento na primeira infância e por isso é possível encontrarmos argumentos que justificam tal ação até mesmo no campo da economia. Serão apresentados aqui apenas três que ilustram tal importância.

No campo da Neurociência muitos estudos constataam a avançada evolução das funções cognitivas nessa etapa da vida. Um estudo realizado no centro de desenvolvimento infantil da Universidade de Harvard nos Estados Unidos elaborou um gráfico (Fig.06) que ilustra conforme a idade, a habilidade do cérebro de se transformar e responder a experiências e a quantidade de energia necessária para que o cérebro responda a essas experiências. Com o resultado fica claro que quanto menor a idade, o cérebro possui mais capacidade de responder experiências, gastando menos energia.

Sendo assim a etapa da primeira infância é extremamente importante no desenvolvimento das estruturas de pensamento, emoções e interações das crianças e se caracteriza como uma “janela de desenvolvimento” que deve ser aproveitada.

**Figura 6.** Gráfico desenvolvido na Universidade de Harvard



Center on the Developing Child HARVARD UNIVERSITY

www.developingchild.harvard.edu

Linha azul: Habilidade do cérebro de se transformar e responder a experiências. Linha laranja: O tanto de energia que é necessário para que o cérebro responda a experiências.

Fig.01: Gráfico desenvolvido na Universidade de Harvard. Disponível em: <https://developingchild.harvard.edu/science/key-concepts/brain-architecture/>. Acesso em março/2022

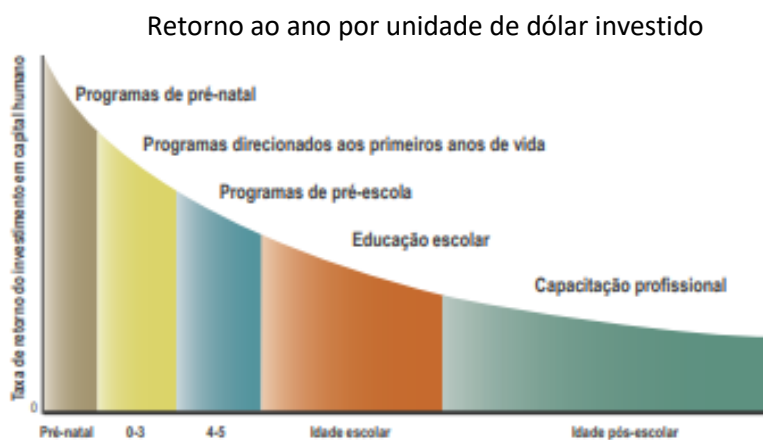
Fonte: <https://developingchild.harvard.edu/science/key-concepts/brain-architecture/>. Acesso em março/2022

Na área da economia essa justificativa fica a cargo de um estudo realizado pelo economista James Heckman (vencedor do Prêmio Nobel de economia em 2000) que

em um gráfico (Gráfico.02) sintetiza que os investimentos realizados em programas voltados para a primeira infância dão um alto retorno ao ano e ainda gera recursos. Isso não quer dizer que não se deve investir em outras faixas etárias, mas olhando em uma perspectiva do mercado capitalista em que a obtenção de lucro e retorno é de extrema importância, a apresentação de um argumento como esse pode cooperar para várias iniciativas que dependem de recursos financeiros.

Segundo os cálculos de Heckman, os valores investidos na educação das crianças evitaram gastos entre sete e dez vezes maiores em programas para a reeducação e assistência social de adolescentes e adultos do mesmo nível socioeconômico que não fizeram parte do programa. Segundo o economista *“Investir na primeira infância pode mudar a realidade de um país”*. Além disso pesquisas realizadas pelos brasileiros Ricardo Barros e Rosane Mendonça encontraram uma taxa de retorno de 12,5% e 15%, um valor ainda maior do que o apontado por Heckman.

**Gráfico 2.** : Gráfico desenvolvido pelo economista Heckman.



. Fonte: Heckman, James J. (2008). “Schools, Skills and Synapses”, *Economic Inquiry*, 46(3): 289-324. Acesso em março/2022

Por fim, mas não menos importante o argumento da equidade, que segue na linha social. Evidencia que se for possível garantirmos um começo de vida igual para todas as crianças, conseguiremos diminuir a desigualdade social no futuro. Esse argumento parte do princípio que todas as crianças nascem com potencial, porém algumas tem mais oportunidade para se desenvolver integralmente. Sendo assim, se faz necessário o investimento e o apoio para que as famílias possam garantir um bom

começo de vida para todas as crianças, e com isso quebrar o círculo da pobreza, garantindo a igualdade desde cedo.

## **2.5 Uma experiência no Brasil**

No fim do século XVII, segundo Áries, três educadores buscavam descobrir um sistema que pudesse trazer a solução para o problema da educação. Pestalozzi dizia que a criança deveria ser entregue a mãe, já Fichte afirmava que as crianças deveriam ser entregues ao Estado. Foi então que Froebel, um pedagogo alemão, conciliou essas duas posições, afirmando que a responsabilidade sobre a criança pertencia tanto a família, quanto ao Estado, entendendo que ela deveria passar algumas horas fora do lar, em uma comunidade infantil. Esses lugares não seriam escolas, pois as crianças entre 3 e 7 anos não estavam preparadas para frequentá-las. Assim foram criados os Jardins da infância. Ele foi o primeiro a fixar o justo valor da recreação, dando a criança uma ocupação de acordo com a sua própria natureza.

Em 1877, no Brasil, inaugurou-se no atual Mackenzie o Jardim de infância para atender as crianças da elite paulistana. Em 10 de Maio de 1896, foi inaugurado o primeiro desses equipamentos que era mantido pelo poder público estadual, localizado anexo a Escola Normal de São Paulo da República. O curso era destinado somente para as crianças “bem nascidas”, e tinha como objetivo escolarizar as crianças da elite paulistana por meio de um currículo que foi construído a partir de atividades como ler, escrever, contar e cantar.

Os jardins de infância não foram pensados para as classes culturalmente desfavorecidas, eles contavam com profissionais especializados, que, desenvolviam atividades lúdicas, além das aulas ministradas dentro da sala. A partir de 1920 as escolas maternas, que eram direcionadas para os filhos da classe economicamente desfavorecida, já tinham a mesma qualidade dos jardins de infância que eram direcionados para a elite paulistana.

“O cenário político brasileiro a partir dos anos 1930/1940 passou por significativas mudanças. Foi um período de incertezas e instabilidade na política, influenciando a população brasileira e trazendo consigo fortes transformações de cunho social e cultural”. (Ribeiro, Alves, 2012:). Dentre esses acontecimentos podemos citar a Semana de Arte Moderna de 1922 que trazia como sua principal

pauta o fomento ao nacionalismo, os primeiros surtos de industrialização na região sudoeste do país, o aumento da população urbanizada, crescente organização do trabalho livre, aumento das correntes migratórias, além da gestão Vargas e Dutra como Estado Novo.

Todos esses acontecimentos geraram novas demandas, inclusive de preocupação com as próprias crianças, já que as mulheres começaram a ocupar o mercado de trabalho e não poderiam mais estar em casa cuidando dos filhos. Com isso, a demanda da classe operária por uma instituição que pudesse acolher as crianças no período em que não estavam na escola, ou até mesmo as que não podiam ir até ela, começou a acontecer com mais força.

Mário Raul de Moraes Andrade nasceu em 09/10/1893. Em 1917 estudou piano no “Conservatório Dramático e Musical de São Paulo”, no mesmo ano publicou seu primeiro livro: “Há uma gota de sangue em cada poema”. Em 1922 auxiliou na organização da Semana de Arte Moderna, integrando o grupo dos modernistas conhecido como “Grupo dos Cinco”. Em 1928 publicou o romance “Macunaíma”, muito tradicional na literatura brasileira. Entre 1935-1938 trabalhou na função de diretor do departamento de Cultura do município de São Paulo. Em 1938 mudou-se para o Rio de Janeiro. se pronunciava a favor do desenvolvimento e da apropriação dos aspectos culturais e da arte infantil e proletária por parte da população de uma forma geral. Como educador, foi o pioneiro em dar garantia de direito a educação as crianças em fase anterior a escolar.

*“A primeira iniciativa oficial de maior escala, visando atender as crianças de as crianças de família trabalhadoras da cidade” (Campos, 1989).*

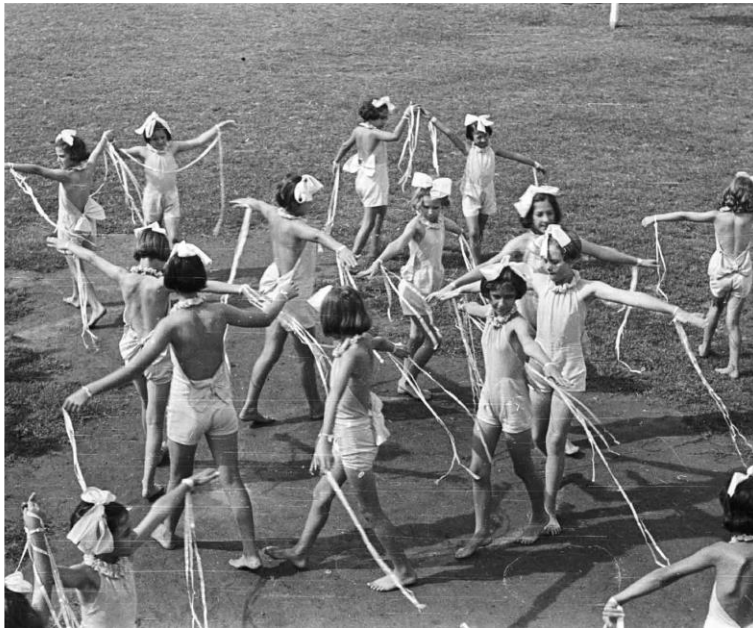
A iniciativa aconteceu em 1935, 10 anos depois que os cuidados com a infância também haviam sido alvo de preocupação na Itália. Até os anos 30 a criança era considerada um ser incompetente, como um adulto que precisava se completar.

*“São Paulo quer-se bonita e higiênica para que o viajante não venha mais encontrar nela, apenas sapo, gripe e solidão. Os grotões transformaram-se em jardins cortados a meio pelas avenidas e pela sombra dos viadutos. Não há mais sapo. Nos jardins encontrareis recintos fechados com instrutoras, dentistas, educadoras sanitárias dentro. São os parques infantis onde as crianças proletárias se socializam aprendendo nos brinquedos o cooperativismo e a consciência do homem social.”*

*Mário de Andrade, Hora do Brasil, 25 janeiro 1935.*

Os Parques Infantis buscavam inicialmente ser apenas uma política Cultural, eles não deveriam servir de instâncias escolares. Era extremamente importante para Mário de Andrade que se recuperasse a identidade cultural, usando atividades, jogos e brincadeiras populares. O principal objetivo dos Parques Infantis era de retirar as crianças da rua, atender as reivindicações dos operários quanto a guarda e educação de seus filhos e minimizar os problemas de saúde e higiene das crianças e famílias pobres. As atividades realizadas nos parques eram de educação física, jogos, música, canto, bailado, trabalhos manuais, biblioteca festivas além de assistência médica e alimentar.

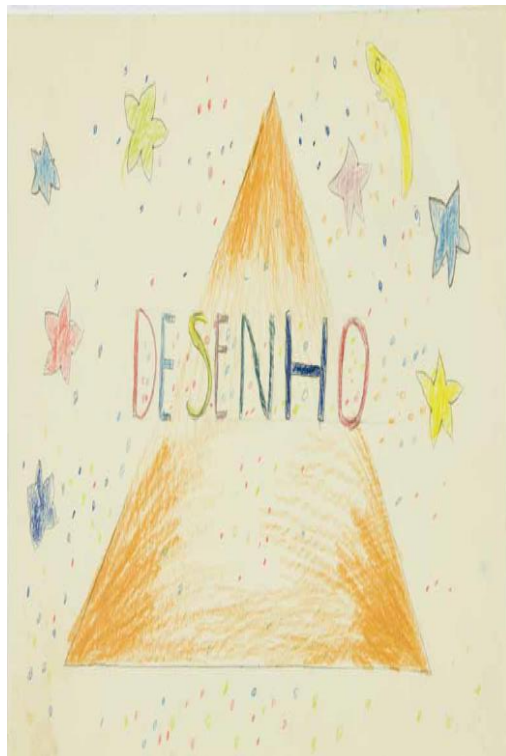
**Figura 7.** - Registos das atividades nos Parques Infantis



Fonte: Mário de Andrade e os Parques infantis- Itaú Cultural. Disponível em: [https://issuu.com/itaucultural/docs/mariodeandrade\\_miolo\\_final](https://issuu.com/itaucultural/docs/mariodeandrade_miolo_final) (Acesso em 03/05/21).

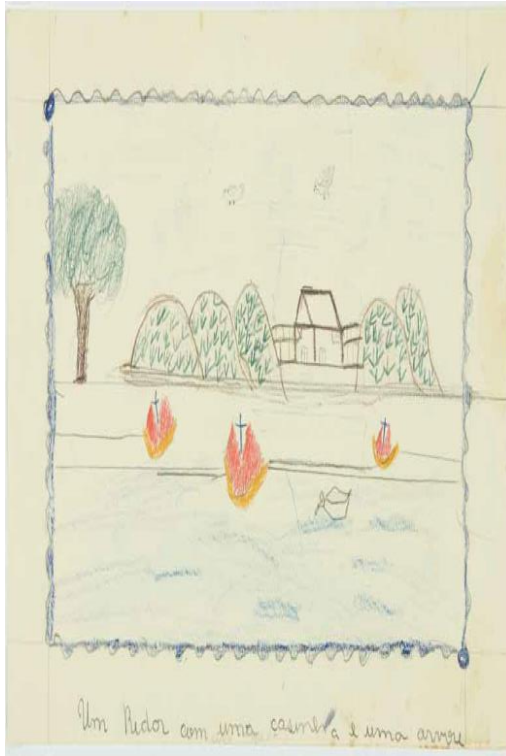
Além de ser um grande incentivador das artes, Mário de Andrade tinha um grande apreço pelas que eram produzidas pelas crianças. Inclusive possuía um grande acervo pessoal com desenhos que foram desenvolvidos nas atividades dos Parques Infantis.

**Figura 8-** Acervo Pessoal de Mário de Andrade das atividades nos Parques Infantis



Fonte: Mário de Andrade e os Parques infantis- Itaú Cultural. Disponível em: [https://issuu.com/itaucultural/docs/mariodeandrade\\_miolo\\_final](https://issuu.com/itaucultural/docs/mariodeandrade_miolo_final) (Acesso em 03/05/21).

Figura 9. Acervo Pessoal de Mário de Andrade das atividades nos Parques Infantis



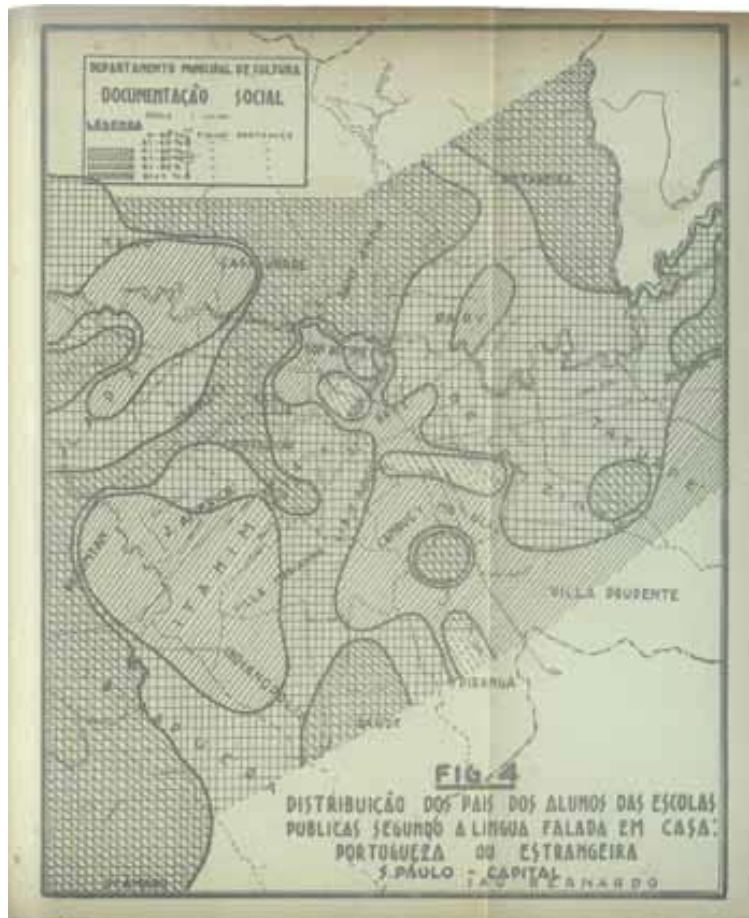
Fonte: Mário de Andrade e os Parques infantis- Itaú Cultural. Disponível em: [https://issuu.com/itaucultural/docs/mariodeandrade\\_miolo\\_final](https://issuu.com/itaucultural/docs/mariodeandrade_miolo_final) (Acesso em 03/05/21).

Os primeiros Parques Infantis foram criados em bairros operários, já que seu objetivo era atender aos filhos desses trabalhadores. Os primeiros estavam localizados nos bairros D. Pedro, Lapa e Ipiranga. Eram destinados a crianças entre 3 a 12 anos. Foram criados em decorrência do ato n. 767 de janeiro de 1935 na administração do prefeito Fábio Prado. Além de proporcionar um ambiente novo para as crianças que eram filhos dos operários, os Parques Infantis possibilitavam um conhecimento maior da condição de vida, da saúde e da carência dessas famílias, visto que eles eram frequentados por crianças em situação muito precária.





**Figura 12.** Estudo Parcial da distribuição das nacionalidades dos alunos dos grupos escolares da cidade, desenvolvido a partir das famílias que frequentavam os parques.



Fonte: Mário de Andrade e os Parques infantis- Itaú Cultural. Disponível em: [https://issuu.com/itaucultural/docs/mariodeandrade\\_miolo\\_final](https://issuu.com/itaucultural/docs/mariodeandrade_miolo_final) (Acesso em 03/05/21).

A proposta inicial era muito simples, organizar um espaço onde as crianças pudessem brincar tranquilas. Logo depois da abertura dos primeiros parques perceberam a necessidade de complementação alimentar e atividades mais dirigidas. As crianças que frequentavam os parques eram assistidas pelos chamados “instrutores”, que eram a princípio professores de educação física, mas que com o passar do tempo foi se expandindo para profissionais de outras áreas.

**Figura 13.** Registos das atividades nos Parques Infantis



Fonte: Mário de Andrade e os Parques infantis- Itaú Cultural. Disponível em: [https://issuu.com/itaucultural/docs/mariodeandrade\\_miolo\\_final](https://issuu.com/itaucultural/docs/mariodeandrade_miolo_final) (Acesso em 03/05/21).

O número de frequentadores dos Parques Infantis chegava a 300 por período, eram feitos agrupamentos de acordo com a escolaridade de cada criança. As aulas de educação física que eram ministradas dentro dos parques eram destinadas ao desenvolvimento dos músculos, aumento da coordenação motora e da criatividade.

Os educadores que lá trabalhavam obedeciam a diretrizes bem estabelecidas, que seguiam as ideias de Froebel, ou seja, todas as atividades que ali eram desenvolvidas partiam de uma organização geral para que se mantivesse uma linguagem e forma específica de trabalho com as crianças. Com o passar dos anos os números de Parques Infantis foi aumentando gradualmente devido ao sucesso da iniciativa.

O currículo era composto por atividades culturais, que versavam sobre os folclore, os jogos e as brincadeiras brasileiras. Nessas atividades havia uma preocupação com as construções, a produção e o consumo da cultura nacional, visto que muitas daquelas crianças eram filhas de imigrantes e não possuíam uma cultura nacional consolidada.

Os Parques Infantis do departamento de Cultura eram diferentes de outras iniciativas já existentes com o mesmo intuito, justamente por essas realizações

artísticas. Vale ressaltar que ainda que essas instituições privilegiassem a primeira infância eles também atendiam outras idades, inclusive a adolescência.

**Figura 14.** Registos das atividades nos Parques Infantis



Fonte: Mário de Andrade e os Parques infantis- Itaú Cultural. Disponível em: [https://issuu.com/itaucultural/docs/mariodeandrade\\_miolo\\_final](https://issuu.com/itaucultural/docs/mariodeandrade_miolo_final) (Acesso em 03/05/21).

Aproximadamente 60% das crianças que frequentavam os Parques Infantis apresentavam sintomas de desnutrição, e quase sempre eram portadoras de alguma moléstia, sendo as mais frequentes: gripe, coqueluche, Varicela, Sarampo, Conjuntivite aguda, Sífilis, entre outras doenças que assolavam a classe operárias na época.

Assim, os Parques Infantis passaram a oferecer além da assistência dentária, várias atividades de medicina curativa e também preventiva. Além da distribuição diária do tradicional “Copo de Leite”, as crianças começaram a receber duas vezes por dia merenda, que era composta por: leite, pão, manteiga, banana, goiabada, pessegada, queijo, banana e mel.

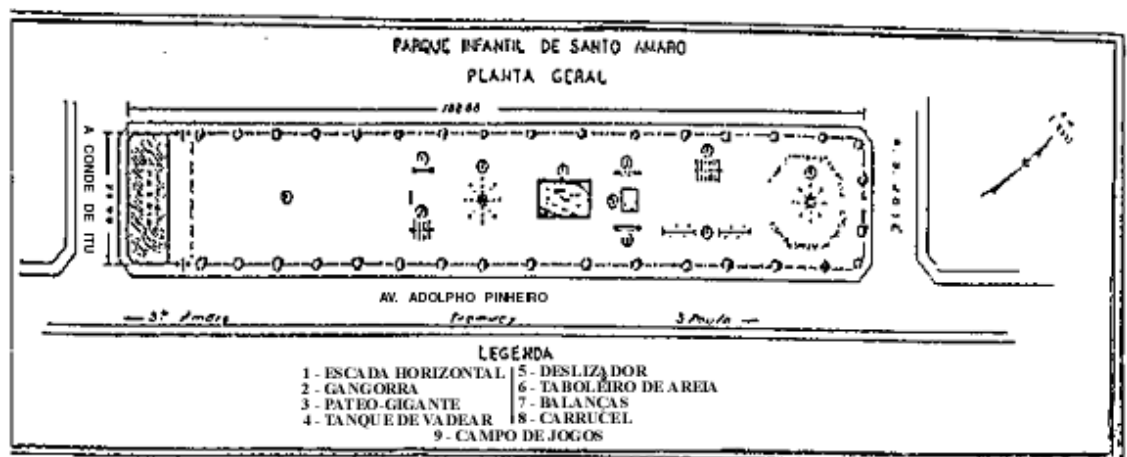
**Figura 15.** Registos das atividades nos Parques Infantis



Fonte: Mário de Andrade e os Parques infantis- Itaú Cultural. Disponível em: [https://issuu.com/itaucultural/docs/mariodeandrade\\_miolo\\_final](https://issuu.com/itaucultural/docs/mariodeandrade_miolo_final) (Acesso em 03/05/21).

**Figura 16.** Planta das dependências e planta geral do Parques Infantis de Santo Amaro

Planta das dependências e planta geral do Parque Infantil de Santo Amaro (1938).

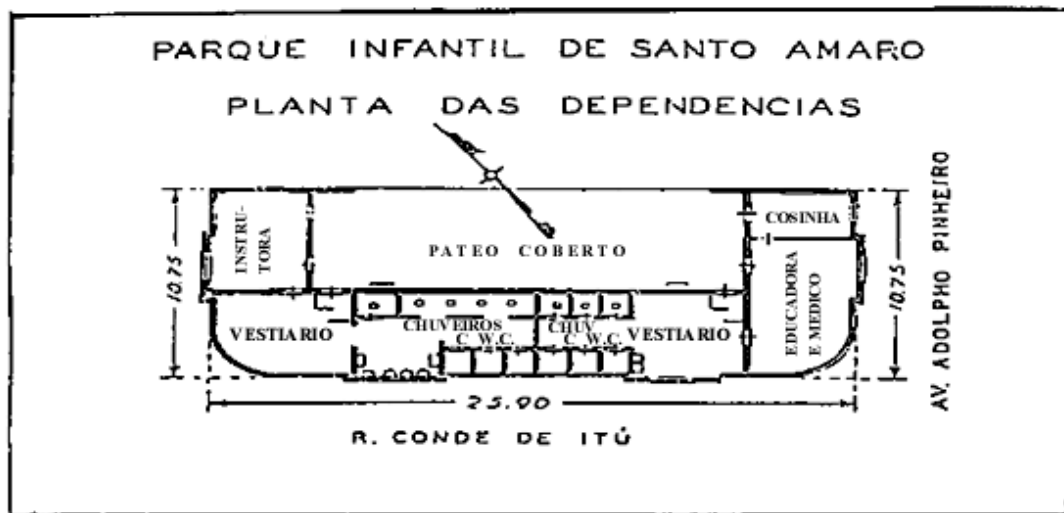


Fonte: Miranda, 1938, p. 27-28.

Fonte <https://www.scielo.br/j/es/a/QSGr9W33C8ZTrY3qGxRDyCG/?lang=pt> (Acesso em 03/05/21).

**Figura 17.** Planta das dependências e planta geral do Parques Infantis de Santo Amaro.

**Planta das dependências e planta geral do Parque Infantil de Santo Amaro (1938).**



Fonte: Miranda, 1938, p. 27-28.

Fonte: <https://www.scielo.br/j/es/a/QSGr9W33C8ZTrY3qGxRDyCG/?lang=pt> (Acesso em 03/05/21).

Atualmente, os Parques Infantis se transformaram nas Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) e atualmente assumiram outras funções. Os parques podem ser considerados como a origem da rede de educação infantil Paulistana. A EMEI Gabriel Prestes, resiste e existe em um casarão da rua da Consolação, na zona central de São Paulo, há 63 anos. Aconteceram interrupções. Em 99, o então prefeito Celso Pitta fechou a escola para ceder o terreno para a Faculdade Presbiteriana Mackenzie. Foi na gestão de Marta Suplicy que a instituição foi reaberta, dessa vez sem vestígios de toda sua documentação. Hoje, a escola luta para retomar os aprendizados de Mário de Andrade como se, assim, refizesse o seu DNA.

**Figura 18.** EMEI Gabriel Prestes



Fonte: <https://portal.aprendiz.uol.com.br/2015/08/21/protagonizado-por-criancas-cortejo-poetico-espalha-sorrisos-pelo-centro-de-sao-paulo/> (Acesso em 03/05/21).

“Mas como vivíamos com a iminência do espaço ser novamente do Mackenzie, começamos a discutir a possibilidade de ampliar a aprendizagem para o território. A gente queria que a nossa escola aparecesse para o público”, afirma a coordenadora. A partir daquele ano, visitas dos alunos à Biblioteca Monteiro Lobato tornaram-se constantes; a partir de 2012, começaram a frequentar também a Pinacoteca do Estado.



**Figura 19.** EMEI Gabriel Prestes



Fonte: <https://portal.aprendiz.uol.com.br/2015/08/21/protagonizado-por-criancas-cortejo-poetico-espalha-sorrisos-pelo-centro-de-sao-paulo/> (Acesso em 03/05/21).

“Com uma reforma, sem perder a essência da arquitetura do Mário de Andrade, podemos criar um espaço para desenvolver a educação integral”, anseia a coordenadora. A ideia é aproveitar melhor as oportunidades educativas do território ao ampliar o espaço escolar. “Enquanto um grupo de crianças explora o território, o outro fica aqui, e depois troca. É um conceito de educação integral fluída, que além de atender mais crianças em tempo estendido, propõe a educação integral de fato”.



**Figura 20.** EMEI Gabriel Prestes



Fonte: <https://portal.aprendiz.uol.com.br/2015/08/21/protagonizado-por-criancas-cortejo-poetico-espalha-sorrisos-pelo-centro-de-sao-paulo/> (Acesso em 03/05/21).

“Estamos em uma luta de resistência que vai na contramão do capitalismo, do lucro, do mercado. Aqui poderia ter virado prédio do Mackenzie”, afirma. “É nossa responsabilidade devolver no século 21 o que roubamos das crianças no século 20: território, brincadeira, ócio, o espaço da rua como espaço de ludicidade, aquele espaço onde os vizinhos se encontram pra conversar sobre suas famílias e sua vida cotidiana”, finaliza Naíme

### **3 A CONSTRUÇÃO DA EXPERIÊNCIA COM A INFÂNCIA EM JUNDIAÍ**

Jundiaí é uma cidade localizada no interior de São Paulo, polo da região metropolitana (Em vermelho na imagem abaixo) e atualmente possui uma população

de aproximadamente 423.000 habitantes, segundo a projeção feita pelo IBGE em 2020. Está localizada entre as Regiões Metropolitanas de Campinas (37 km pela rodovia Anhanguera) e São Paulo (49 km pela rodovia Anhanguera) e faz divisa com as cidades de Itatiba, Vinhedo, Louveira, Campo Limpo Paulista, Jarinu, Várzea Paulista, Cabreúva, Cajamar, Franco da Rocha e Pirapora do Bom Jesus.

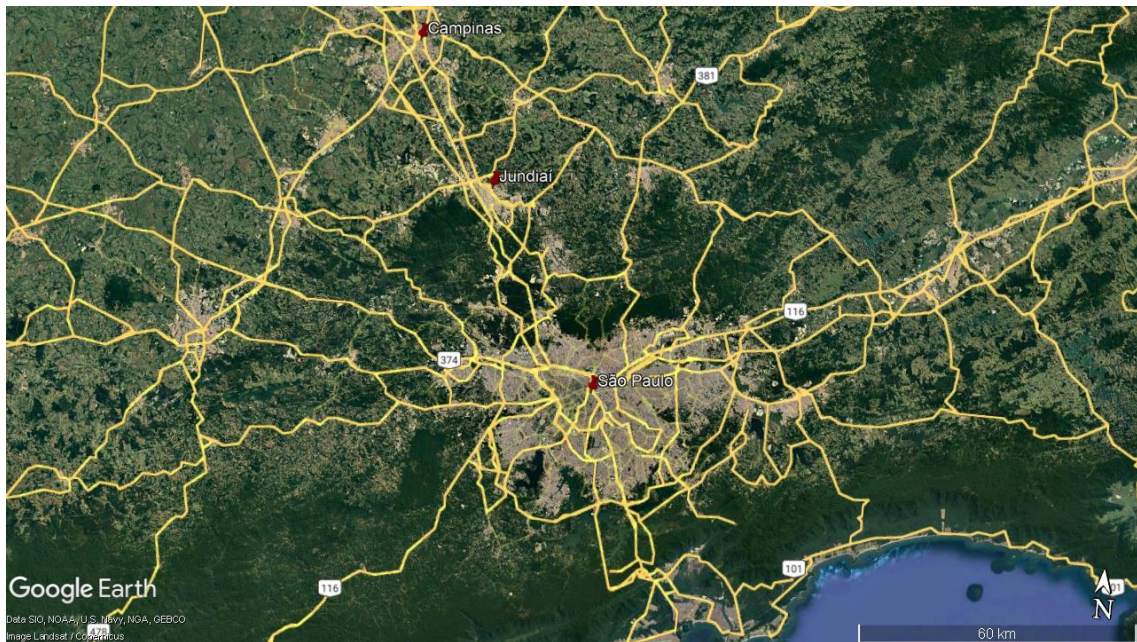
**Figura 21.** Localização da Região Metropolitana de Jundiaí no Estado de São Paulo.



Fonte: <https://destaqueregional.com.br/criacao-da-regiao-metropolitana-de-jundiai-e-aprovada-na-alesp/> (Acesso em 29/12/2022)

Sua localização é estratégica por estar perto de dois grandes polos do estado de São Paulo e também por ser cortada por duas rodovias que possuem grande importância no cenário nacional, as Rodovias Anhanguera e Bandeirantes. Além disso Jundiaí ainda conta com um aeroporto, que atualmente atende apenas voos executivos e de pequeno porte. Essa característica reflete nos empregos formais da cidade, por sua localização privilegiada no estado (próxima a aeroportos e fácil acesso aos portos) Jundiaí apresenta um polo industrial expressivo, responsável pela geração de aproximadamente 26% dos empregos formais em 2020 segundo o levantamento feito pelo novo CAGED.

**Figura 22.** Localização de Jundiaí, Campinas e São Paulo e as Rodovias que fazem a interligação de todo o Estado.



Fonte: Google Earth, alterado pela autora.

A cidade tem chamado atenção não só pela localização estratégica e geração de emprego, mas também pela qualidade de vida que proporciona aos moradores. Há alguns anos pesquisas tem apontado Jundiaí como uma das melhores cidades para se viver no Brasil. Em 2022 a cidade lidera a pesquisa desenvolvida por Austin Rating, em parceria com a Editora Três e a Revista ISTOÉ que elenca “As Melhores Cidades do Brasil 2022”. Para a realização da pesquisa foram analisados 281 indicadores das áreas de economia, social, digital e fiscal.

Além disso em 2022 Jundiaí foi eleita a cidade com a melhor qualidade de vida do estado de São Paulo, de acordo com um estudo técnico desenvolvido pelo núcleo de Estudos das Cidades (NEC), formado por professores da USP, UFSCAR e FATEC. A cidade ainda foi destaque nos tópicos de economia e finanças públicas, além de ocupar o segundo lugar nos indicadores sobre educação e segurança.

Atualmente a cidade é dividida em 74 bairros, organizados em 8 regiões, sendo que uma delas é destinada para a Serra do Japi. A Serra é um remanescente da Mata Atlântica no interior do Estado de São Paulo, é considerada “Reserva da Biosfera da Mata Atlântica” pela Unesco, é o maior fragmento dentre os 72 existentes desse bioma. Com essas características a Serra do Japi é considerada Patrimônio Natural e está localizada entre as cidades de Jundiaí, Cabreúva, Pirapora do Bom Jesus e





complexos ao ar livre na cidade de Jundiá. Os demais parques estão distribuídos na região central, norte, oeste e noroeste e um único localizado na região sul.

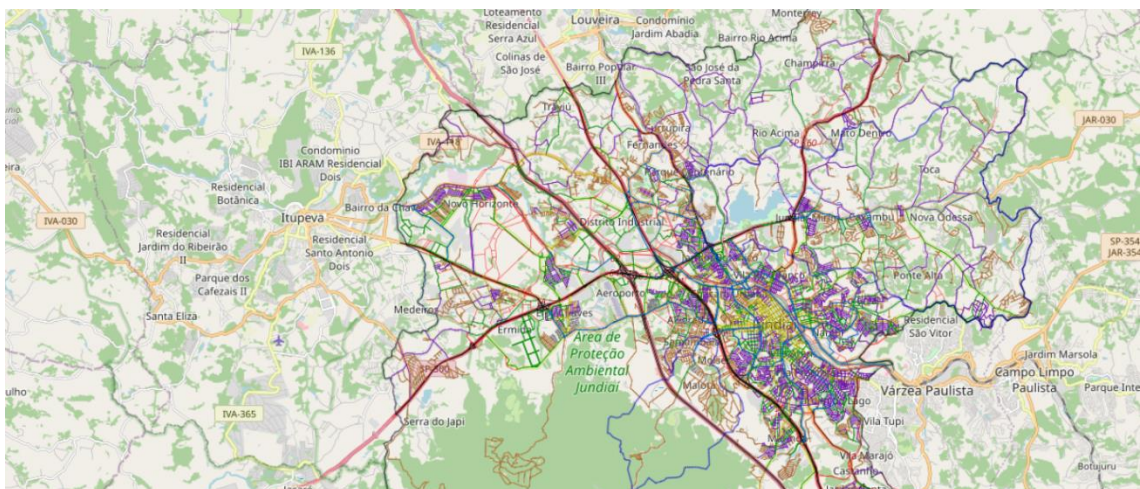
**Figura 24.** Localização do Parque Mundo das Crianças (demarcado em azul) e Parque da cidade (demarcado em vermelho).



Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiá – Geoportal

Quanto ao sistema de mobilidade da cidade, Jundiá até o ano de 2022 não possuía um plano de mobilidade vigente, as informações que estavam disponíveis para análise e consulta eram apenas as que faziam parte do último plano diretor aprovado em 2019 que apresentava uma classificação de vias, porém não regulamentava as ações para este setor. Em abril de 2022 foi aprovada a Lei n° 9.752 que institui o Plano Municipal de Mobilidade Urbana de Jundiá (PMUJ).

**Figura 25.** Classificação viária de acordo com o Plano Diretor vigente na cidade.



Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiá – Geoportal

Como dito anteriormente a cidade é cortada por importantes vias de desenvolvimento regional, no sentido Campinas - São Paulo destacam-se as Rodovias Anhanguera e Bandeirantes e no sentido Itatiba – Itu se destaca a Rodovia João Cereser. Essas vias, apesar de não possuírem uma classificação de tráfego municipal no dia a dia acabam se tornando “avenidas” de fluxo rápido, que servem de deslocamento entre as diversas regiões, um fenômeno muito parecido com o que acontece com a Rodovia Dom Pedro I na cidade de Campinas.

De acordo com o relatório P1 – Mobilização, Levantamentos e Análise prévia, o primeiro produto de 6 que estão firmados em contrato, o Plano de Mobilidade tem como objetivo ser um instrumento de planejamento e gestão do Sistema de Mobilidade, orientando as ações no município que se referem ao deslocamento de pessoas e cargas no território. Além disso o plano tem como objetivo tornar o acesso ao espaço urbano cada vez mais amplo e democrático, dando prioridade para os modos de transporte coletivos, sustentáveis e não motorizados (Lei nº 9.752/2022).

Vale destacar que o referido relatório conta com um subitem de contribuição do GT Criança na cidade, formado em 2018. O Grupo de Trabalho reúne representantes de diferentes unidades para contribuir com o desenvolvimento do espaço urbano com o foco na criança. O GT produziu um relatório que definiu diretrizes para o PMUJ voltadas para as crianças na cidade, são elas:

- “a) Autonomia de movimento na cidade;
- b) Utilizar escuta da criança;
- c) Privilegiar a mobilidade ativa;
  - a. Calçadas;
  - b. Ciclovias, Ciclofaixas e Ciclorrotas;
  - c. Paraciclos;
  - d. Travessias seguras;
- d) Criança e natureza: a necessidade da arborização urbana;
- e) Áreas de brincar;
- f) Urbanismo tático;
- g) Tráfego calmo;
- h) Entorno das escolas e demais equipamentos públicos.”

Relatório P1 – Prefeitura Municipal de Jundiaí.

Ademais o relatório ainda conta com um item que descreve o programa Urban 95, uma iniciativa da Fundação Bernard Van Leer. O relatório sugere a seguinte aplicabilidade para o programa no PMUJ:

Embora todos os projetos sejam muito importantes, em termos de subsídio ao PMUJ, aqueles agrupados nos temas Cultura e Esporte e Mobilidade e

Uso do Espaço Público são os que tem maior capacidade de contribuir e de servir de referência para as propostas que deverão compor o Plano, uma vez que estabelecem diretrizes que deverão ser seguidas para inserir o ponto de vista das crianças nas intervenções formuladas no Plano.

Relatório P1 – Prefeitura Municipal de Jundiaí

O relatório Síntese - P7 apresenta no item 4 um diagnóstico do sistema de mobilidade da cidade de Jundiaí, onde se concluiu através de análises que a rede de caminamento tem uma condição regular, mesmo assim são apresentadas sugestões de intervenções que valorizam o pedestre, como uma área caminhável no centro da cidade. Com relação ao transporte cicloviário foram verificadas 24 mil viagens diárias por bicicleta na cidade, que transitam quase sempre por vias inadequadas para tal uso. Com isso o plano apresenta a necessidade urgente de investimento na rede cicloviária da cidade dentre muitos outros itens citados. O plano ainda apresenta uma média de custo anual para cada uma das intervenções com projeções até 2030.

### **3.1 Um foco nas crianças**

O olhar focado nas crianças se iniciou em Jundiaí em 2018 quando a cidade foi a primeira do estado, e a segunda no país a integrar a Rede Latino Americana “Cidade da Criança”, daí pra frente muitos programas foram surgindo e com o apoio do Instituto Alana e a Fundação Bernard Van Leer as iniciativas se tornaram cada vez mais frequentes. As ações acontecem em diversos setores e seguimentos, não somente na área do planejamento e desenho urbano.

### **3.2 A cidade das Crianças**

O projeto “A Cidade das Crianças” (La Città Dei Bambini) teve início dentro do Instituto de Ciencia y Tecnologia del Conocimiento (ISTC), do Consejo Nacional de Investigación (CNI), em Fano, na Itália, no ano de 1991. O projeto tem a proposta de ser uma motivação política para que as crianças sejam sujeitos ativos nos processos de mudanças e participação no planejamento das cidades, pois ao se projetar uma cidade para as crianças, todos os outros cidadãos serão contemplados.

Atualmente, a Rede Internacional de Cidade das Crianças é composta por quase 200 cidades em diferentes países da Europa e América Latina – como Itália, Espanha, Argentina, Uruguai, Colômbia, México, Peru e Chile - que podem ser encontradas no site oficial do projeto. Além da Rede Internacional, existem também



as redes locais, como a Rede Italiana, Espanhola, da Região do Lácio e a Rede Latina Americana, da qual o Brasil faz parte.

A Rede Latino-americana nasceu na cidade de Santa Fé, Argentina em maio de 2009. Atualmente é composta por 40 cidades e 15 entidades de países latino-americanos: Argentina, Brasil, Uruguai, Peru, Colômbia, Chile, México e República Dominicana, entre outros. No Brasil, a cidade de Jundiaí foi a primeira do Estado de São Paulo a aderir ao programa, logo após a cidade de Boa Vista, em Roraima.

O projeto é baseado nas mudanças de prioridades da cidade e numa mudança de paradigma que busca atender as necessidades apresentadas pelas crianças, possibilitando autonomia e participação na transformação de espaços urbanos existentes e na construção de novos. Segundo as diretrizes do projeto, as decisões das cidades atuais de privilegiar as políticas públicas baseadas nos homens e mulheres adultos, trabalhadores e que geralmente são usuários de um carro, agrava cada vez mais o processo de degradação da relação com os espaços e os projetos destinados aos demais cidadãos.

Nas últimas décadas, devido à escolha do cidadão adulto e trabalhador como um parâmetro de desenvolvimento e mudança, a cidade perdeu uma das suas características originais, de ser um lugar de encontro e intercâmbio entre as pessoas. Ela renunciou aos espaços públicos, que como pontos de encontro e de troca, eram essenciais. Os pátios, as calçadas, as ruas e as praças adquiriram, cada vez mais, funções associadas ao automóvel e ao comércio, excluindo os cidadãos. A cidade tem desistido de ser um espaço compartilhado e sistêmico, no qual cada parte necessita da outra, para destinar-se aos espaços definidos a determinadas funções e classes sociais diversas, construindo guetos e áreas privilegiadas, esvaziando os centros históricos e dando vida as modernas periferias. As cidades mudaram e tornaram-se um ambiente insalubre para a saúde, devido à poluição atmosférica e sonora, estão sujas e perigosas.  
(LA CITTÀ DEI BAMBINI, c2009)

Francesco Tonucci, pedagogo Italiano, idealizador e responsável pelo projeto, reforça que uma cidade em que o homem, possuidor de um automóvel tem papel de protagonismo, exclui todos os demais cidadãos que não pertencem a essa categoria. O pedagogo defende que o caráter do projeto “A Cidade das Crianças” é assumir uma postura política, e não educacional, para que as crianças sejam vistas como cidadãos com direito à participação e direitos de transformação dos espaços públicos em locais mais democráticos e inclusivos.

As crianças, ao perderem as cidades, perdem também a possibilidade de viver experiências necessárias para seu correto desenvolvimento, como o



jogo, a exploração, a aventura. As cidades, ao perderem as crianças, perdem segurança, solidariedade, controle social. As crianças necessitam da cidade; a cidade necessita das crianças.  
(TONUCCI, 2009)

A afirmação feita por Tonucci reflete a realidade encontrada atualmente nas cidades, que dificilmente possuem crianças brincando nas ruas e áreas públicas, o que segundo Vicente (2018), reforça a ideia de invisibilidade infantil. Com a ausência das crianças as cidades se tornam mais inseguras e vazias. O projeto Cidade das Crianças defende a ideia de que as crianças nas ruas são capazes de mudar essa situação e torna-lás mais seguras, fazendo com que esses locais sejam frequentados por outros públicos, como os idosos que estavam reclusos nos espaços privados.

Nessa linha, o projeto Cidade das Crianças propõe que o espaço urbano seja pensado a partir das necessidades da criança, e não mais do adulto, pois dessa forma todos os públicos serão atendidos (idosos, pessoas com deficiência, necessidades especiais e adultos). O projeto não prevê a criação de mais serviços e locais especializados, mas sim o atendimento às demandas da criança na cidade como um todo, possibilitando autonomia e participação para que os espaços desenvolvidos possam ser desfrutados por todas as pessoas, sem distinção de grupos específicos.

Tonucci (2009) propõe que a Cidade da Criança adote duas direções:

1. Permitir a participação das crianças no governo e nas políticas públicas.
2. Recuperar a autonomia do movimento e deslocamento infantil.

Dessa maneira o projeto elaborou algumas iniciativas que proporcionam a autonomia e a participação das crianças na transformação urbana, com o projeto “Para a escola vamos sozinhos”, “Conselho das Crianças”, entre outros. Essas iniciativas colocam as crianças como sujeitos capazes de exercer responsabilidade com autonomia naquilo que fazem e propõe. O projeto busca reconhecer as crianças como sujeitos no presente, e não como futuros cidadãos, reconhecendo seus direitos e necessidades através da escuta e participação política.

Porém para que a cidade seja um lugar agradável para a vivência das crianças é necessário uma mudança de paradigma por parte dos adultos e principalmente dos gestores que farão as propostas e projetos das cidades, a fim de repensar a relação entre os automóveis e pedestres, na compreensão da importância das crianças

saírem sozinhas e na criação dos aliados das crianças nos espaços urbanos, como os policiais, idosos, comerciantes e cidadãos comuns que se comportarão como os “olhos da Rua” como nomeia Jane Jacobs.

Como resposta à entrada da cidade na Rede Latino Americana e a adesão ao projeto Cidade das Crianças, Jundiaí apresentou 2 programas que integram o conceito do projeto e já funcionam na cidade. O “Comitê das Crianças” consiste no sorteio de 24 crianças de todas as regiões do município, que compõe um grupo que irá debater propostas de políticas públicas para a infância e apresentar ao poder executivo. O programa “Ruas de Brincar” consiste no fechamento de algumas ruas, pré determinadas para que as crianças possam brincar sem os carros, essa iniciativa fica sob tutela da própria comunidade. Os programas serão detalhados mais a frente neste capítulo.

**Figura 26.** Crianças brincando em uma das ruas do programa “Ruas de Brincar” da Prefeitura Municipal de Jundiaí.



Fonte: <https://cidadedascrianças.jundiai.sp.gov.br/cidade-das-criancas/>

### 3.3 O programa Criança e Natureza – Instituto Alana

Da mesma forma que o programa Cidade da Criança, Jundiaí tem parceria com o Instituto Alana desde 2018, segundo notícias oficiais no site da Prefeitura Municipal de Jundiaí.

O Alana é uma organização de impacto socioambiental que promove o direito integral da criança e fomenta novas formas de bem viver. Para tanto, estruturou-se em três frentes: **Instituto Alana** que é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos e nasceu com a missão de “honrar a criança”. O instituto conta com programas próprios e com parceiros que buscam a garantia de condições para vivência plena da infância. O **AlanaLab** é um núcleo de negócios, que busca transformação social por meio do investimento em empresas e iniciativas de comunicação de impacto. E o **Alana Foundation** que é uma organização filantrópica familiar que atua nos setores de meio ambiente, educação inclusiva e pesquisas na área da saúde por meio de parcerias e co investimentos.

Dentro da organização do Instituto Alana existe o programa “Criança e Natureza”, que tem por missão favorecer o acesso e o contato direto de todas as crianças com a natureza, como uma inovação urbana e social, para o bem estar da infância e do planeta. O programa busca fazer com que as cidades sejam mais verdes e amigáveis para as crianças, para que as famílias possam realizar atividades de lazer na natureza, e espaços escolares mais verdes e desafiadores além de proporcionar mais tempo para brincar livremente na natureza.

Uma das principais contribuições do Instituto para com a cidade de Jundiaí foi no retorno as aulas ainda durante o período de pandemia vivido entre os anos de 2020 e 2021. Toda a movimentação em torno deste objetivo gerou um material muito rico, que está disponível de forma gratuita no site do programa. O principal objetivo do material é *“apontar um percurso formativo que subsidie o trabalho de gestores, diretores e coordenadores no planejamento do uso de espaços ao ar livre na reabertura das escolas”* (Guia de Aprendizagem ,2021), sempre junto a sua comunidade escolar. O guia tem por objetivo também ampliar as possibilidades de práticas pedagógicas em conexão com a natureza e com os territórios das cidades, para promover infâncias e adolescências mais saudáveis, e cidades que sejam mais amigáveis para as crianças.

Diante do fechamento das escolas, os estudantes, as famílias, e os professores perceberam e começaram a valorizar ainda mais o papel da educação no dia a dia

das crianças. Embora tenham buscado muitas ações para assegurar o acesso ao conhecimento durante o isolamento social ocasionado pela pandemia do COVID19, ficou perceptível *“que a qualidade da educação também se faz pelas relações entre pessoas, pela socialização e vínculo, e pela vivência do espaço escolar”* (Guia de Aprendizagem ,2021).

Diante do cenário pandêmico ficou ainda mais visível o papel fundamental que a escola tem na vida das crianças e adolescentes, dessa forma o desafio que se apresentava era o de planejar como seriam a retomada das aulas presenciais (com as medidas de segurança sanitárias, e oferecendo o menor risco possível de contaminação). Sendo assim, o Instituto Alana em parceria com a Prefeitura Municipal de Jundiaí se mobilizou para a elaboração desse guia, que auxiliou a retomada das atividades escolares na cidade, mas também serviu e serve ainda de modelo para outras cidades que queiram implantar o mesmo sistema.

### **3.4 O Guia de Aprendizagem ao Ar Livre e o seu conteúdo**

Na primeira parte do texto são apresentadas as diretrizes, bases legais e referências que ajudam a validar e dar mais relevância tanto para o material, quanto para a iniciativa em si. O primeiro tema abordado é o da natureza como um direito fundamental da criança e do adolescente, ou seja, que não se pode abrir mão dele. No Brasil, este direito é reconhecido pela Constituição Federal de 1988, o mesmo documento ainda determina que as crianças e adolescentes devem ter sua condição de desenvolvimento peculiar respeitada, assegurando assim, absoluta prioridade de seus direitos fundamentais.

Outra base legal muito importante para o tema é o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), que inclui uma infinidade de previsões que buscam trazer efetividade a norma constitucional, para que a infância e a adolescência estejam em primeiro lugar no âmbito de políticas, orçamento e serviços públicos. De maneira mais específica, pode-se mencionar o Marco Legal da primeira infância, que reconhece em seu artigo a proteção ambiental como área prioritária para políticas públicas, explicitando com isso que o meio ambiente equilibrado é essencial, desde o começo da vida. Por isso é extremamente importante incentivar e gerar espaços nas escolas e em lugares públicos que proporcionem o bem-estar, o brincar e o contato com o meio ambiente.

O segundo tema abordado é sobre a natureza a favor da saúde e da abertura de escolas. Sabe-se que mesmo antes da pandemia, as crianças já estavam vivendo um certo isolamento físico e social pelo fato da maioria da população viver em cidades e estas sofrerem com a falta de espaços públicos adequados.

Segundo alguns estudos, o resultado dessa privação da vivência da criança e do adolescente em espaços naturais e abertos, pode provocar efeitos sobre a saúde e desenvolvimento como, sedentarismo, obesidade, baixa motricidade, entre outros. Ou seja, mesmo antes da pandemia, já existia a necessidade de “desemparedar” a infância para promover a saúde integral de crianças e adolescentes. Com o surgimento da pandemia de covid-19 e o isolamento social, a sociedade percebeu a falta que faz estar do “lado de fora”.

Durante esse período da história recente muitos pesquisadores se debruçaram a estudar e alertar sobre os efeitos que o isolamento social poderia causar, e o artigo de Beatriz Portinari publicado no jornal “El País” em junho de 2020 traz alguns fatores que têm preocupado psicólogos e psiquiatras. O artigo apresenta que os problemas de saúde mental têm afetado também as crianças, e pode se manifestar através de pesadelos, terrores noturnos, medo de sair de casa, entre outros. Por isso o manual deixa clara a importância de planejar momentos para cuidar dos aspectos físicos, emocionais e sociais.

O “Desemparedamento” da infância se sustenta na ideia de aprendizagem e também de que a criança aprende o tempo todo e em todos os lugares. A utilização de espaços ao ar livre para realização de aulas em períodos de surto de alguma doença já foi adotada em outros momentos históricos, como no surto de tuberculose que aconteceu próximo a Berlim em 1904. Alguns países tem levado em consideração essas referências históricas de retomada das aulas ao ar livre e estão, literalmente, pensando fora da caixa. Desses países destacam-se a Escócia e a Dinamarca, na Europa e também os Estados Unidos.

**Figura 27.** – Crianças estudando em escola ao ar livre durante um surto de tuberculose no séc XX.



Fonte: Guia de aprendizagem ao ar livre.

O guia apresenta exemplos de estratégias que as escolas americanas tem usado para adaptar os espaços existentes nas escolas para a realização das aulas nos espaços ao ar livre, bem como, os materiais que foram utilizados para isso. Numa tentativa de aproximar esta prática da realidade brasileira, os autores citam como exemplo os Parque Infantis criados na gestão de Mário de Andrade na cidade de São Paulo, nos anos de 1935-1938, que apostavam em uma infância livre para assegurar o desenvolvimento integral dos meninos e meninas. Essa iniciativa já foi apresentada com mais detalhes no capítulo anterior.



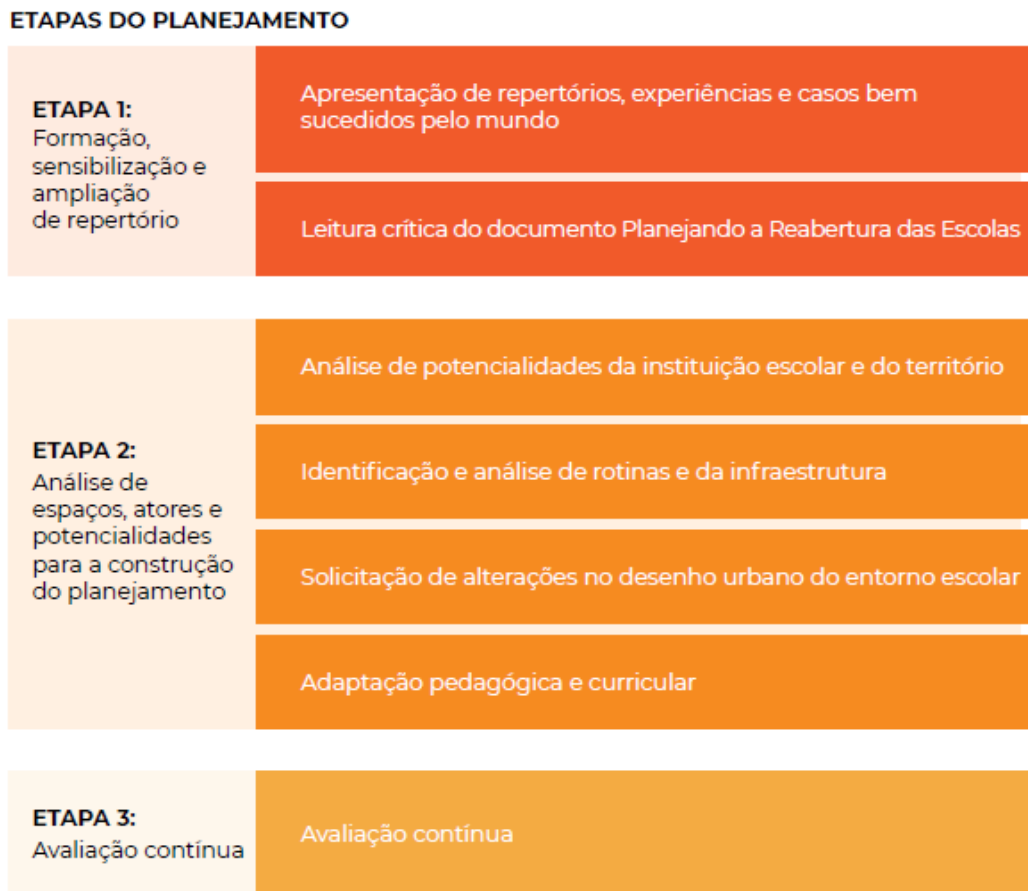
**Figura 28.** – Salas de aula ao ar livre na Golestan School , Califórnia, EUA.



Fonte: Guia de aprendizagem ao ar livre.

Na parte 2, o guia apresenta de forma prática e detalhada as etapas de planejamento para a retomada das aulas nesse modelo ao ar livre. São propostas 3 principais etapas: a primeira é a de formação, sensibilização e ampliação de repertório, a segunda etapa é de análise de espaços, atores e potencialidades para a construção do planejamento e a etapa 3 de avaliação contínua. Cada uma dessas etapas possui subitens que detalham exatamente as ações que devem ser executadas, como mostra a imagem abaixo.

**Figura 29.** Etapas de planejamento para o retorno das atividades escolares.





Fonte: Guia de aprendizagem ao ar livre.

A terceira parte do guia apresenta protótipos no planejamento e uso dos espaços ao ar livre. Em uma parceria com a Prefeitura Municipal de Jundiaí, foram selecionadas 3 escolas para serem utilizadas como exemplo. Assim foram feitos diagnósticos da unidade, e da região, levantamento de dados que caracterizam o perfil da escola e identificação das áreas que poderiam ser utilizadas para as aulas, tanto dentro da escola, quanto em espaços públicos próximo a ela, sendo sugeridas intervenções simples para modificação desses espaços para acolher as crianças. Esses diagnósticos foram feitos a partir de imagens e também dos mapas e materiais disponibilizados pela própria prefeitura.

**Figura 30.** Identificação de áreas públicas no entorno da escola feitos através do Geoportal disponibilizado pela PMJ.



Fonte: Guia de aprendizagem ao ar livre.

**Figura 31.** Sugestão de intervenção em um dos espaços das escolas selecionadas.



Fonte: Guia de aprendizagem ao ar livre.

### **3.5 A Fundação Bernard Van Leer**

Outra parceria importantíssima para a cidade é com a Fundação Bernard Van Leer, mais especificamente o programa Urban95. A Fundação é privada e tem o objetivo de desenvolver e compartilhar o conhecimento sobre a primeira infância. Oferecem apoio financeiro e parcerias com governos, sociedade civil e iniciativa privada para ampliar os serviços que efetivamente melhorem a vida das crianças pequenas e suas famílias.

A Fundação foi criada em 1949 por um empresário chamado Bernard Van Leer, que após ver a destruição que a Segunda Guerra Mundial deixou, decidiu investir na melhoria da sociedade. Ele faleceu em 1958, então seu filho Oscar assumiu a direção da empresa de embalagens e da Fundação. Oscar decidiu focar os investimentos nas crianças pequenas por volta da década de 60, se inspirando na ideia de que pequenas mudanças no início da vida poderiam fazer muita diferença no futuro.

Atualmente, após cinco décadas de investimentos na primeira infância, a Fundação Bernard Van Leer está vivendo uma fase de expansão de seus projetos. Com isso, foram escolhidos países com diversidades econômicas, geográficas e culturais que recebem investimento para iniciativas voltadas à primeira infância. Estes países incluem o Brasil, Índia, Israel, Costa do Marfim, Holanda, Peru e Turquia. As ações em escala acontecem a partir de três programas. O “Parentis+”, que busca combinar a formação dos pais e mães no desenvolvimento da primeira infância, o programa “Urban95”, que tem o foco no desenvolvimento da primeira infância através do planejamento e gestão das cidades e o programa “The Early Years”, que busca construir alianças e habilidade para um desenvolvimento infantil.

**Figura 32.** Mapa de abrangência das ações da Fundação Bernard Van Leer.



Fonte: Guia Urban95 – Ideias para ação.

### 3.6 A Urban95

A Urban95 busca incluir as perspectivas de bebês, crianças pequenas e seus cuidadores no planejamento urbano, nas ações de mobilidade e nos programas que são destinados para este público específico. O programa contribui com a capacitação de gestores públicos e técnicos e os ajudam a compreender e colocar em práticas as ferramentas que permitem o desenvolvimento integral da criança a partir das experiências das cidades.

Os líderes, gestores públicos, arquitetos e urbanistas são convidados a pensar na cidade a partir da perspectiva de quem tem 95cm – altura média de uma criança de 3 anos. Essa provocação tem como objetivo absorver as lentes das crianças no processo de gestão das cidades com ações que realmente atendam a esse público e proporcionem interações positivas de contato com a cidade e com a natureza. O projeto auxilia os municípios através dos processos de consultoria, a realizarem um diagnóstico da cidade quanto ao acesso deste público específico aos espaços urbanos. O projeto segue uma frente de trabalho bem estruturada que prevê:

- Diagnóstico detalhado sobre a primeira infância – a análise de dados que reflitam a realidade local são o primeiro passo, que é

extremamente importante, para compreender as necessidades que a cidade e seus cidadãos possuem, para que a partir dessa análise, possam ser desenvolvidas políticas públicas mais assertivas.

- Assessoria técnica em mobilidade e planejamento urbano – Essa etapa tem o objetivo de capacitar os técnicos que desenvolvem os desenhos dos espaços livres e dos acessos para que eles sejam melhorados.

- Aprimoramento de políticas e programas – Nesta etapa, especialistas em políticas públicas auxiliarão os municípios na avaliação das prioridades para o desenvolvimento de novas políticas, mas, principalmente, olhar para as que já existem e são voltadas para o público da primeira infância.

- Construção, implementação e monitoramento de Planos Municipais pela Primeira Infância – Aqui também será feito o apoio para a sistematização de boas práticas de políticas públicas e também estratégias para que se sustentem ao longo do tempo.

- Suporte para a construção e implementação de uma campanha de mudança de comportamento – Nesta frente de trabalho a intenção é que a partir de metodologias sugeridas, seja possível melhorar a qualidade das interações entre os cuidadores e as crianças pequenas.

- Narrativas de comunicação com grupos locais – Fazer contato com a rede de jornalistas e comunicadores para que fomentem as pautas relacionadas à primeira infância.

As intervenções propostas pelo Urban95 estão estruturadas em quatro principais eixos: A tomada de decisões sempre com base em dados que serão coletados sobre as crianças e seus cuidadores; Espaços públicos e natureza, com o objetivo de transformar os lugares que já existem para que possam ser seguros e acolhedores para a vivência das crianças e seus cuidadores; Mobilidade para as famílias, permitindo que as crianças e seus cuidadores possam caminhar pela cidade em segurança até os serviços de saúde, creches, escolas, ou lugares de brincar que sejam seguros; e a utilização de serviços, apoiando os programas e políticas para que

os cuidadores possam se informar sobre o desenvolvimento infantil e compartilhem estratégias e boas práticas.

O “Guia – ideias para a ação” foi desenvolvido pela Fundação Bernard Van Leer com o intuito de ajudar as cidades a tomarem iniciativa quanto aos projetos que ajudam a compreender quais são as ações possíveis e almejadas pelo programa. Elas se dividem em dois principais focos: o planejamento e o design urbano ‘Family-friendly’ e em ambientes saudáveis para as crianças. No Guia, ainda é ressaltado que as intervenções feitas pelo Urban95 não englobam todos os aspectos da vida urbana, como a moradia, acesso a água potável e saneamento. Destacam que o foco da fundação é priorizar as questões que tem um impacto no desenvolvimento infantil, mas que nem sempre são abordadas de forma direta.

O guia ainda apresenta uma lista de ideias, como o próprio nome já diz, e que são divididas entre esses dois principais eixos. No quadro síntese abaixo, estão organizadas em roxo as ideias que estão ligadas ao eixo do planejamento e design urbano ‘Family-friendly’, e em vermelho as ideias ligadas a ambientes mais saudáveis. Cada uma das ideias apresentadas no quadro conta com uma descrição, exemplos de implementação, tipo de envolvimento do governo e conexão com o bem estar do cuidador e condutas de cuidado.

**Figura 33.** Quadro síntese de ideias para a ação, sugerida no guia desenvolvido pela Fundação Bernard Van Leer.

<i>Lista de ideias</i>		
<p>1 Design family-friendly de ruas, calçadas, parques, parquinhos e praças</p> <p>Página 28</p> 	<p>2 Percursos pedestres seguros e lúdicos para cuidadores e crianças pequenas</p> <p>Página 32</p> 	<p>3 Eventos e programas para famílias com crianças pequenas em espaços públicos</p> <p>Página 36</p> 
<p>4 Criação de sistemas de transporte com a mobilidade familiar em mente</p> <p>Página 40</p> 	<p>5 Co-localização de serviços infantis e familiares</p> <p>Página 44</p> 	<p>6 Bairros para bebês, crianças pequenas e cuidadores</p> <p>Página 48</p> 
<p>1 Controles de tráfego</p> <p>Página 54</p> 	<p>2 Monitoramento da qualidade do ar onde crianças pequenas passam mais tempo</p> <p>Página 58</p> 	<p>3 Incremento do acesso de crianças à natureza perto de suas casas</p> <p>Página 61</p> 

Fonte: Guia Urban95 – Ideias para ação.

O material é completo e possibilita um desenvolvimento de ações pautadas em estudos científicos e experiências já realizadas, além de contar com o respaldo de profissionais capacitados que prestam consultoria para a gestão e técnicos dos municípios. Em 2022, aconteceu na cidade de Boa Vista – (RO) o primeiro encontro de cidades da rede Urban95, que contou com a participação de representantes das 24 cidades que compõe a rede no Brasil. O encontro proporcionou a troca de experiências entre todos os participantes da rede. Ao final do evento foi anunciado que Jundiaí foi escolhida para sediar a segunda edição do encontro em março de 2023, que contará com a presença de Francesco Tonucci, idealizador da rede de Cidade da Criança.

A escolha de Jundiaí como cidade sede para o evento reforça sua importância no cenário nacional nas questões que envolvem as políticas voltadas para as crianças. Segundo a reportagem disponível nos canais oficiais da prefeitura, Jundiaí foi destaque no evento pelo seu direcionamento das políticas públicas para a infância no município.

“A presença do Prefeito Luiz Fernando, aqui em Boa Vista, demonstrou e confirmou o compromisso de Jundiaí com a primeira infância. Temos certeza que as experiências do desamparado da infância, da escuta, da Fábrica das Infâncias, do Mundo das Crianças e tantas outras práticas desenvolvidas em Jundiaí serão exemplos para tantas outras cidades”, comentou a diretora da Fundação Bernard van Leer no Brasil, Cláudia Vidigal.

### **3.7 As experiências já realizadas em Jundiaí**

Mesmo que Jundiaí só tenha obtido destaque sobre as políticas voltadas para a primeira infância a partir de 2018 com a adesão à Rede Latino Americana de Cidade das crianças, algumas iniciativas voltadas para esse público já começaram a ser colocadas em prática desde 2012, como a Semana do bebê, promovida pela Prefeitura Municipal de Jundiaí. É um evento que acontece anualmente e tem como objetivo ressaltar a importância do desenvolvimento infantil e a difusão de práticas adequadas. Em 2021 também junto a semana do bebê, foi celebrada a Semana do Aleitamento Materno, reafirmando a importância da nutrição infantil e proteção do aleitamento.

Como apresentado anteriormente, com a adesão da cidade a programas e iniciativas que tem foco na primeira infância as secretarias começaram a se



movimentar em vários setores com ações práticas que envolvem a população, mas também com ações administrativas, como o plano diretor participativo de 2019, que possui um capítulo dedicado a política da criança na cidade e se estabelece como um instrumento fundamental para garantir que esse olhar continue estrategicamente ao longo do tempo e possa se consolidar como um trabalho integrado de diversas áreas.

O capítulo X do plano que entrou em vigor a partir de 2019, leva o título de “Da política da criança na cidade” e é dividido em três seções e 4 artigos. A Sessão I aborda sobre a garantia dos Direitos da Criança no Espaço Urbano e o Art. 182 enfatiza os objetivos da Política da criança na cidade, que vão desde a orientação das ações de planejamento, qualificação para os técnicos, parcerias com universidades, participação em redes nacionais e internacionais para reafirmar o compromisso da cidade até objetivos mais abrangentes relacionados à relação das crianças com a cidade.

“II - Tornar a **cidade mais amigável à criança**, ampliando a oferta de praças, parques e espaços públicos mais lúdicos, que incentivem o **livre brincar** em contato com a natureza;

III - Criar **condições para a ocupação da cidade pela criança**, com segurança, acessibilidade e autonomia, possibilitando que desenvolva suas habilidades cognitivas, psicológicas, emocionais e sociais por meio do encontro com diferentes crianças e suas famílias no espaço público;

IV - Ampliar os **canais de escuta da criança** e considerar as manifestações infantis nos planos e projetos a serem realizados pelo poder público;”

Art. 182 - Plano Diretor Participativo de Jundiaí, Lei 9.321/2019.

No Art. 183 da mesma sessão são especificadas diretrizes da Política da Criança na cidade, que especificam ações a serem tomadas como: Aprimorar o processo de escuta das crianças, ampliar instalações de equipamentos para brincar em praças, parques e calçadas, instituir um programa que permita a redução de tráfego em algumas ruas em determinados horários e dias pré definidos, a realização de pesquisa que identifiquem os trajetos feitos a pé pelas crianças entre a casa e a escola além de prever a criação de rotas seguras e espaços lúdicos por toda a cidade como assegura o Marco Legal da Primeira infância. Além disso, neste mesmo artigo foi instituído o Grupo de Trabalho Criança na Cidade que objetiva implementar e consolidar as ações no território:

“§ 1º Fica criado o Grupo de Trabalho Criança na Cidade, com o objetivo de:

I - implementar as diretrizes definidas no caput deste artigo; e

II - Integrar, consolidar e agilizar as ações pela criança no território urbano.



§ 2º O Grupo de Trabalho Criança na Cidade é formado por representantes do Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente e das seguintes Unidades de Gestão: I - Planejamento Urbano e Meio Ambiente; II - Cultura; III - Educação; IV - Esporte e Lazer; V - Saúde; VI - Assistência Social; VII - Mobilidade e Transporte; VIII - Serviços Públicos; IX - Abastecimento, Agronegócio e Turismo”

Art. 183 - Plano Diretor Participativo de Jundiáí, Lei 9.321/2019.

As sessões II e III tratam de criar novos programas de qualificação urbanística no entorno das escolas e a criação de rotas seguras nos caminhos que ligam as escolas aos espaços públicos. Esses programas devem ter intervenções lúdicas, comunicação visual lúdica, além de proporcionar a acessibilidade de qualquer pessoa. O Art. 184 que prevê o programa de qualificação do entorno de escolas possui um parágrafo que estipula que o desenvolvimento do programa fica a cargo da Unidade de Gestão de Planejamento e Meio Ambiente, já o Art. 185 que regulamenta as rotas seguras não possui nenhuma especificação de qual gestão ficará responsável pela implementação do projeto.

Como citado anteriormente, o Plano Diretor contém um capítulo que valoriza a política da criança na cidade que se destaca pela importância e que serviu de exemplo para outras cidades, afinal, é um instrumento legal que regulamenta essa política como Lei no município, e permite que seja cobrada pelos cidadãos. Certamente, a cidade de Jundiáí tem muito o que avançar e o capítulo ainda apresenta artigos muito genéricos e que precisam de uma revisão para que possam garantir ainda mais efetividade, porém já é um grande avanço e que fez com que a cidade recebesse ainda mais olhares das instituições que oferecem subsídios para projetos com a infância como a Fundação Bernard Van Leer.

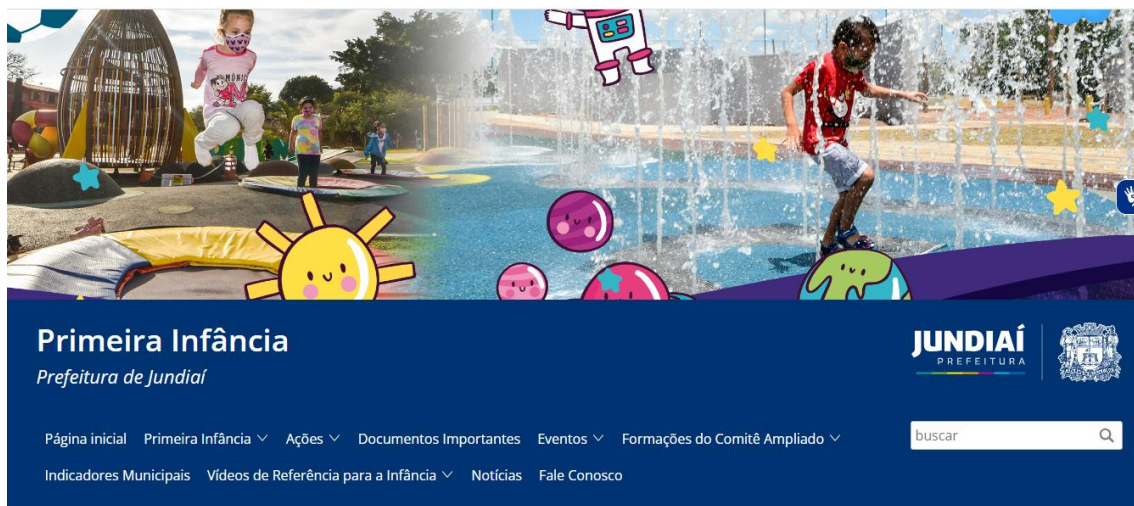
Com todos esses projetos e instituições na cidade, muitos programas começaram a ser colocados em prática no município e que envolvem várias unidades de gestão. Foram lançadas duas plataformas digitais que apresentam as iniciais existentes na cidade. Uma é voltada para a Cidade das crianças como um todo e a outra mais focada nas iniciativas para a primeira infância. Essas plataformas possuem menus que facilitam para encontrar informações sobre os programas desenvolvidos, notícias, dados da cidade e os eventos.

**Figura 34.** Folha de rosto do site destinado a política – Cidade das Crianças.



Fonte: <https://cidadedascrianças.jundiai.sp.gov.br/>.

**Figura 35.** Folha de rosto do site destinado a primeira infância.



O Município de Jundiaí, trabalha em diferentes frentes, sempre com base em evidências científicas, para fomentar, apoiar e conscientizar a sociedade de que semear o pleno

Fonte: <https://primeirainfancia.jundiai.sp.gov.br/>.

Na aba de “Indicadores Municipais” possui um compilado de informações que dizem respeito à primeira infância em Jundiaí, porém alguns dados só possuem informações de 1 ano, com isso as análises que podem ser feitas com esses dados

disponíveis ainda são muito básicas e não permitem chegar a conclusões muito certas. Além disso a maioria das informações estão disponíveis apenas na linguagem de gráficos e não especializadas, o que também dificulta a análise de informações. Apesar de ser um material muito completo com informações de extrema relevância para o entendimento da realidade na cidade ainda são necessárias informações para melhor compreensão das ações feitas na cidade. Como por exemplo mapas que localizem as praças que possuem intervenções voltadas para as crianças, mapas que localizem as ruas de brincar e as escolas que já receberam intervenções dos programas citados no plano diretor.

**Figura 36.** Folha de rosto do site “Observatório Jundiá” onde estão hospedados os indicadores.



Fonte: <https://primeirainfancia.jundiai.sp.gov.br/>.

No site que é destinado para a política das crianças é possível encontrar informações sobre os programas que são desenvolvidos na cidade e que são resultado de todas as iniciativas citadas anteriormente.

### **3.7.1 “Anjos da Guarda”**

Executado pela Guarda Municipal, o programa foi retomado pela prefeitura em 2017 e tem como objetivo garantir a segurança em frente as escolas durante o período de entrada e saída das crianças ao longo de toda a semana. A iniciativa permite que a cidade seja mais segura para as crianças.

### **3.7.2 Praça Família Jundiaí e Espaço PET.**

A iniciativa tem a proposta de trazer para a cidade um novo tipo de espaço público que conta com instalação de espaço com brinquedos para os animais e playground para as crianças, brinquedos feitos em madeira trazendo o conceito da rede Urban95, e segundo a prefeitura as praças são equipadas com brinquedos acessíveis. A cidade conta atualmente com 5 praças desse estilo. É possível notar através de imagens públicas no site da prefeitura e vistas aos locais que algumas das praças implantadas apresentam um cuidado maior tanto em relação ao desenho, quanto a preservação do ambiente.

A ideia é positiva, porém alguns ambientes poderiam ser melhor explorados com a diminuição dos estacionamentos para expansão dos espaços de brincar, alargamento das calçadas para priorização do pedestre e aberturas de muros que possibilitassem a interligação entre quadras, criando oportunidades de caminhos e mais fluxo. A grande quantidade de espaço utilizada para estacionamento revela que apesar da cidade possuir um discurso de valorização da mobilidade a pé alguns projetos implantados ainda não refletem isso.

. A cidade conta atualmente com 5 praças desse estilo. É possível notar através de imagens públicas no site da prefeitura e vistas aos locais que algumas das praças implantadas apresentam um cuidado maior tanto em relação ao desenho, quanto a preservação do ambiente.

A ideia é positiva, porém alguns ambientes poderiam ser melhor explorados com a diminuição dos estacionamentos para expansão dos espaços de brincar, alargamento das calçadas para priorização do pedestre e aberturas de muros que possibilitassem a interligação entre quadras, criando oportunidades de caminhos e mais fluxo. A grande quantidade de espaço utilizada para estacionamento revela que apesar da cidade possuir um discurso de valorização da mobilidade a pé alguns projetos implantados ainda não refletem isso.

**Figura 37.** Praça Pet da Avenida Nove de Julho. Sinalizado em vermelho o espaço permitido sendo utilizado para estacionamento.



Fonte: <https://cidadedascrianças.jundiai.sp.gov.br/programas/praca-familia-jundiai-espaco-pet/>.

Outro fato que chama a atenção é que algumas dessas praças possuem cercamento, prática comum na cidade, o que causa estranheza, afinal é um espaço público e deveria estar aberto a qualquer hora do dia. Aparentemente a iniciativa foi tomada em lugares que apresentam um índice maior de violência, procurando garantir a segurança, porém existem outros métodos que podem garantir isso, como iluminação farta que também aparenta estar em falta nesses equipamentos.



**Figura 38.** Praça Pet do Bairro Ponte São João. Em amarelo a sinalização da grade de fechamento.



Fonte: <https://cidadedascrianças.jundiai.sp.gov.br/programas/praca-familia-jundiai-espaco-pet/>.

### **3.7.3 Inglês a partir dos quatro anos**

Segundo informações disponíveis no site da prefeitura mais de oito mil estudantes de 4-5 anos possuem a língua inglesa no currículo escolar. A iniciativa faz parte do investimento na rede de educação e formação contínua dos educadores.

### **3.7.4 Praça que acolhe**

É um programa desenvolvido pela prefeitura que pretende reformular e revitalizar praças municipais. O objetivo é que os munícipes encontrem nesses locais espaços para descanso, acesso à internet gratuita além de ser um espaço que pode ser utilizado pelas escolas para o desenvolvimento de atividades. Segundo o site da prefeitura as praças são pensadas de acordo com o conceito das “Ruas de brincar”. Atualmente a cidade possui 2 ambientes reformulados de acordo com esse conceito. A praça Valdemar Lopes, 2017 e a Praça Francisco Fernandes Pessolano, 2018.

**Figura 39.** Praça Valdemar Lopes, localizada entre os Jardins São Camilo e Tarumã sendo ocupada por atividades das crianças da rede municipal. Com murais pintados e coloridos e mobiliários lúdicos.



Fonte: <https://cidadedascrianças.jundiai.sp.gov.br/programas/praca-que-acolhe/>.

### 3.7.5 Pássaros dos Jardins do Solar

Solar do Barão é um importante museu localizado no centro de Jundiaí. O local recebeu a instalação de placas que permitem a identificação das espécies de pássaros que frequentam o Jardim do Museu. Além disso o jardim ganhou a instalação de uma casa na árvore e outros brinquedos de madeira que permitem com que as crianças se divirtam e queiram frequentar o museu. Iniciativas como essa são extremamente importantes para a preservação do patrimônio histórico do município, pois permite que as crianças conheçam e valorizem esses espaços na cidade.

### 3.7.6 Passaporte Cultural – Guardiões do Patrimônio

O programa é uma iniciativa desenvolvida pelo departamento de cultura que busca valorizar o patrimônio histórico da cidade é voltado para crianças de 4 e 5 anos da rede municipal e consiste na entrega de um passaporte para que as crianças possam conhecer os pontos históricos da cidade e em cada um desses receber um carimbo, ao final retornam ao local de início para receber o carimbo final e um bônus de “Guardiões do Patrimônio”. A iniciativa também colabora para a educação patrimonial das crianças e valorização dos espaços históricos da cidade.

### **3.7.7 Domingo no Parque e Cultura nos parques**

Iniciativas da prefeitura que buscam fazer com que a população utilize mais esses espaços da cidade. O programa Domingo no Parque tem suas atividades realizadas no Parque da Uva e o Cultura nos Parques acontece no Parque da cidade, todo último final de semana do mês.

### **3.7.8 CIEMPI**

O Centro Internacional de Estudos, Memórias e Pesquisas da Infância é destinado a todas as pessoas que tem interesse pela educação patrimonial e as pesquisas da infância. Com iniciativas de preservação da memória da cidade e capacitação dos profissionais.

### **3.7.9 Ruas de Brincar**

O Programa Ruas de Brincar visa incentivar o resgate das brincadeiras entre os adultos e crianças. A prefeitura disponibiliza cavaletes estilizados com desenhos para garantir a segurança, com isso as ruas são fechadas. O gerenciamento do fechamento das ruas fica na responsabilidade dos próprios moradores do entorno. Os interessados devem procurar a prefeitura e preencher um formulário de adesão e ainda obter 75% da assinatura dos moradores do trecho indicado para fechamento.

### **3.7.10 Comitê das Crianças**

O Comitê das Crianças foi instituído em 2019 e visa escutar as demandas e sugestões das crianças em diversos segmentos do planejamento urbano da cidade. Todos os anos a composição do comitê é feita através de um sorteio de crianças a partir das regiões em que vivem da cidade, ao todo são 24 crianças. Ao longo do ano as crianças se reúnem periodicamente para a discussão de temas pré definidos e ao final do ano apresentam uma carta com propostas para o prefeito, que segundo os canais oficiais da prefeitura já atendeu muitas solicitações como melhorias nos trajetos das escolas e até a construção do Parque Mundo das Crianças.

Os encontros acontecem na Fábrica das Infâncias, que hoje é a sede do comitê. O Prefeito da cidade participa da primeira e da última reunião do ano. Em uma live realizada pela Fundação Bernard Van Leer as crianças que participavam do comitê compartilharam a felicidade de poder colaborar com as melhorias no município, além



de demonstrarem bastante interesse com os assuntos relacionados ao planejamento urbano.

**Figura 40.** Reunião do comitê das crianças no Jardim da Fábrica das Infâncias



Fonte: <https://cultura.jundiai.sp.gov.br/comite-das-criancas-2022/> .

### **3.7.11 Campanha Pé de Infância, Pé de Ouvido e Pé de Árvore.**

São campanhas que buscam espalhar pela cidade intervenções artísticas coloridas como um incentivo à prática do brincar, mas também um convite à mudança de perspectiva por parte dos moradores a fim de darem ouvidos e voz para as crianças. Pontos de ônibus, paredes de escolas, prédios públicos e unidades de saúde receberam intervenções que tornam o cotidiano da cidade mais consciente com relação à valorização e priorização da infância. Da campanha Pé de Infância surgiram as campanhas Pé de Ouvido, que espalhou totens com QR Codes por toda a cidade que contam histórias narradas por artistas da cidade e a campanha Pé de Árvore que incentiva a arborização urbana.

**Figura 41.** Ponto de Ônibus que recebeu a intervenção da campanha Pé de Infância.



Fonte: <https://cultura.jundiai.sp.gov.br/pe-de-infancia/>.

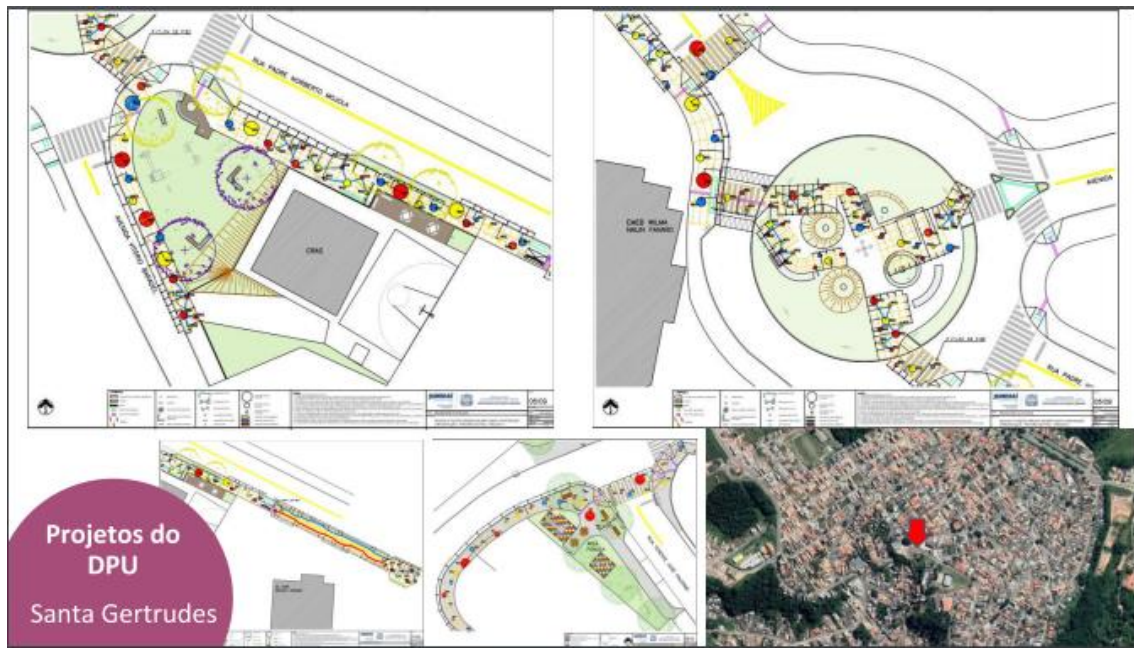
### 3.7.12 Programa Entre a Casa e a Escola

Previsto no Plano Diretor de 2019 o programa busca estudar o caminho que as crianças fazem de suas casas até a escola para que sejam feitas intervenções que proporcionem segurança e qualidade no caminho. No Site da Unidade de Gestão de Planejamento Urbano e meio ambiente, que é a responsável pela execução do projeto, estão disponíveis dois materiais elaborados para duas escolas do município.

Os materiais apresentam estudos e levantamentos feitos pela equipe de técnicos do departamento de Projetos Urbanos, bem como todo o material de escuta das crianças. A Praça Deodato Janski, foi o projeto piloto que foi executado, a mesma que foi utilizada no programa Praça que acolhe. Segundo os materiais disponibilizados pela prefeitura esse foi o único projeto executado, os demais ainda estão no papel ou em fase de estudos desde 2017. A Unidade não apresenta nenhuma perspectiva de construção das propostas por enquanto.

No material disponibilizado pela prefeitura o Departamento de Projetos Urbanos apresenta algumas iniciativas de projetos já desenvolvidos e de acordo com a investigação um deles está implantado e será apresentado no próximo capítulo. Trata-se da requalificação de duas praças no Bairro Santa Gertrudes, e todo o trajeto em seu entorno.

**Figura 42.** Material apresentado pela Unidade de Gestão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente.



Fonte: <https://jundiai.sp.gov.br/planejamento-e-meio-ambiente/wp-content/uploads/sites/15/2021/05/entre-a-casa-e-a-escola-emeb-luiz-barbaro.pdf>

Além desse projeto, no próximo capítulo também serão apresentadas duas iniciativas de grande porte que foram executadas na cidade. O Parque Mundo das crianças que foi entregue recentemente e a Fábrica das Infâncias, um equipamento cultural localizado na região central da cidade e que concentra atividades para o público infantil, além de ser a sede do comitê das crianças.

**Tabela 4.** Síntese dos programas já implantados em Jundiaí.

<b>Programa</b>	<b>Principais características</b>
Anjos da Guarda	Programa executado pela guarda municipal que busca garantir a segurança das crianças durante a entrada e saída da escola.
Praça Família e Espaço PET	Praça pública que conta com a instalação de equipamentos para as crianças e para os animais. Os brinquedos são confeccionados em madeira, seguindo a orientação do programa Urban95.
Inglês a partir dos 4 anos	Iniciativa que disponibiliza ensino da língua inglesa para mais de oito mil alunos na rede pública

Praça que acolhe	Programa que pretende revitalizar praças municipais.
Pássaros dos Jardins do Solar	Instalação de placas que permitem a identificação das espécies que frequentam o Jardim do Museu Solar do Barão.
Passaporte Cultural	Iniciativa que busca valorizar o patrimônio histórico da cidade.
Domingo no Parque e Cultura nos parques	Programas que realizam atividades em parques específicos da cidade para incentivar a utilização por parte da população.
CIEMPI	Centro que tem a iniciativa de preservar a memória da cidade.
Ruas de Brincar	Programa que incentiva o resgate das brincadeiras na rua aos domingos na cidade.
Comitê das Crianças	Comitê formado por crianças das escolas da rede municipal que se reúnem para opinar sobre melhorias para a cidade.
Campanha Pé de Infância, Pé de Ouvido e Pé de Árvore	Iniciativas que buscam espalhar intervenções artísticas na cidade.
Entre a Casa e a Escola	Programa que busca requalificar o trajeto das crianças desde suas casas até as escolas.

Fonte: Produzido pela autora a partir das informações disponibilizadas no site da prefeitura Municipal de Jundiáí.

#### **4 A INTEGRAÇÃO ENTRE AS DIFERENTES ESCALAS DA CIDADE E AS ESFERAS DE CONVÍVIO INFANTIL - O CASO DE JUNDIAÍ**

De acordo com a teoria da nova Sociologia da infância apresentada anteriormente, as crianças devem ser vistas como seres ativos e participativos da sociedade, e para aquelas que vivem no meio urbano a cidade é o local privilegiado para vivenciar as ações e experiências que contribuem para o seu desenvolvimento integral.

Lefebvre (1991), quando disserta sobre o conceito de cidade, a apresenta como o lugar que deve ser explorado por todos. Por essa perspectiva, o viver a e na cidade, pressupõe um fortalecimento das comunidades, bairros e culturas locais, que vão proporcionar uma integração entre o tecido urbano. A partir da definição de Milton Santos, onde o território é apresentado a partir dos conceitos de horizontalidade e verticalidade, é possível concluir a importância da vivência da cidade pelas crianças a partir dos espaços horizontais, que são os mais locais e que conseqüentemente se apresentam como mais seguros para o início de um contato.

Bauman (2005) afirma que o pertencimento e a identidade são conceitos atrelados e que a identidade vai ser moldada ao pertencimento a um lugar ou a uma cultura. Dessa forma se faz necessária a apropriação dos espaços da cidade, para que a partir disso a noção de pertença possa surgir e a criança se sinta não só parte daquele território, mas responsável por ele. Dessa maneira Amaral (2021) ressalta a importância do papel da escola nesse processo, pois é nessa instituição que a criança irá receber subsídios e vivenciar experiências que permitam a identificação com o território e a comunidade local em que habita.

Seguindo o raciocínio de Milton Santos, segundo Amaral (2021), a escola também é o local onde as crianças podem ser apresentadas, com segurança, aos espaços de característica “verticais”, ou seja, o mundo globalizado. Mas para que esse processo aconteça de forma natural é necessário que a criança se aproprie e identifique com os espaços locais mais próximos a ela, como os espaço públicos, ruas e trajetos do bairro em que vive.

Por outro lado, existem muitas barreiras que precisam ser quebradas quando o assunto é a independência das crianças. Na segunda metade do século XX alguns pesquisadores começaram a estudar as crianças como atores sociais e segundo Prout (2010) essa discussão pública girava em torno de duas imagens que eram atreladas as crianças: a criança em perigo e a criança perigosa.

O conceito de criança em perigo carrega por trás a noção de dependência e vulnerabilidade, que por um lado faz com que os adultos se concentrem na discussão de temas importantes como a pobreza e a segurança nos espaços públicos, mas por outro faz aumentar a existência de espaços que concentram grupos de crianças sob a supervisão de um adulto, e sempre cercado. O conceito de criança perigosa traz a imagem da criança como ameaça a si mesma e supõe criminalidade, o que mais uma vez aumenta a necessidade de controle sobre elas (Prout,2010).

Até aqui são citados exemplos de dificuldades que as crianças vivenciam na cidade, mas quando o assunto é a participação essa situação fica cada vez mais difícil. Segundo Tonucci (*apud, Amaral, 2020*) quando o assunto é o direito à cidade, nem sempre as crianças são nomeadas, o que pressupõe afirmar que as crianças são invisibilizadas por diversos mecanismo. Sarmiento (*apud, Amaral, 2020*) ainda argumenta que essa invisibilidade se dá de forma histórica, científica e cívica.

Dito isso fica cada vez mais claro o desafio que essa pesquisa se propõe a discutir, elucidando que para essa mudança de paradigma aconteça, serão



necessárias ações em diversas escalas e esferas do desenvolvimento das crianças e adultos. Tendo como base o conceito de educação integral e seus desdobramentos é possível entender o ser humano como um ser multidimensional.

“A Educação Integral é entendida como uma concepção, não uma modalidade. Uma concepção que compreende que a educação deve garantir o desenvolvimento de todas e todos, em todas as suas dimensões - intelectual, física, afetiva, social e cultural, considerando as necessidades individuais de aprendizagem, e deve-se constituir com um projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidades locais.”

Centro de Referência em Educação Integral, 2017

Os materiais produzidos pelo Centro de Referência em Educação Integral<sup>5</sup> defendem que a formação do ser humano é um processo integral, que se dá em todos os espaços e ao longo de todo o tempo. Portanto a cidade se apresenta cada vez mais como o espaço ideal para o desenvolvimento integral das crianças, pois a cada esquina, rua, praça se apresentam inúmeras possibilidades de experiência e convívio. O centro de Referência argumenta que:

“...o espaço escolar como tradicionalmente concebido não é suficiente para o conjunto de aprendizagens necessárias para que as crianças, adolescentes, jovens e adultos enfrentem os desafios da sociedade contemporânea. Aprendizagens estas que supõem novos arranjos educativos consonantes com o desafio de educar no século XXI.”

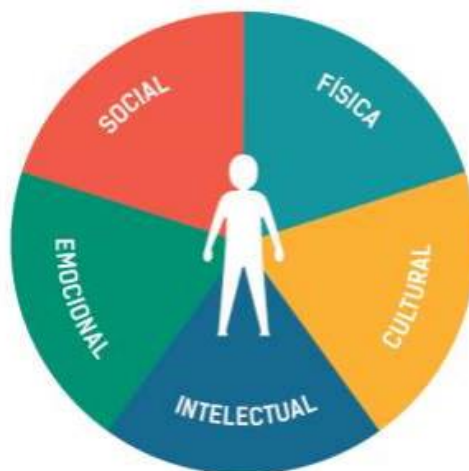
Centro de Referência em Educação Integral, 2017

O desenvolvimento integral é subdividido em 5 dimensões: Física, que se relaciona com as questões do corpo e desenvolvimento motor; emocional, que se refere as questões de autoconhecimento; social, relaciona-se com as questões sociais, de participação, cidadania, vida política, direitos e deveres; intelectual, ligadas à apropriação de códigos, linguagens e tecnologia, além de uma leitura crítica de mundo; e Cultural, que se relaciona com a apreciação de diversas culturas, questões de identidade.

---

<sup>5</sup> O programa é uma iniciativa de organizações governamentais e não governamentais de diversas regiões brasileiras que promovem pesquisas, desenvolvimento metodológico e distribuição de referências gratuitas que promovam a educação integral no Brasil.

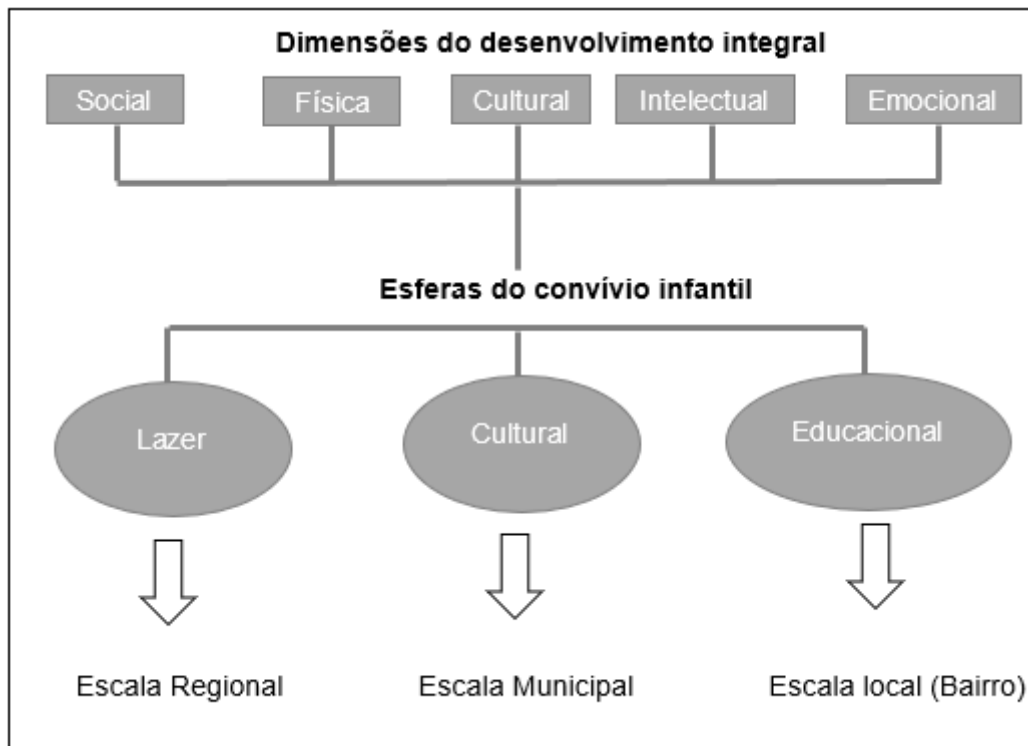
**Figura 43.** Diagrama que ilustra as dimensões de desenvolvimento integral de um ser humano.



Fonte: <https://educacaointegral.org.br/na-pratica/wp-content/uploads/2017/08/pacto-social-formacao-modulo-geral-1-completo.pdf>

Ao longo do processo de estudo da cidade de Jundiaí, da análise do território e das ações que já foram executadas no município com o olhar focado na criança, foi possível identificar 3 escalas de atuação e que cada uma delas também diz respeito ao que aqui chamamos de esferas do convívio infantil, que englobam as dimensões do desenvolvimento, citadas pelo Centro de Referência de Desenvolvimento Integral, são elas: a Esfera do Lazer, Esfera Cultural e Esfera Educacional, que a partir de projetos executados, e cumprindo seus devidos papéis, se materializam no território através de diferentes escalas.

**Figura 44.** Quadro que ilustra a linha de raciocínio utilizada, a partir da teoria do desenvolvimento integral, para a elaboração das esferas do convívio infantil.



Fonte: Produzido pela autora.

Os três estudos de caso que serão apresentados agora vão mostrar formas diferentes de atuação no território e que juntas formam uma estratégia de intervenção muito bem consolidada. É importante ressaltar que não existe nenhum registro que aponte tal organização como uma estratégia da Prefeitura Municipal para a política da criança. Provavelmente foi uma feliz escolha de ação em diversos setores.



**Figura 45.** Imagem aérea da cidade de Jundiáí com a localização dos três projetos escolhidos para estudo de caso.



Fonte: Google Earth, alterado pela autora.

A seleção dos projetos foi feita a partir de estudos dos equipamentos já implantados no município, a ligação e coerência com as esferas do convívio infantil, a localização na cidade (para que fosse possível analisar diferentes regiões) e a quantidade de material disponível para a análise. Para a escolha dos projetos, Parque Mundo das Crianças e Fábrica das Infâncias também foram levadas em conta a relevância e importância dos projetos para a cidade. A escolha da EMEB Wilma Nalin Fávoro foi feita por ser uma das únicas intervenções parcialmente executadas dentro do programa “Entre a casa e a escola”, desenvolvida pela Unidade de Gestão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente (UGPUMA).

Para a análise de cada projeto foram utilizados os seguintes critérios:

- 1) Apresentação do equipamento, Inserção Urbana e contexto da região inserida;
- 2) O ano de implantação, antes ou depois da política para a infância ser iniciada na cidade;
- 3) Se o equipamento cumpre os objetivos e especificações descritos no Capítulo 10 do plano diretor;
- 4) Se as condições do equipamento dão subsídio para o desenvolvimento integral das crianças;





A Rodovia João Cereser é uma via importante de acesso regional que interliga as cidades de Itatiba e Itu, passando por Jundiáí. O Parque está inserido em uma área de preservação, por isso não faz divisa com nenhuma área residencial ou comercial, os bairros mais próximos estão sempre localizados do outro lado das rodovias. Bem em frente ao Parque está localizado o condomínio de alto padrão e atrás da represa um outro, a região tem bairros de classe média e alguns do condomínio que abrigam a população de maior alta renda da cidade. Não há registros que evidenciam a escolha de implantação do parque neste local por conta do acesso, mas é possível perceber que essa localização facilitou uma regionalização do equipamento.

**Figura 47.** Imagem de localização dos bairros próximos ao Parque Mundo das crianças.



Fonte: Imagem aérea retirada do Google Earth, editado pela autora.

O Parque, segundo a descrição do site:

*(...) “é a extensão da área de preservação da represa que abastece a cidade de Jundiáí e a concretização das concepções sobre a infância que o município vem desenvolvendo, com base em pesquisas sobre a criança e em experiências internacionais sobre as relações do ambiente urbano e o planejamento de políticas públicas.*

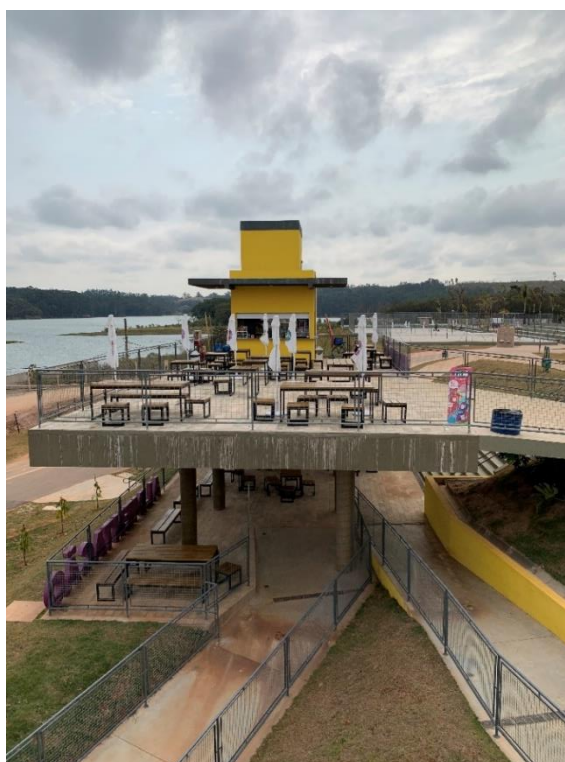
*É um espaço inovador, que estimula o contato e a interação com a natureza, o brincar e a experiência, por meio de estações de brinquedos, paredes de escalada, quadras esportivas, pista de skate, áreas verdes para lazer, cultura e aprendizagem, fontes interativas e trilhas”.*

(Fonte: <https://mundodascriancajundiai.com.br>)

O Parque Mundo das Crianças é administrado pela DAE (Departamento de Água e Esgoto) Jundiaí, uma empresa de economia mista em que a Prefeitura do Município é a principal acionista, com o objetivo de garantir um espaço destinado à preservação ambiental, ao aprendizado e à diversão e focado nas crianças. A primeira etapa de construção do Parque conta com 170 mil metros quadrados e foi entregue para uso da população em dezembro de 2020, antes da entrada da cidade na rede Urban95, e segundo informações do site oficial do parque após a conclusão da segunda etapa serão 500 mil metros quadrados de área total, porém ainda não foi divulgada uma data para a entrega.

A partir da descrição é possível notar que o projeto elaborado pelos arquitetos da Prefeitura Municipal de Jundiaí buscou referências internacionais, inclusive as disponibilizadas pela Fundação Bernard Van Leer, para que não fosse simplesmente um parque de diversões, mas um local que pudesse mostrar para as crianças e os adultos, como o contato com a natureza, o brincar a partir da sua imaginação pode ser prazeroso. Essa intenção se revela em vários espaços ao longo do parque, desde o edifício que abriga os banheiros e lanchonetes (Fig.50), mas que inserido na topografia se torna um grande mirante para a represa, até o caminho entre as quadras que possui um Rio artificial (Fig.51), que remete a história do Rio Jundiaí.

**Figura 48.** Foto autoral do edifício principal do parque Mundo das Crianças



Fonte: Arquivo pessoal.

**Figura 49.** Foto autoral do Riacho Jundiáí no Parque Mundo das Crianças



Fonte: Arquivo pessoal.

Segundo a divulgação feita no site oficial do Parque, a construção foi iniciada e o projeto executado a pedido das crianças que participavam do comitê no ano de 2019, e pediram ao prefeito para: “*construir um parque público gratuito bem grande com brinquedos (inclusive aquáticos) para as crianças de todas as idades (sic)*”. Portanto o Parque já faz parte do programa Cidade das Crianças, iniciado em 2017 pela prefeitura e colaborou para a iniciativa de aulas ao ar livre durante o período da pandemia de Covid19. O acesso tanto ao parque, quanto às atrações é gratuito, porém é necessário agendamento aos finais de semana, que pode ser feito pelo próprio site do parque, devido à grande demanda.

O equipamento, além de fazer parte do programa Cidade da Criança, também atende ao que está descrito no plano diretor de 2019, no Capítulo X, especificamente nos seguintes itens;

“Do Art. 182. São Objetivos da Política da Criança na Cidade:  
II - Tornar a cidade mais amigável à criança, ampliando a oferta de praças, parques e espaços públicos mais lúdicos, que incentivem o livre brincar em contato com a natureza;

III - Criar condições para a ocupação da cidade pela criança, com segurança, acessibilidade e autonomia, possibilitando que desenvolva suas habilidades cognitivas, psicológicas, emocionais e sociais por meio do encontro com diferentes crianças e suas famílias no espaço público;

IV - Ampliar os canais de escuta da criança e considerar as manifestações infantis nos planos e projetos a serem realizados pelo poder público;”

Fonte: Plano Diretor Participativo de Jundiáí, 2019

O parque atende aos objetivos enumerados no plano diretor quanto à criação de espaços amigáveis para as crianças, além de incentivar a brincadeira ao ar livre. As atrações que oferece em seu interior são lúdicas e colaboram para o desenvolvimento de várias habilidades das crianças, desde a parte motora com brinquedos que possibilitam o treino de equilíbrio, até a dimensão intelectual com as atividades propostas na “Casa da Árvore”. Quanto a ampliação de escuta das crianças e considerações de suas manifestações o parque é um exemplo, já que sua construção veio a partir de um pedido do próprio comitê das crianças em 2019.

“Do Art. 183. São Diretrizes da Política da Criança na Cidade:

II - Adotar o conceito internacional de Cidade das Crianças como referência para as ações urbanísticas, ampliando a troca de experiências que favoreçam a criação de espaços mais humanizados e lúdicos;

V - Ampliar a instalação de equipamentos para brincar nas áreas de uso público (parques, praças, calçadas);

X - Prever, nos planos e projetos, a criação de rotas seguras e espaços lúdicos que propiciem o bem-estar, o brincar e o exercício da criatividade em locais públicos e privados onde haja circulação de criança, bem como a fruição de ambientes livres e seguros em suas comunidades, conforme assegura o Marco Legal da Primeira Infância.”

Fonte: Plano Diretor Participativo de Jundiáí, 2019

O parque também atende a algumas diretrizes descritas no Art. 183, quanto a adoção do conceito de Cidade da Criança, criando espaços humanizados e lúdicos. Atende ainda à demanda de ampliação dos equipamentos para brincar, além de ser um local que proporciona segurança.

Por estar na beira de uma rodovia o acesso mais fácil e privilegiado é através do carro, segundo a própria divulgação nas redes sociais do equipamento apenas uma linha de ônibus é indicada para chegar até lá. Além disso o parque conta com um estacionamento para aproximadamente 400 carros. Essas informações entram em contradição com o item citado no plano diretor com relação a segurança das crianças.



No mapa abaixo (Fig.52) estão indicados com a seta vermelha a portaria de acesso do parque, em azul a área de estacionamento e em amarelo a área de expansão da segunda fase que será construída.

**Figura 50.** Imagem de setorização do Parque Mundo das crianças.



Fonte: Imagem aérea retirada do Google Earth, editado pela autora.

O acesso ao parque pode ser feito de duas formas: a alça de acesso direto da Rodovia João Cereser ou através da Av. Alberto Rodrigues de Oliveira que se interliga com a Av. Frederico Ozanam. É possível observar que à portaria possui uma linguagem lúdica, com cores e a identidade visual do parque, mas a segurança não está garantida para aqueles que querem chegar a pé. Apenas uma faixa de pedestres interliga uma rotatória a portaria. Tais características sugerem que o acesso a partir de veículos particulares é muito mais fácil e privilegiado e mais uma vez entra em questionamento ao que é apontado no Plano Diretor.

**Figura 51.** Entrada do Parque Mundo das Crianças.



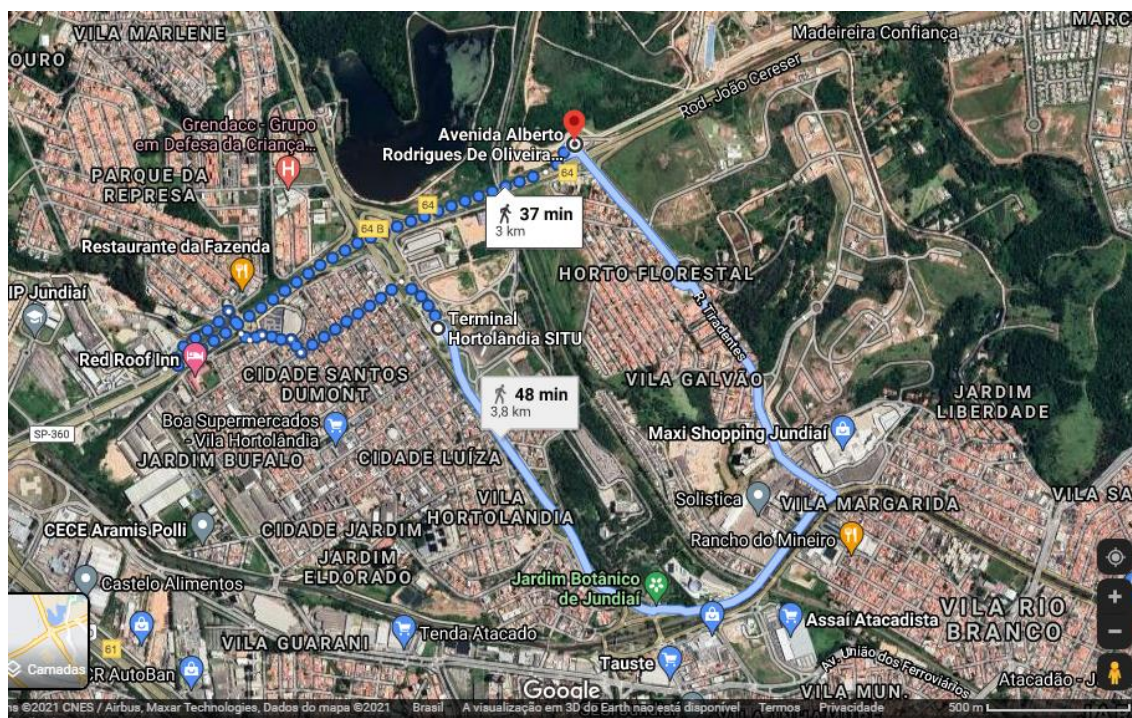
Fonte: Google Street View. Acesso em: Novembro/2021

Como divulgado nas redes sociais do equipamento o parque indica apenas uma linha de ônibus para acesso, tal característica se apresenta como um problema para a acessibilidade do equipamento e uma forma de segregação. Outra característica importante a ser levada em conta é que a cidade de Jundiaí possui um modelo de transporte de ônibus a partir de terminais que organizam os fluxos e linhas para a cidade toda, e o que está localizado mais próximo ao parque é o terminal Hortolândia (aproximadamente 1 km).

Portanto se não existe uma linha de ônibus que possa comportar o fluxo de todas as pessoas que desejam acessar o equipamento, seria coerente que o trajeto do terminal até o parque fosse seguro para o pedestre. Infelizmente essa não é a realidade que se apresenta em Jundiaí. O trajeto mais curto que o pedestre pode percorrer é de 3km, e ainda se colocaria em risco andando pela beira da rodovia. O trajeto mais seguro, pois o pedestre caminharia por ruas e avenidas que possuem calçada, está a quase 4km de distância, ou seja, além de já ter se locomovido até o terminal, teria que caminhar por mais 50min para ter acesso ao parque.



**Figura 52.** Trajetos possíveis para acesso ao parque a pé, a partir do Terminal Hortolândia. A linha pontilhada apresenta a opção mais rápida, porém mais perigosa e a linha contínua apresenta a opção mais segura e mais longa.



Fonte: Imagem aérea retirada do Google Earth, editado pela autora.

A análise deste projeto evidencia a importância de um equipamento como esse nas cidades, e a deste em específico, não só para a cidade de Jundiáí, mas para toda a região, como modelo a ser seguido, porém é de extrema importância que ele não aconteça por si só. Para que possa cumprir o seu papel é necessário que os cidadãos possam ter acesso de forma igualitária e segura.

Os projetos de grande escala, como o Mundo das Crianças, cumprem um papel fundamental na cidade, proporcionando áreas de lazer e contato com a natureza, seria necessário, no entanto, que o equipamento possa ser acessado com segurança por todos. A partir disso é possível observar que o parque Mundo das Crianças possui uma seletividade de público, que não é feita de forma direta, mas sim indireta, pois a partir do momento que uma criança cuja família possui carro faz um trajeto em poucos minutos e a que não possui leva mais de uma hora, o que demanda uma intervenção pública na mobilidade para garantir um acesso mais igualitário.

Outro ponto importante que deve ser levado em consideração é que equipamentos como esse para alcançar uma efetividade maior, não devem ser

estruturas isoladas, mas sim que façam parte de uma rede de espaços livres e públicos que, permeados pelas ruas com calçadas adequadas e ciclovias tornem a cidade um lugar muito mais seguro e agradável de se viver, não só para as crianças. É necessário que o olhar seja global, para que a cidade seja requalificada como um todo e que não seja só mais uma forma de criar espaços onde são aceitas a presença de crianças, fazendo com que elas permaneçam em espaços especializados e não se apropriem da cidade. A mobilidade urbana é um instrumento fundamental para garantir que as crianças tenham direito a cidade, pois sem ela não é possível vivenciar e explorar os espaços.

Os problemas relacionados à mobilidade urbana no Brasil não são recentes e segundo Juciano (2016) podem ser considerados permanentes, visto que se estendem desde o início do século XX. A crise na mobilidade urbana possui um contexto histórico muito claro que fez com que hoje as cidades se consolidassem dessa forma. O transporte foi um elemento fundamental no desenvolvimento das cidades. No século XIX o Brasil viu o crescimento urbano ser impulsionado com a chegada dos bondes puxados por animais e os trens a vapor. Os subúrbios começaram a aparecer com o impulso da operação de transporte ferroviário para passageiros, assim os núcleos residenciais se formavam no entorno das estações e nos caminhos até as linhas férreas.

Após os anos de 1950, com a industrialização, o sistema de transportes no Brasil sofre uma grande transformação. De 1960 a 2000 as viagens de ônibus passam a ser prioridade e a partir dos anos 2000 as viagens com automóveis próprios passam a ser predominantes. Com essa formação espacial do território a mobilidade urbana sofreu um impacto. Os deslocamentos do cotidiano passaram a levar um tempo muito maior do que de costume, e a grande verdade é que a população das grandes cidades brasileiras nunca experimentou condições muito boas de deslocamentos.

Com relação à mobilidade, está atualmente em desenvolvimento o plano de mobilidade para a cidade de Jundiaí, um processo participativo que contou com um levantamento prévio e hoje se encontra na etapa das audiências públicas. O comitê das crianças também foi ouvido em todo esse processo, com o intuito de incluí-las nas decisões. Jundiaí é uma cidade em que claramente o automóvel é privilegiado, por sua característica rodoviarista e seus altos investimentos em programas como o “Mais Asfalto” que teve um investimento de 5,4 milhões de reais para recapeamentos de

avenidas na cidade. Em contra partida a cidade possui apenas 2 ciclovias executadas e nenhum programa divulgado para requalificação de calçadas.

#### **4.2 A Esfera Cultural – Fábrica das Infâncias Japy**

A Fábricas das Infâncias é um equipamento cultural que foi instalado em parte do prédio que compunha a Tecelagem Japy, no bairro Vila Arens, região central de Jundiá e está localizado na Rua Lacerda Franco, 17. Segundo o site da secretaria de cultura o espaço é voltado para a experimentação das crianças, além de ser a sede do Comitê das Crianças que foi inaugurado em dezembro de 2021.

As instalações da Japy são administradas pela Prefeitura e protegidas pelo município: o prédio onde funcionava a antiga fábrica integra o Inventário de Proteção do Patrimônio Artístico e Cultural (IPPAC) e a chaminé, que fica no mesmo terreno, é tombada junto ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (Compac). Além disso, o complexo está localizado muito próximo à ferrovia da cidade e uma das maiores áreas tombadas do município, depois da Serra do Japi.

A área em que o equipamento está localizado é muito grande e pode ser dividida em 4 partes para melhor compreensão: O edifício da antiga Fábrica, que hoje abriga as instalações da Fábrica das Infâncias, um grande pátio cimentado, que atualmente não é utilizado para atividades e o Parque Naturalizado, que foi construído em uma região com maciços arbóreos preservados no meio da cidade, como é possível notar na imagem aérea, um dos poucos que restaram na região central.



**Figura 53.** Imagem aérea do Bairro Vila Arens, em roxo a área da Ferrovia que é tombada e em azul a Localização da Fábrica das Infâncias.



Fonte: Portal GeoJundiáí – Plano Diretor, editado pela autora.

Segundo a prefeitura:

“A concepção do novo espaço – com área de 1,2 mil metros quadrados de área construída e outros 2,4 mil metros quadrados de área verde – contou com a contribuição de diversos parceiros e está alinhada com as propostas do programa municipal Cidade das Crianças, da Rede Urban95, do professor Francesco Tonucci, da Fundação Bernard Van Leer e do Instituto Alana. Um desses exemplos é o seu novo mobiliário cênico, desenvolvido por meio de parceria institucional com a Fundação e no conceito Urban95, e que traz como conceitos “Rios Flutuantes”, em referência aos canais fluviais da cidade, e “Fios que tecem”, numa alusão à atividade fabril têxtil desenvolvida antes no espaço.”

Em uma das exposições disponíveis na fábrica é possível conhecer e saber como foi desenvolvido o processo de escuta das crianças para a concepção do projeto. Além disso a prefeitura relata que o comitê também foi ouvido e colaborou com a elaboração do projeto do Parque Naturalizado, que fica no mesmo terreno, ao lado do principal prédio da instalação.

**Figura 54.** Setorização do terreno da Fábrica das Infâncias Japy



Fonte: Imagem aérea retirada do Google Earth, editada pela autora.

Na área interna da fábrica é possível observar um ambiente aberto que preserva as instalações originais com intervenções cênicas que transformam o espaço em muitos ambientes voltados para várias idades. Há uma sala multimídia, subdividida com tecidos que é utilizada para apresentações, reuniões e atividades. Além disso a fábrica conta com uma programação extensa ao longo da semana, e que se intensifica no período de férias escolares.



**Figura 55.** Espaço da Fábrica que é destinado para bebês. O Chão é emborrachado e os brinquedos são pequenos e possibilitam o desenvolvimento e segurança por ser um espaço cercado



Fonte: <https://cultura.jundiai.sp.gov.br/espacos-culturais/fabrica-das-infancias-japy/>.

**Figura 56.** Um dos espaços da Fábrica que proporciona a brincadeira através da imaginação e do desenvolvimento motor. Esse espaço já é destinado para crianças maiores com mais autonomia no brincar.



Fonte: <https://cultura.jundiai.sp.gov.br/espacos-culturais/fabrica-das-infancias-japy/>.

As instalações possibilitam o desenvolvimento integral da criança, proporcionando contato com o patrimônio histórico da cidade, atividades que valorizam a música, dança e arte, além das intervenções feitas com tecido que estimulam o brincar através da imaginação e possibilitam o desenvolvimento das atividades motoras e psíquicas. Além das instalações internas o parque naturalizado que fica ao lado do edifício contribui para o contato com a natureza e a conscientização do meio ambiente.

**Figura 57.** Parque Naturalizado localizado ao lado do edifício da Fábrica.

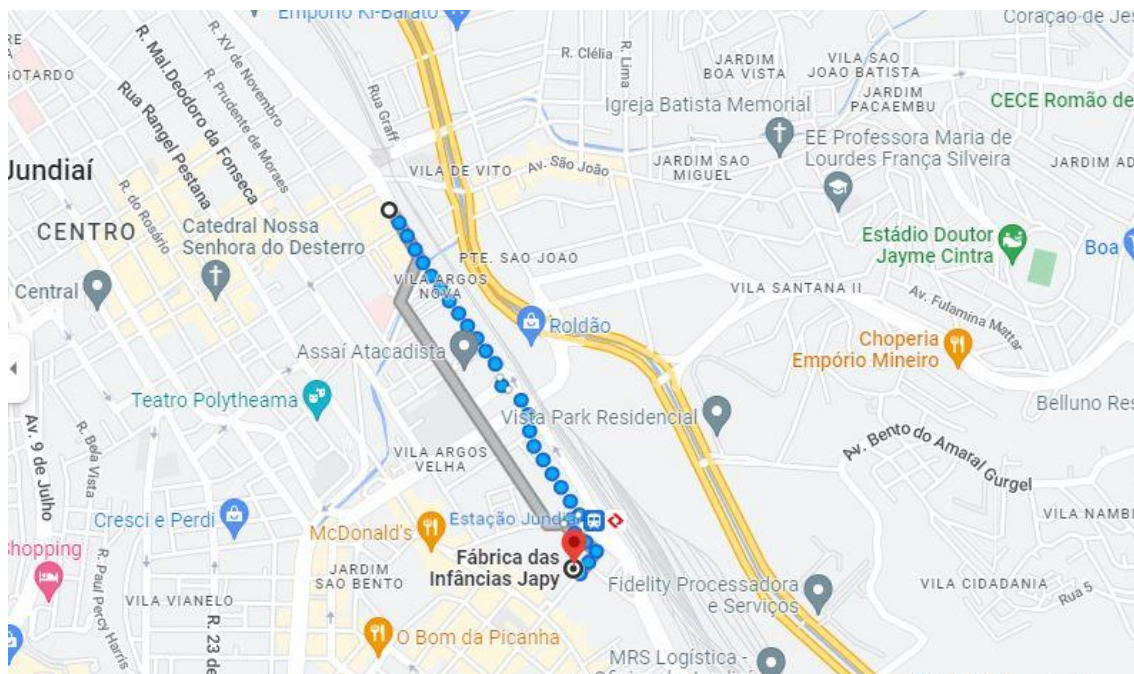


Fonte: <https://cultura.jundiai.sp.gov.br/espacos-culturais/fabrica-das-infancias-japy/>.

Quanto a mobilidade, por estar localizada na região central da cidade, a Fábrica possui fácil acesso por meio de transporte público, ao todo 5 linhas de ônibus dão acesso fácil ao equipamento. Além disso o Terminal Vila Arens está a 18 min andando da Fábrica, e a Estação Ferroviária a 6 min a pé, o caminho é feito através de ruas e avenidas que possuem calçada, porém nem todas são qualificadas e seguras.



58. Imagem que mostra os trajetos possíveis para acesso até a Fábrica das Infâncias a pé, a partir do Terminal Vila Arens. A linha pontilhada apresenta a opção mais rápida (18 min), e a linha cinza contínua uma segunda opção com 1 minuto a mais de duração.



Fonte: Imagem aérea retirada do Google Maps, editado pela autora.

Segundo informações oficiais divulgadas pela prefeitura através dos canais de comunicação e notícias que durante o processo de escuta das crianças foi desenvolvida uma atividade com os alunos das escolas mais próximas que fizeram o trajeto até o equipamento e relataram suas opiniões sobre a mobilidade. A partir disso a prefeitura está em andamento com o projeto de implantação da primeira “Área da Infância”, um projeto de intervenção urbana que está sendo desenvolvido pelo Ateliê Navio e um escritório contratado pela Rede Urban95 e que busca trazer mais segurança e bem estar para o pedestre e as crianças.

“Resultado dos desejos das crianças – inclusive do Comitê das Crianças de Jundiá, a Área da Infância é um espaço qualificado, que deve conter um equipamento público de referência e um espaço ao ar livre de contato com a natureza – no caso, a Fábrica das Infâncias Japy e seu Parque Naturalizado. Nela também é pensada a segurança viária, pensada neste momento a partir de Urbanismo Tático, intervenções temporárias por meio de pinturas e posicionamento de mobiliário que priorizam segurança e incentivam a presença de pedestres e ciclistas.”

(Fonte: <https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2022/12/01/equipes-apresentam-o-conceito-de-area-da-infancia-a-populacao-na-vila-arens/>)



Como parte do processo, além da escuta das crianças, estão sendo feitos trabalhos de escuta dos moradores e comerciantes da região, explicando sobre as modificações, os impactos e os benefícios. Segundo notícias divulgadas pela prefeitura alguns comerciantes se preocuparam com a diminuição de vagas e fluxo reduzido, porém se tranquilizaram com a informação de ser uma intervenção temporária que passará por reavaliação da prefeitura após um período de implantação.

“As pesquisas para o desenvolvimento da primeira Área da Infância do Brasil, no entorno da Fábrica Japy, em Jundiaí, foram iniciadas em janeiro, com a medição da qualidade do ar e dos níveis de ruído do trecho. Com base nos dados e no conceito de ruas completas, o foco é alcançar o indicador internacional “Visão zero”, que é a redução completa de acidentes graves na via. A redução na velocidade no trecho proporcionará maior segurança para os motoristas, pedestres e maior visibilidade para os comércios instalados no local.”

(Fonte:<https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2022/12/13/moradores-e-comerciantes-apresentam-sugestoes-a-primeira-area-da-infancia-do-brasil/>)

O equipamento além de fazer parte do programa Cidade da Criança, principalmente as iniciativas da Rede Urban95, atende ao que está descrito no plano diretor de 2019, no Capítulo X, especificamente nos seguintes itens;

“Do Art. 182. São Objetivos da Política da Criança na Cidade:

II - Tornar a cidade mais amigável à criança, ampliando a oferta de praças, parques e espaços públicos mais lúdicos, que incentivem o livre brincar em contato com a natureza;

III - Criar condições para a ocupação da cidade pela criança, com segurança, acessibilidade e autonomia, possibilitando que desenvolva suas habilidades cognitivas, psicológicas, emocionais e sociais por meio do encontro com diferentes crianças e suas famílias no espaço público;

IV - Ampliar os canais de escuta da criança e considerar as manifestações infantis nos planos e projetos a serem realizados pelo poder público;”

Fonte: Plano Diretor Participativo de Jundiaí, 2019

A Fábrica das Infâncias cumpre com os objetivos descritos no Art. 182 do plano diretor quanto ao desejo de tornar a cidade mais amigável para as crianças, com espaços lúdicos e de contato com a natureza. O projeto que está sendo desenvolvido para a implantação da primeira Área da Infância do Brasil cumpre com o objetivo de garantir ocupação, segurança e acessibilidade para as crianças, a fim de quem seja possível o desenvolvimento integral. Como sede do comitê das Crianças e a

participação do mesmo no projeto de concepção do equipamento, a Fábrica cumpre com o objetivo de ampliar os canais de escuta das crianças.

“Do Art. 183. São Diretrizes da Política da Criança na Cidade:

II - Adotar o conceito internacional de Cidade das Crianças como referência para as ações urbanísticas, ampliando a troca de experiências que favoreçam a criação de espaços mais humanizados e lúdicos;

V - Ampliar a instalação de equipamentos para brincar nas áreas de uso público (parques, praças, calçadas);

X - Prever, nos planos e projetos, a criação de rotas seguras e espaços lúdicos que propiciem o bem-estar, o brincar e o exercício da criatividade em locais públicos e privados onde haja circulação de criança, bem como a fruição de ambientes livres e seguros em suas comunidades, conforme assegura o Marco Legal da Primeira Infância.”

Fonte: Plano Diretor Participativo de Jundiáí, 2019

O projeto cumpre com diretrizes colocadas no Art. 183 que sinalizam a adoção do conceito de Cidade da Criança através da criação de intervenções que possam servir de modelo para outros municípios, o próprio equipamento o Parque Naturalizado e a criação da primeira Área da Infância no Brasil, cumprem este item. Além disso amplia o fornecimento de equipamentos da cidade e a criação de espaços lúdicos e seguros para a circulação das crianças.

Ademais o projeto de criação da Área da Infância é uma resposta direta ao que está proposto na sessão III do capítulo X mais especificamente o Art. 185 que discorre sobre a criação de rotas seguras de circulação entre as escolas e os equipamentos públicos da cidade:

“Art. 185. As rotas seguras para a circulação de crianças serão implementadas nos caminhos que ligam as escolas aos espaços públicos.

§ 1º O desenho das rotas deve ocorrer a partir das escolas.

§ 2º Para criação das rotas seguras devem-se aplicar estratégias de comunicação visual específicas para a compreensão de crianças e demais transeuntes, indicando a prioridade da circulação das crianças.

§ 3º As rotas seguras deverão promover:

I - o desenho universal para o dimensionamento adequado das calçadas;

II - intervenções lúdicas no trajeto;

III - mobiliários urbanos a partir da perspectiva e das necessidades das crianças;

IV - comunicação visual lúdica, a partir da perspectiva da criança;

V - arborização urbana em calçada, canteiros e jardins, garantindo o contato com a natureza e conforto do percurso”

O projeto ainda não se encontra inteiramente implantado, porém as iniciativas iniciais já demonstram um grande avanço na quebra dos paradigmas que valorizam os

veículos em detrimento dos pedestres. A prefeitura não divulgou informações de novos avanços de projeto na área interna da Fábrica, visando o aproveitamento do pátio que se encontra vazio e nem uma data de conclusão do projeto da Área da Infância.

### **4.3 A Esfera Educacional – EMEB Wilma Nalin Fávaro**

A Emeb Wilma Nalin Fávaro está localizada no bairro Jardim Santa Gertrudes, e faz parte do programa Escola Inovadora desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Jundiaí, através da Secretaria de Educação. O programa que foi implantado em 2018 está dentro do conceito de Cidade da Criança, que busca trazer tecnologia e inovação para melhorar o ensino nas escolas municipais.

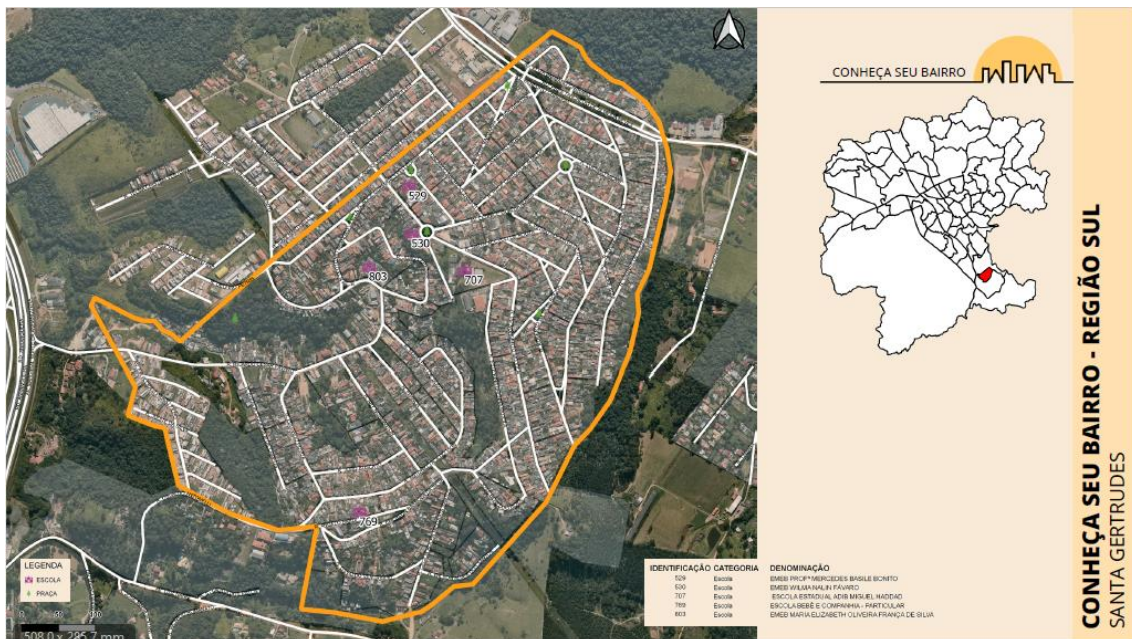
O bairro fica na região sul da cidade, um dos últimos antes da divisa do município e conta com 5 escolas e 6 praças, além de um centro de esportes e um parque recém inaugurado. Segundo informações disponibilizadas pela prefeitura através da iniciativa “Conheça seu Bairro”, o Jardim Santa Gertrudes conta com uma população de aproximadamente 9.000 moradores (IBGE 2010) dentre esses quase 1400 são crianças entre 0 – 9 anos. O bairro é residencial, com poucos pontos comerciais e sua população é majoritariamente de baixa renda, segundo informações do IBGE 2010.

A EMEB Wilma Nalin Fávaro está localizada na rua Vitório Baradel, 255 e atende o público da educação infantil, nesta unidade as turmas vão de 0-3 anos e o atendimento é feito em tempo integral. Em 2021 a escola passou por uma reforma proporcionando a melhoria dos ambientes e obras de manutenção, segundo a gestora da Unidade de Educação, Vastí Marques:

“Visando ampliar a área para o desenvolvimento de atividades dentro do desaparedamento da infância, a parte externa foi ampliada. O espaço ganhou deck de madeira, mirante sob as árvores. O parque infantil vai passar a contar com brinquedo de água. Além disso, a praça ao lado também recebeu melhorias pela Unidade de Gestão de Infraestrutura e Serviços Públicos (UGISP)”

(Fonte:<https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2021/04/21/escola-inovadora-emebs-no-jardim-santa-gertrudes-recebem-obras-de-revitalizacao-e-ambiencias-escolares/> )

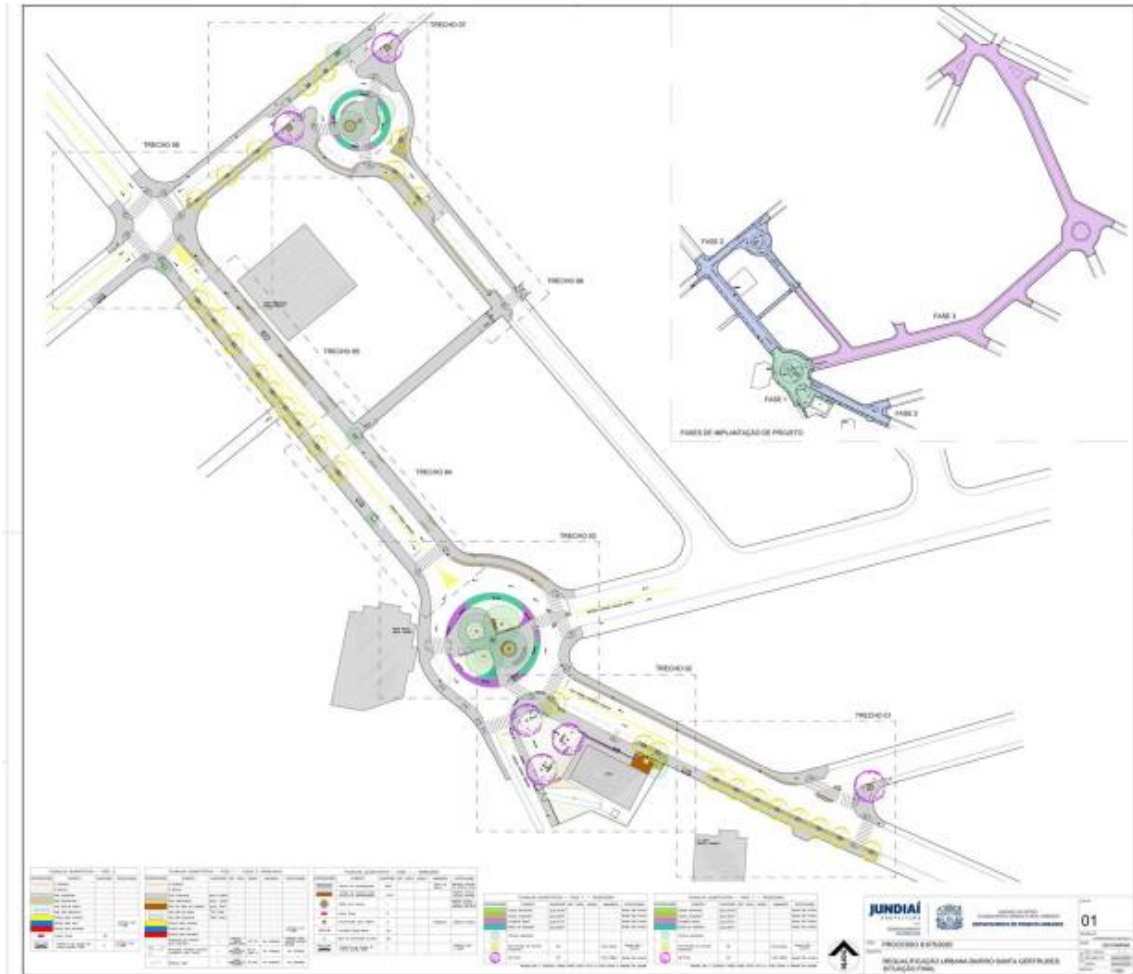
**Figura 59.** Localização do bairro Santa Gertrudes no município e as escolas e praças existentes no bairro.



Fonte: <https://jundiai.sp.gov.br/conhecaseubairro/?bairro=63> .

Como é possível notar na imagem aérea acima a região central do bairro concentra 4 escolas sendo que 3 delas estão praticamente na mesma rua. Além disso na mesma região está localizado um CRAS que presta atendimento ao bairro. Com isso, a Unidade de Gestão e planejamento urbano desenvolveu um projeto de requalificação da praça Benedito Camargo que fica ao lado da EMEB, a praça ao lado do CRAS e ainda fez a proposta de requalificação de calçadas e segurança viária. Segundo o material disponibilizado pela prefeitura o projeto será implantado em 3 fases, sendo que a primeira já foi construída.

**Figura 60.** Projeto de requalificação urbana desenvolvido pela Unidade de Gestão e Planejamento Urbano e Meio Ambiente



Fonte: <https://jundiai.sp.gov.br/planejamento-e-meio-ambiente/wp-content/uploads/sites/15/2022/10/praca-benedito-camargo.pdf>.

O projeto desenvolvido para as duas praças conta com a reforma total com construção, demolição, pinturas lúdicas e construção de um parquinho para as crianças, feito com madeira, seguindo as diretrizes da rede Urban95. A praça Benedito Camargo é uma rotatória que possibilita o acesso e a travessia entre os lados da rua, a área interna da praça era composta por 4 canteiros altos de aproximadamente 40cm e um caminho em formato de cruz. Com o projeto a área da praça ficou melhor aproveitada, possibilitando espaços de convivência e passagens que fazem sentido com o fluxo de pedestres, além disso o paisagismo foi utilizado como barreira para garantir a segurança dos usuários.

Na praça que foi requalificada ao lado do CRAS, foi implantado um parquinho que atende crianças de diferentes idades, a própria topografia do terreno permite que as crianças brinquem e se desenvolvam de diferentes formas.

**Figura 61.** Projeto de requalificação urbana Da Praça Benedito Camargo .



Fonte: Acervo Pessoal.



**Figura 62.** Projeto de requalificação urbana Da Praça Benedito Camargo .



Fonte: Acervo Pessoal.

O projeto desenvolvido tanto dentro da escola, quanto na área externa permite que as crianças tenham uma experiência integral em diversas áreas, além de vivenciar a cidade no caminho até a escola. É importante ressaltar que para que o objetivo seja alcançado é necessário que todo o projeto seja implantado, pois a região é bem movimentada com um grande fluxo de carros e mesmo após as intervenções ainda é um ambiente perigoso para que as crianças usem sem supervisão de um adulto. Possivelmente a criação de uma área da infância na região poderia torná-la mais segura, possibilitando a autonomia das crianças das 3 escolas existentes na área.

As intervenções feitas na praça em 2021 foram motivadas pela reforma da escola dentro do programa Escola Inovadora, e as pinturas fazem parte da iniciativa Pé de Infância, que busca trazer para a cidade ambientes mais coloridos e lúdicos. O Parque instalado ao lado segue as diretrizes da criança que idealizam o contato com a natureza, o livre brincar, a segurança a acessibilidade e a inclusão.

O projeto de requalificação urbana da área e das praças que já foram executadas, além de fazerem parte da iniciativa da Cidade da Criança também são a



consolidação das políticas públicas descritas no Capítulo X do plano diretor, especificamente dos seguintes itens:

“Do Art. 182. São Objetivos da Política da Criança na Cidade:

II - Tornar a cidade mais amigável à criança, ampliando a oferta de praças, parques e espaços públicos mais lúdicos, que incentivem o livre brincar em contato com a natureza;

III - Criar condições para a ocupação da cidade pela criança, com segurança, acessibilidade e autonomia, possibilitando que desenvolva suas habilidades cognitivas, psicológicas, emocionais e sociais por meio do encontro com diferentes crianças e suas famílias no espaço público;

Fonte: Plano Diretor Participativo de Jundiáí, 2019

O projeto cumpre com os objetivos apresentados no Art. 182 do plano diretor na medida que requalifica a cidade e a torna mais amigável para as crianças, dando condição para a circulação e aumentando a segurança no entorno da escola, com a ressalva de que o espaço ainda precisa ser melhorado para que o ambiente se torne verdadeiramente seguro para as crianças caminharem sozinhas e possam experimentá-lo de forma integral principalmente exercitando a autonomia.

“Do Art. 183. São Diretrizes da Política da Criança na Cidade:

II - Adotar o conceito internacional de Cidade das Crianças como referência para as ações urbanísticas, ampliando a troca de experiências que favoreçam a criação de espaços mais humanizados e lúdicos;

V - Ampliar a instalação de equipamentos para brincar nas áreas de uso público (parques, praças, calçadas);

X - Prever, nos planos e projetos, a criação de rotas seguras e espaços lúdicos que propiciem o bem-estar, o brincar e o exercício da criatividade em locais públicos e privados onde haja circulação de criança, bem como a fruição de ambientes livres e seguros em suas comunidades, conforme assegura o Marco Legal da Primeira Infância.”

Fonte: Plano Diretor Participativo de Jundiáí, 2019

Além de cumprir com alguns dos objetivos destacados no plano o projeto segue diretrizes apresentadas no Art. 183 quanto a adoção do conceito de Cidade da Criança com a implementação de equipamentos que possibilitam o livre brincar e o contato com a natureza e a requalificação de calçadas e praças que ampliam a quantidade de equipamentos na cidade para o atendimento das crianças. Além disso o projeto ainda atende os artigos 184 e 185 que preveem a qualificação do entorno das escolas e a criação de rotas seguras.

“Art. 184. O Programa tem como objetivo a qualificação urbanística no entorno das escolas públicas municipais e nos trajetos dos alunos, com a criação de caminhos mais lúdicos, acessíveis e seguros, que favoreçam o uso de espaços públicos pelas crianças, o desenvolvimento de habilidades físicas, sociais e seu contato com a natureza. Parágrafo único. O Programa é desenvolvido pela Unidade de Gestão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, com o apoio do Grupo de Trabalho pela Criança na Cidade.”

“Art. 185. As rotas seguras para a circulação de crianças serão implementadas nos caminhos que ligam as escolas aos espaços públicos.  
§ 1º O desenho das rotas deve ocorrer a partir das escolas.  
§ 2º Para criação das rotas seguras devem-se aplicar estratégias de comunicação visual específicas para a compreensão de crianças e demais transeuntes, indicando a prioridade da circulação das crianças.  
§ 3º As rotas seguras deverão promover:  
I - o desenho universal para o dimensionamento adequado das calçadas;  
II - intervenções lúdicas no trajeto;  
III - mobiliários urbanos a partir da perspectiva e das necessidades das crianças;  
IV - comunicação visual lúdica, a partir da perspectiva da criança;  
V - arborização urbana em calçada, canteiros e jardins, garantindo o contato com a natureza e conforto do percurso”

Como dito anteriormente o projeto conta com uma implantação em 3 fases que são divididas em trechos. A primeira fase que contempla a reforma das praças mencionadas acima foi concluída, porém a prefeitura não disponibilizou nenhuma data prevista para a execução do restante do projeto, também não há informação se realmente será implantado completamente.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos e com voz ativa ainda está em processo de construção no mundo todo, isso é possível de identificar visto que as iniciativas que valorizam a criança e a colocam como o centro das discussões são muito recentes dentro do período histórico, principalmente no Brasil. Apesar disso vale ressaltar que já existem programas e iniciativas que estão dispostas a mudar essa realidade tanto no âmbito acadêmico como no ambiente construído, como a pesquisa apresenta.

É fato que ainda hoje, principalmente na área acadêmica, os principais textos e referências são de áreas do conhecimento como a pedagogia, a sociologia e a psicologia, que historicamente já apresentavam estudos sobre as crianças, mesmo que elas não fossem tratadas como sujeitos de direitos. Ademais, é importante que outras áreas passem a ter a infância como objeto de estudo, para que cada vez mais elas possam estar presentes nos processos democráticos. Estudar as crianças dentro da área da Arquitetura e do Urbanismo é valioso, pois são esses os profissionais que projetam as cidades e ajudam na construção de planos diretores e políticas públicas.

Para que essas pesquisas sejam efetivas no conteúdo e possam servir de base para ações políticas umas das barreiras que precisam ser vencidas é com relação aos dados, essa foi uma das dificuldades enfrentadas para a consolidação dessa pesquisa. Além de a maioria dos dados públicos serem antigos (IBGE 2010), o que dificulta a análise de um panorama atual, a Prefeitura de Jundiaí não possui muitos indicadores que contribuam para a análise urbana. Por exemplo, não existe um mapeamento por parte da prefeitura de quais projetos foram executados a partir da política da infância, ou ao menos uma listagem de praças que foram requalificadas ao longo do ano, tais informações foram obtidas na pesquisa através de rastreamento de notícias no site oficial.

A partir da análise dos equipamentos existentes na cidade de Jundiaí e dos instrumentos legais utilizados foi possível observar que o passo dado pela cidade, de considerar a política da infância como um item do plano diretor, foi muito importante para o seu desenvolvimento. O capítulo X do plano diretor além de marcar os objetivos e diretrizes da cidade, instaurou alguns programas e políticas públicas que deram

origem a tantos outros, citados nesta pesquisa, nos anos que se seguiram. Tornar a política da infância como parte da lei da cidade fez com que o poder público assumisse verdadeiramente esse compromisso, e colocasse em prática as ações, saindo do campo conceitual. Ainda assim, algumas considerações são necessárias com relação ao capítulo.

O texto que implementa a política da infância na cidade ainda é genérico, com muitas recomendações, objetivos e diretrizes que permanecem no campo das ideias. É necessário que tais itens sejam mais específicos e detalhados para que, se tornando Lei, possam ser implementados mais rapidamente no território, como por exemplo:

- Formalizar a importância de investimentos em segurança viária em todos os projetos implantados na cidade.
- Instituir a implantação de mais “Áreas da infância” ao longo do território urbano.
- Ressaltar a importância de garantir acesso para todas as crianças aos equipamentos (mais linhas de ônibus, requalificação das calçadas para que seja possível o acesso a pé com segurança).
- Estipular uma quantidade de projetos a serem implantados por ano, dentro da política da infância na cidade.
- Garantir a preservação dos patrimônios históricos da cidade e requalificá-los para utilização das crianças (Como a Fábrica das Infâncias Japy).
- Prever iniciativas que conscientizem a população da importância das intervenções, principalmente para a implantação das “Áreas da Infância”.
- Prever a utilização de urbanismo tático para garantir a segurança viária em todos os projetos que possuem a circulação de crianças até que as requalificações definitivas sejam feitas.

Os itens acima são recomendações feitas a partir da análise dos projetos, estudos dos instrumentos legais que a cidade possui e também dos manuais e materiais disponibilizados pelas instituições que trabalham com a política das crianças no Brasil, como a rede Urban95, da qual Jundiá faz parte. Tais instituições e as parcerias que desenvolvem com os municípios são de extrema importância para a

consolidação das políticas públicas, programas e projeto, não somente pelo apoio técnico que oferecem, mas também pelo investimento de recursos financeiros para a consolidação de tais propostas. O Instituto Alana e a Fundação Bernard Van Leer se mostraram essenciais para o assentamento e crescimento da política da Criança na cidade de Jundiaí.

A análise dos projetos feita a partir de diferentes escalas e esferas de convívio das crianças mostrou o potencial que as cidades tem em educar e principalmente contribuir para o desenvolvimento das crianças em suas diferentes dimensões. Por mais que a implantação de projetos visando atingir diferentes escalas não se apresenta como uma política pública, se fosse considerada como uma poderia agregar e transformar ainda mais a vivência por parte das crianças e seus cuidadores, pois viver a cidade em suas diferentes escalas proporciona diferentes tipos de interação e desenvolvimento.

A pesquisa desenvolvida buscou inserir a temática da criança no âmbito dos estudos da arquitetura e do urbanismo, ressaltando a importância da atuação de tais profissionais na requalificação das cidades. Além disso, buscou mostrar a realidade encontrada pelas crianças na cidade e como elas podem contribuir para a implantação de projetos e construção de políticas públicas como cidadãos participativos e que merecem ser ouvidos.

A pesquisa cumpre o seu papel na medida que insere a temática na área, mas cumprirá verdadeiramente na medida em que seu conteúdo for democratizado para toda a sociedade, principalmente aos cuidadores, professores e estudantes, para que encontrando nessa dissertação uma forma de manifesto e embasamento, possam cobrar e reivindicar uma cidade mais segura, que proporcione contato com a natureza, lúdica e acolhedora para todos, principalmente para as crianças.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

A CIDADE DAS CRIANÇAS. Jundiaí. **Prefeitura de Jundiaí**. Disponível em: <https://cidadedascrianças.jundiai.sp.gov.br/cidade-das-criancas/>. Acesso em: 03 jan. 2023.

A Serra do Japi. **Fundação Serra do Japi**. Disponível em: <https://serradojapi.jundiai.sp.gov.br/institucional/>. Acesso em: 29 dez. 2022.

ALANA, Instituto; Prefeitura Municipal de Jundiaí. **Guia de Aprendizagem ao Ar Livre em Jundiaí**, 2021. Ebook. Disponível em: [https://criancaenatureza.org.br/wpcontent/uploads/2021/02/GUIA\\_APRENDIZAGEM\\_AR\\_LIVRE.pdf](https://criancaenatureza.org.br/wpcontent/uploads/2021/02/GUIA_APRENDIZAGEM_AR_LIVRE.pdf). Acesso em: 15 mar. 2021.

AMARAL, J. C. **A criança, a cidade e o patrimônio no âmbito da educação infantil: identidade cultural, pertencimento e participação**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

APÉ MOBILIDADE. **Material de aula ministrado. Aula 1. Curso Livre Escola da Cidade: Criança e Cidade: Conceitos, Políticas e Práticas da Infância nos Territórios Urbanos**, 2021.

ARANTES, Ana Cristina (org.). **Mário de Andrade: O precursor do Parques Infantis em São Paulo**. São Paulo: Phorte Editora, 2008.

ARIÈS, Philippe (1973). *L'Enfant et la Vie Familiale sous l'Ancien Régime*. Paris. Seuil. (1º Ed.:1960).

ASCHER, F. **Metapolis ou l'avenir des villes**. Paris: Editions Odile Jacob, 1995. Apud NARCISO, 2009

BARROS, Jose D'Assuncao. 2020. **“Fixos e fluxos: revisitando um par conceitual.”** Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía 29 (2): 493-504. <https://doi.org/10.15446/rcdg.v29n2.81618>.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

**BERNARD Van Leer Foundation**. Disponível em: <https://bernardvanleer.org/pt-br/about-us/>. Acesso em: 04 jan. 2023.

BERNARD VAN LEER, Fundação. **Urban95 starter Kit, ideas for action**, 2019.

BORJA, J. **La ciudad conquistada**. Madrid: Alianza Editorial, 2003

BRASIL. Cartilha da Lei nº 12.587 de 03 de Janeiro de 2012. **Política Nacional de Mobilidade**. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/informativos-semob/265-secretaria-nacional-de-transporte-e-da-mobilidade/publicacoes-semob/4765-cartilha-da-politica-nacional-de-mobilidade-urbana> . Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 30 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 05 jun. 2022.

CAMPOS, M. M. **Pré-Escola: entre a educação e o assistencialismo**. In: ROSEMBERG, F. (Org). Creche. São Paulo: Cortez, 1989.

CÂNDIDA, Ana. Jundiá, uma cidade para as crianças. Urban95. Disponível em: <https://urban95.org.br/blog/jundiai-uma-cidade-para-as-criancas/>. Acesso em: 05 jan. 2023.

CARMINATTI, Karol Diego. **Cidade, apropriação e urbanidade. O traçado urbano de Blumenau como sistema de espaços públicos**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/185426#:~:text=Arquitetura%20e%20Urbanismo-.Cidade%2C%20apropri%C3%A7%C3%A3o%20e%20urbanidade%3A%20o%20tra%C3%A7ado%20urbano%20de%20Blumenau,como%20sistema%20de%20espa%C3%A7os%20p%C3%ABlicos&text=Resumo%3A,dos%20principais%20elementos%20no%20debate>. Acesso em: 28 set. 2022.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2004

CASTRO, L. R. **Subjetividade e cidadania: Um estudo com crianças e jovens em três cidades brasileiras**. Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras, 2001.

CENTRO de Referências em Educação Integral. **Educação Integral nas Infâncias, Pressupostos e práticas para o desenvolvimento e a aprendizagem de crianças**



de 0 a 12 anos, 2017. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/especiais/escola-infancia/wp-content/uploads/2017/08/educacao-integral-nas-infancias-comprimido.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2022.

CERQUEIRA, Yasminie. **Espaço público e sociabilidade urbana: apropriações e significados dos espaços públicos na cidade contemporânea**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013.

CIDADES Urban95. **Urban95**. Disponível em: <https://urban95.org.br/cidades/#jundiai>. Acesso em: 04 jan. 2023.

COHN, Clarice. **Antropologia da Criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.

CONHEÇA seu Bairro: projeto amplia conhecimento de toda a cidade. Prefeitura de Jundiaí. Notícia. Disponível em: <https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2022/04/28/conheca-seu-bairro-projeto-amplia-conhecimento-de-toda-a-cidade/>. Acesso em: 06 jan. 2023.

COUTO, CAMILLE; PUENTE, BEATRIZ. **Pesquisa aponta que brasileiros ficaram mais individualistas na pandemia**. CNN, Rio de Janeiro, 21 de julho de 2021. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/pesquisa-aponta-que-brasileiros-ficaram-mais-individualistas-na-pandemia/>. Acesso em: 02 jun. 2022.

DA COSTA, MARLI M. MORAES; MARQUES, GABRIELA. **Espaço público, cidadania e educação: Questões fundamentais**. Anais do Seminário Internacional em direitos humanos e sociedade. Vol. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/AnaisDirH/issue/view/202>. Acesso em: 05 jun. 2022.

DELGADO, Ana Cristina; MULLER, Fernanda. **Sociologia da Infância: pesquisa com crianças**. Revista Educ.Soc., Campinas, vol. 26, n. 91, p. 351-360,2005. do Minho; Instituto de Estudos da Criança, 2004. (texto digitado).

ESCOLA Inovadora e políticas voltadas a primeira infância são destaque em congresso. **Prefeitura de Jundiaí**. Notícias. Disponível em: <https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2022/10/11/escola-inovadora-e-politicas-voltadas-a-primeira-infancia-sao-destaque-em-congresso/>. Acesso em: 04 jn. 2023.

ESCOLA Inovadora: EMEBs no Jardim Santa Gertrudes recebem obras de revitalização e ambiências escolares. Prefeitura de Jundiaí. Notícia. Disponível em: <https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2021/04/21/escola-inovadora-emebs-no-jardim->

[santa-gertrudes-recebem-obras-de-revitalizacao-e-ambiencias-escolares/](#). Acesso em: 06 jan. 2023.

ESTEVES, Juliana Cardoso; CASTRO, Carolina Maria Pozzi de. Urbanidade e vitalidade: revisão de conceitos. In: II SIMPÓSIO NACIONAL DE GESTÃO E ENGENHARIA URBANA: SINGEORB, 2019, São Paulo. Porto Alegre: ANTAC, 2019. Disponível em: <https://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/urbanidade-e-vitalidade-revisao-de-conceitos-33965> . Acesso em: 29 set. 2022.

FARIA, A. L. G.; FINCO, D. (Orgs.) **Sociologia da infância no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2011.

FESTIVAIS e programas. Cultura Jundiaí. Disponível em: <https://cultura.jundiai.sp.gov.br/festivais-e-programas/>. Acesso em: 05 jan. 2023.

GERALDO, Júlio. **Primeira infância: por que precisamos investir no futuro das cidades**, 2019. Disponível em: <https://earlychildhoodmatters.online/2019/early-childhood-why-we-need-to-invest-in-the-future-of-cities/?ecm2019> . Acesso em: 02 dez. 2022.

GOMES, R. C. **Todas as cidades, a cidade**. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 1994.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

INDOVINA, F. **O Espaço público-tópicos sobre a sua mudança**. *Revista Cidades, Comunidades e Territórios*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), n.5,p119-123,2002.

JACOBS, J. (2011) **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins

JUNDIAÍ é a cidade com melhor qualidade de vida do Estado de São Paulo. **Tribuna de Jundiaí**. Notícia. Disponível em: <https://tribunadejundiai.com.br/cidades/jundiai/jundiai-e-a-cidade-com-melhor-qualidade-de-vida-do-estado-de-sao-paulo/>. Acesso em 28 dez. 2022.

JUNDIAÍ é destaque em ranking das melhores cidades do Brasil, da Revista ISTOÉ. **TV TEC Jundiaí**. Notícia. Disponível em: <https://tvtecjundiai.com.br/news/2022/06/29/jundiai-e-destaque-em-ranking-das-melhores-cidades-do-brasil-da-revista-istoe/>. Acesso em: 29 dez. 2022.

**JUNDIAÍ receberá o próximo encontro da Rede Urban95 em março de 2023**. Prefeitura de Jundiaí. Notícias. Disponível em:

<https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2022/05/18/jundiai-recebera-o-proximo-encontro-da-rede-urban95-em-marco-de-2023/>. Acesso em: 04 jan. 2023.

KUHNEN, A.; SILVEIRA, S. M. **Como crianças percebem, idealizam e realizam o lugar onde moram**. Psicologia USP, São Paulo, v.19, n. 3, p. 295-316, jul/set. 2008.

**LA CITTÀ dei Bambini**. Roma, 2017. Disponível em: <https://www.lacittadeibambini.org/progetto/>. Acesso em: 02 jan. 2023.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LIMA, M. S. **A cidade e a criança**. São Paulo: Nobel, 1989

LOPES, J. J. M.; FREIRE, D. (Orgs.). **Infância e Crianças: lugares em diálogos**. 1. Cuiabá: EDUFTM, 2012.

LOPES, J. J. M.; VASCONCELLOS, T. (Orgs.). **Geografia da Infância: reflexões sobre uma área de pesquisa**. Juiz de Fora: FEME/UFJF, 2005.

LYNCH, K. (2006) **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes.

MARCÍLIO, Maria. **A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil: 1726-1950**, 2016.

MARTINS, JUCIANO. **Mobilidade urbana no Brasil: crise e desafios para as políticas públicas**. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetroles.net.br/wpcontent/uploads/2020/05/Mobilidade-urbana-Juciano-Rodrigues.pdf>. Acesso em 11 dez. 2021.

MATOS, Fátima. **Espaços públicos e qualidade de vida nas cidades – o caso da cidade do Porto**. OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia, V.2, N.4., 2010. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/Observatorium/article/view/44194>. Acesso em: 28 set. 2022.

MONTANDON, C. **Sociologia da infância: balanço dos trabalhos em língua** MUSEU histórico e cultural de Jundiaí – Solar do Barão. **Cultura Jundiaí**. Disponível em: <https://cultura.jundiai.sp.gov.br/espacos-culturais/museu-historico-e-cultural-de-jundiai/>. Acesso em: 15 dez. 2021.

NACTO. **Global Street Design Guide (National Association of City Transportation Officials)**,2015. Editado no Brasil com o título: **Guia Global de Desenho der Ruas**: Senac,2018.

NARCISO, Carla. **Espaço público: acção politica e práticas de apropriação. Conceito e procedências**. Estudos e Pesquisas em psicologia, UERJ, RJ, N.2, 2009.

NASCIMENTO, Cláudia; BRANCHER, Vantoir; OLIVEIRA, Valeska. **A construção social do conceito de infância: Uma tentativa de reconstrução historiográfica**. LINHAS, Florianópolis, v.9. 2008. Disponível em: <https://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1394>. Acesso em: 11 dez. 2022.

NCPI. **O Bairro e o Desenvolvimento Integral na Primeira Infância**. Disponível em: <https://ncpi.org.br/publicacoes/wp6-bairro/>. Acesso em: 02 dez. 2022.

P. D. M, Gonçalves; R. J. C, Ribeiro. **O desempenho da mobilidade urbana a partir da configuração espacial**. In: 8º Congresso Luso-Brasileiro para o Planeamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável (PLURIS 2018). Disponível em: <https://www.dec.uc.pt/pluris2018/Paper1216.pdf> . Acesso em: 10 out. 2022.

PEREIRA, Rita Ribes. Infância e cultura. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Ser criança na educação infantil: infância e linguagem**. Brasília: MEC-SEB, 2016, p. 48. Caderno 2.

PÉREZ. B, PÓVOA. J, MONTEIRO. R, RABELLO.L. **Cidadania e participação social: um estudo com crianças no Rio de Janeiro**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 2008.

PERFIL. **Prefeitura de Jundiaí**. Disponível em: <https://jundiai.sp.gov.br/a-cidade/perfil/>. Acesso em 28 dez. 2022.

PETS tem lugares exclusivos para a diversão em Jundiaí. Prefeitura de Jundiaí. Notícias. Disponível em: <https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2022/06/17/pets-tem-lugares-exclusivos-para-a-diversao-em-jundiai/>. Acesso em: 05 jan. 2023.

PLANO de Mobilidade Urbana de Jundiaí. **Prefeitura Municipal de Jundiaí**. Disponível em: <https://jundiai.sp.gov.br/transportes/plano-de-mobilidade-urbana-de-jundiai/> . Acesso em 13 dez. 2021.

PORTINARI, Beatriz. **Os efeitos do confinamento na Saúde mental de crianças e adolescentes**. El País. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/mamas\\_papas/2020-06-06/os-efeitos-do-confinamento-na-saude-mental-de-criancas-e-adolescentes.html](https://brasil.elpais.com/mamas_papas/2020-06-06/os-efeitos-do-confinamento-na-saude-mental-de-criancas-e-adolescentes.html). Acesso em: 03 jan. 2023.

PREFEITURA investe mais R\$ 5,4 milhões em recapeamento para recuperar vias da cidade. **Prefeitura Municipal de Jundiaí**, 09 ago. 2019. Notícias. Disponível em: <https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2019/08/09/prefeitura-investe-mais-r-54-milhoes-em-recapamento-para-recuperar-vias-da-cidade/>. Acesso em 13 dez. 2021.

PRESTES, Zoia. **A sociologia da infância e a teoria histórico-cultural: algumas considerações**. Educação Pública. Cuiabá, v. 22, n. 49/1, p. 295-304, mai./ago. 2013.

PRIMEIRA INFÂNCIA. Prefeitura de Jundiaí. Disponível em: <https://primeirainfancia.jundiai.sp.gov.br/>. Acesso em: 05 jan. 2023.

PROJETO de requalificação. Prefeitura de Jundiaí. Disponível em: <https://jundiai.sp.gov.br/planejamento-e-meio-ambiente/wp-content/uploads/sites/15/2022/10/praca-benedito-camargo.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2023.

PROUT, A. **Reconsiderar a nova sociologia da infância**. Braga: Universidade QUINTEIRO, J. **Sobre a emergência de uma Sociologia da Infância: contribuições para o debate**. Perspectiva, Florianópolis, v. 20, p. 137-162, 2002.

ROUSSEAU, Jean-Jcques. **Emilio ou da educação**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

Santos, Milton. 2013. **Técnica, espaço, tempo**. Sao Paulo: edusp.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura e SOUZA, Maria Adélia (Org.) Território: globalização e fragmentação. 4. ed. São Paulo, Hucitec-Anpur, 1998.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **“Sociologia da Infância: Correntes e Confluências”**, in Sarmento, Manuel Jacinto e Gouvêa, Maria Cristina Soares de (org.) (2008). *Estudos da Infância: educação e práticas sociais*. Petrópolis. Vozes (17-39), 2008. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/simposios/sociologiainfancia/T1%20Sociologia%20da%20Inf%20E2ncia%20Correntes%20e%20Conflu%EAncias.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2022.

SERPA, A. **Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica**. Revista GEOUSP -espaço e Tempo, São Paulo, n.15, p.21-37,2004.

SOUSA, Luiz; MAGALHÃES, Thiago; RIBEIRO, Paulo. **Micromobilidade urbana: o caso das patinetes elétricas na cidade do Rio de Janeiro**. In: 34º Congresso de Pesquisa e Ensino em Transporte da ANPET, 2020. Disponível em:[http://www.anpet.org.br/anais34/documentos/2020/Planejamento%20Territorial%20do%20Transporte/Transporte%20N%C3%A3o%20Motorizado%20-%20Bicicletas/7\\_356\\_AC.pdf](http://www.anpet.org.br/anais34/documentos/2020/Planejamento%20Territorial%20do%20Transporte/Transporte%20N%C3%A3o%20Motorizado%20-%20Bicicletas/7_356_AC.pdf) . Acesso: 10 out. 2022.

SPECK, Jeff. **Cidade Caminhável**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

TEIXEIRA, A. M. A. P. **Os olhares das crianças sobre a cidade de Vitória/ES: a escola como um ponto de partida**. 2012. 193 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

VASCONCELOS, A. A. **Cidade e criança: estudos de espaços públicos de Fortaleza sob a ótica do brincante infantil**. 2022. 218 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo e Design) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia, Fortaleza, 2022.

## **ANEXO**

### **Plano Diretor Participativo de Jundiaí. Lei nº 9321/2019**

#### **Capítulo X da Política da Criança na Cidade**

##### **Seção I**

Da Garantia dos Direitos da Criança no Espaço Urbano Art. 182. São objetivos da Política da Criança na Cidade: I - orientar as ações de planejamento urbano para assegurar o cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, previstos no Marco Legal da Primeira Infância; II - tornar a cidade mais amigável à criança, ampliando a oferta de praças, parques e espaços públicos mais lúdicos, que incentivem o livre brincar em contato com a natureza; III - criar condições para a ocupação da cidade pela criança, com segurança, acessibilidade e autonomia, possibilitando que desenvolva suas habilidades cognitivas, psicológicas, emocionais e sociais por meio do encontro com diferentes crianças e suas famílias no espaço público; IV - ampliar os canais de escuta da criança e considerar as manifestações infantis nos planos e projetos a serem realizados pelo poder público; V - implantar um programa de qualificação técnica dos servidores públicos, para sensibilizá-los em relação às necessidades da criança na cidade e no uso dos espaços públicos; VI - estabelecer parcerias com universidades, órgãos do terceiro setor e institutos de pesquisa e proteção da infância, que possam ajudar a produzir territórios educativos na cidade; VII - trabalhar em conjunto com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, assegurando que sejam cumpridas as medidas que se referem ao território da cidade; VIII - participar de redes nacionais e internacionais de Cidades das Crianças, reafirmando o compromisso municipal com as ações para o pleno desenvolvimento da infância no espaço urbano e possibilitando a troca de experiências com os demais membros da Rede. Art. 183. São diretrizes da Política da Criança na Cidade: I - considerar o Plano Municipal Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente de Jundiaí (2018 - 2028), elaborado pelo Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, como referência para as ações urbanísticas a serem planejadas e executadas no âmbito do Município; II - adotar o conceito internacional de Cidade das Crianças como referência para as ações urbanísticas, ampliando a troca de experiências que favoreçam a criação de espaços mais humanizados e lúdicos; III - aprimorar os processos de



escuta à criança, com a criação de comitês formados por elas, de modo que as necessidades da infância possam ser mais facilmente identificadas pelos adultos e contempladas nos planos, projetos e ações na cidade; IV - organizar as manifestações e os pedidos das crianças durante as apresentações municipais, em que crianças são recebidas pelo chefe do Executivo no intuito de ouvir suas impressões sobre a cidade, para que elas possam servir como indicadores de planejamento urbano; V - ampliar a instalação de equipamentos para brincar nas áreas de uso público (parques, praças, calçadas); VI - instituir programa, que possibilite a restrição do tráfego de veículos em determinadas vias, em determinados horários, mediante concordância de 75% (setenta e cinco por cento) dos moradores locais; VII - aprimorar e ampliar o programa de visitação à Serra do Japi por crianças e suas famílias, possibilitando maior contato com a natureza exuberante do Município; VIII - criar centro de estudos, memórias e pesquisas da infância no Município; IX - realizar pesquisas para identificar onde ocorre o maior número de deslocamentos a pé de crianças no trajeto entre a casa e a escola, priorizando melhorias nesses pontos; X - prever, nos planos e projetos, a criação de rotas seguras e espaços lúdicos que propiciem o bem-estar, o brincar e o exercício da criatividade em locais públicos e privados onde haja circulação de criança, bem como a fruição de ambientes livres e seguros em suas comunidades, conforme assegura o Marco Legal da Primeira Infância. § 1º Fica criado o Grupo de Trabalho Criança na Cidade, com o objetivo de: I - implementar as diretrizes definidas no caput deste artigo; e II - integrar, consolidar e agilizar as ações pela criança no território urbano. § 2º O Grupo de Trabalho Criança na Cidade é formado por representantes do Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente e das seguintes Unidades de Gestão: I - Planejamento Urbano e Meio Ambiente; II - Cultura; III - Educação; IV - Esporte e Lazer; V - Saúde; VI - Assistência Social; VII - Mobilidade e Transporte; VIII - Serviços Públicos; IX - Abastecimento, Agronegócio e Turismo.

## Seção II

Do Programa de Qualificação Urbanística no entorno das Escolas Art. 184. O Programa tem como objetivo a qualificação urbanística no entorno das escolas públicas municipais e nos trajetos dos alunos, com a criação de caminhos mais lúdicos, acessíveis e seguros, que favoreçam o uso de espaços públicos pelas crianças, o desenvolvimento de habilidades físicas, sociais e seu contato com a natureza. Parágrafo único. O Programa é desenvolvido pela Unidade de Gestão de

Planejamento Urbano e Meio Ambiente, com o apoio do Grupo de Trabalho pela Criança na Cidade. Seção III Da Criação de Rotas Seguras Art. 185. As rotas seguras para a circulação de crianças serão implementadas nos caminhos que ligam as escolas aos espaços públicos. § 1º O desenho das rotas deve ocorrer a partir das escolas. § 2º Para criação das rotas seguras devem-se aplicar estratégias de comunicação visual específicas para a compreensão de crianças e demais transeuntes, indicando a prioridade da circulação das crianças. § 3º As rotas seguras deverão promover: I - o desenho universal para o dimensionamento adequado das calçadas; II - intervenções lúdicas no trajeto; III - mobiliários urbanos a partir da perspectiva e das necessidades das crianças; IV - comunicação visual lúdica, a partir da perspectiva da criança; V - arborização urbana em calçada, canteiros e jardins, garantindo o contato com a natureza e conforto do percurso.